



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

ANNE LARISSA SANTIAGO DA MAIA

**MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: NARRATIVA DAS
VARIADAS FORMAS DE VIVER E RESISTIR NA
ESTRUTURAÇÃO DE TERRITÓRIOS INVISÍVEIS NA
CIDADE DE SALVADOR, BAHIA**

Salvador
2022

ANNE LARISSA SANTIAGO DA MAIA

**MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: NARRATIVA DAS
VARIADAS FORMAS DE VIVER E RESISTIR NA
ESTRUTURAÇÃO DE TERRITÓRIOS INVISÍVEIS NA
CIDADE DE SALVADOR, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra.

Orientadora: Prof. Dr.^a Rosângela Janja Araújo

Salvador
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

M217 Maia, Anne Larissa Santiago da
Mulher em situação de rua: narrativa das variadas formas de viver e resistir na
estruturação de territórios invisíveis na cidade de Salvador, Bahia / Anne Larissa Santiago da
Maia, 2022.
113 f.: il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosângela Janja Araújo
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre
Mulheres, Gênero e Feminismo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal da Bahia, Salvador, 2022.

1. Negras. 2. Pessoas desabrigadas. 3. Política pública. 4. Raças. I. Araújo, Rosangela
Janja. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

CDD: 305.4

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213

ANNE LARISSA SANTIAGO DA MAIA

MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: NARRATIVAS DAS VARIADAS FORMAS DE VIVER E RESISTIR NA ESTRUTURAÇÃO DE TERRITÓRIOS INVISÍVEIS NA CIDADE DE SALVADOR, BAHIA.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rosangela Janja Costa Araújo (Orientadora)

Profa. Dra. Jucileide Ferreira do Nascimento/UFRB (Examinadora Externa)

Profa. Dra. Márcia Santana Tavares /UFBA (Examinadora Interna)

Salvador, 09 de maio de 2022.

À minha mãe Lícia Santiago da Maia (in memoriam) e à amiga Maria Lúcia Santos (in memoriam), por toda fonte de inspiração e coragem.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Ítalo, minha fortaleza e parceiro de todas as horas. Obrigada por toda a dedicação e por nos lembrar sempre de que sem estudo nada somos. À minha mãe Lícia Santiago da Maia (*in memoriam*), pela presença, proteção, pelos sussurros no ouvido e por todos os sonhos tão reais que me ajudam a não esquecer quem sou.

Aos meus irmãos Júnior e Heverton, meu sobrinho Herbert, por estarem sempre comigo acreditando nos meus objetivos, mesmo longe sem entender direito, mas me dando o apoio necessário para seguir em frente.

Ao companheiro de todas as horas – meu Simba –, que demanda quando necessário e me faz lembrar que cuidado também é importante, à sua presença alegre que contribuiu demais nesses momentos de escrita.

Às mulheres em situação de rua, especialmente as mulheres deste estudo, que me permitiram entrar nas suas vidas, acessar suas memórias e ratificar em mim a importância da organização coletiva e que a revolução é feminista! *Viva o Movimento da População de Rua! Maria Lúcia sempre presente!*

Ao PPGNEIM, pelas discussões e aprofundamento nas questões raciais, machistas e patriarcais presentes na sociedade, a partir das teorias de gênero, raça e classe, necessárias para o fortalecimento de minha identidade enquanto mulher negra e sobre meu olhar atento para as construções das relações sociais, debates teóricos que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha orientadora Janja Araújo e à Prof^a Márcia Tavares: vocês são necessárias para o mundo! Obrigada por não terem desistido de mim. À querida Kelly, pela paciência e atenção.

A todas e todos que resistem ao negacionismo da ciência e o esfacelamento da educação, rompendo as barreiras impostas pelo racismo, machismo e exclusão social no Brasil e seguem compreendendo a educação como a via possível de transformação. Trabalhar, estudar e ainda produzir ciência é um ato de resistência neste país!

Aos veranistas, amigas e amigos que ganhei nessa jornada do mestrado: Eveline Pena, Paulo Victor Goetze, Ítala Carneiro (Tita), Nathalia Cordeiro, Barbara Freitas, Milena Machado e Raquel Pimenta, que bom ter cruzado meu caminho com o de vocês. “*É nós por nós!*”

Aos colegas de trabalho da Atenção Especializada e da Saúde Mental da Secretaria Municipal da Saúde de Salvador, aos/às docentes da Unijorge, do bacharelado em Serviço Social e aos novos colegas da Diretoria de Implantação do INTS, pela energia boa, preocupação, afeto e por todas às discussões e reflexões de conjuntura que amadureceram muito meu olhar sobre o mundo ao longo desse tempo.

Às minhas pessoas amigas/irmãs da minha existência nesse plano terreno: Luciana Peixoto, Allann Carneiro, Caio Gomes, Olivete Borba, Flora Santos, Mavie Eloy, Leila Carneiro, Djara Mahim, Tatiana Rodrigues, Laura Machado, Rosania Santiago, Luciana Melo, Karla Gisele, Joyce Borges, Dilma Franclin, Mabel Jansen, Sandra Gargur, Rosana Sousa, Eduardo Vasconcelos, Tatianne Melo e Tércia Brito, tudo foi menos denso com o apoio, sustentação e força emanada cotidianamente.

Enfim, a toda minha ancestralidade que estão sempre comigo, guiando meus passos e dando forças para não desistir do que realmente importa! Agradeço a minhas avós Marieta, Francisca, minha tia Nicinha, tia Beré e meu tio Loro (*in memoriam*), vocês vivem em mim!

*Os patriarcas brancos disseram-nos:
penso, logo existo. A mãe negra dentro de
cada um de nós – a poetisa – sussurra em
nossos sonhos: eu sinto, logo posso ser
livre.*

Audre Lorde

RESUMO

A presente pesquisa investiga as narrativas vivenciadas por mulheres em situação de rua, atravessadas pela interseccionalidade dos marcadores de gênero e raça. Constituem objetivos deste estudo: analisar, na perspectiva dessas mulheres a efetividade das Políticas Públicas sob no cenário da rua; interpretar, a partir das suas vivências, o entendimento das mulheres em situação de rua sobre os marcadores de gênero e raça e ampliar as leituras sobre a construção das relações de gênero estabelecidas no território da rua. Procedeu-se metodologicamente a análise de trajetórias e a observação participante, e se adotou como método analítico, a análise de conteúdo articulado ao núcleo de sentidos. Participaram da pesquisa mulheres, em situações diversificadas de moradia nas ruas, com idades que variavam de 32 a 76 anos, e escolaridades que não ultrapassaram o primeiro grau. O encontro com as mulheres que participaram da pesquisa se deu através das ruas, do Movimento das Pessoas em Situação de Rua, que possibilitou aprofundar no universo em que se organizavam. As lembranças trazidas como memórias, que evidencia situações de violência física e sexual; conflitos familiares, que motivaram a escolha de viver nas ruas da capital baiana; bem como, o desenvolvimento de estratégias para lidar com diversas situações de assédio, causadas, principalmente, por homens que também vivem em situação de rua. A exposição e indignação diante da ineficácia das políticas públicas, ações operacionalizadas sem o diálogo com essas mulheres que habitam as ruas, bem como, situações de discriminação racial, subordinação e exposição das mais variadas formas de violência, inclusive institucionais. Destaca-se, como fator positivo para as mulheres do estudo, o fortalecimento da organização coletiva através do Movimento da População de Rua como impulsionador de apropriação dos seus direitos e exigência de ações públicas efetivamente viáveis. Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para a ampliação de mais estudos direcionados às mulheres em situação de rua e sejam indicativos na construção de conhecimento e no enfrentamento das adversidades vividas por essas pessoas.

Palavras-chave: mulher negra em situação de rua; políticas públicas; gênero e raça.

ABSTRACT

This research investigates the narratives experienced by homeless women, crossed by the intersectionality of gender and race markers. The objectives of this study are to analyze, from the perspective of these women, the effectiveness of Public Policies in the street scenario; to interpret, based on their experiences, the understanding of homeless women about gender and race markers; and to broaden the readings on the construction of gender relations established in the street territory. The methodological approach was the analysis of trajectories and participant observation, and the analytical method adopted was content analysis articulated to the core of meanings. Women participated in the research, in diverse situations of living on the streets, with ages ranging from 32 to 76 years old, and education levels that did not exceed elementary school. The encounter with the women who participated in the research took place through the streets, through the Movement of Homeless People, which made it possible to delve deeper into the universe in which they organized themselves. The memories brought as memories, which evidence situations of physical and sexual violence; family conflicts, which motivated the choice to live on the streets of the capital of Bahia; as well as the development of strategies to deal with various situations of harassment, caused mainly by men who also live on the streets. The exposure and indignation at the ineffectiveness of public policies, actions implemented without dialogue with these women who live on the streets, as well as situations of racial discrimination, subordination and exposure to the most varied forms of violence, including institutional. It is worth highlighting, as a positive factor for the women in the study, the strengthening of collective organization through the Street Population Movement as a driver of appropriation of their rights and demand for effectively viable public actions. Finally, it is hoped that this research will contribute to the expansion of more studies aimed at women living on the streets and will be indicative in the construction of knowledge and in facing the adversities experienced by these people.

Keywords: black women on the streets; public policies; gender and race.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO	Boletim de Ocorrência
CAD Único	Cadastro Único
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros Especializados de Assistência Social
CT	Centro de Triagem
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IML	Instituto Médico Legal
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
PBF	Programa Bolsa Família
RG	Registro Geral
Centros POP	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Gráfico de percentual de mulheres e homens por grupos etários.....	30
Figura 2. Escolaridade	32
Figura 3. Razões para ida à rua	32
Figura 4. População em situação de rua informada no Censo SUAS e cadastrada no Cadastro Único (2013-2019)	44
Figura 5. Número de municípios que informam população em situação de rua no Censo SUAS e, para esses municípios, total de pessoas em situação de rua informadas, cadastradas e atendidas pela assistência social, por ano (2003-2019).	45
Figura 6. Print de tela do arquivo em formato planilha MS Office Excel.....	45
Figura 7. Recorte de trechos de discursos da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.....	58
Figura 8. Representação do Núcleo de Sentidos	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	POPULAÇÃO DE RUA E AS NUANCES DA SUA CONSTITUIÇÃO: NOTAS INTRODUTÓRIAS	18
2.1	POLÍTICA SOCIAL E SUA INTERFACE COM A POPULAÇÃO DE RUA	19
2.2	O ESTADO E SUA ATUAÇÃO JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	29
2.3	GÊNERO E RAÇA NA INTERFACE COM A VIVÊNCIA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: O IMPACTO DA INVISIBILIDADE	48
2.4	MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: PERFIS, DESLOCAMENTOS E A RUA ..	59
3	CAMINHOS E ENCONTROS DO CAMPO	66
3.1	DESCRIÇÃO E APROXIMAÇÃO DO CAMPO	68
3.2	AS MULHERES DA PESQUISA, QUEM SÃO?.....	69
3.3	ABORDAGEM METODOLÓGICA DOS DADOS	71
4	O DESVENDAR DAS NARRATIVAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	73
4.1	ELOÁ	74
4.1.1	Invisibilidade e Violência	74
4.1.2	Políticas Públicas	77
4.1.3	Gênero e Raça.....	80
4.1.4	Interseccionalidade	81
4.2	MALOQUEIRA	82
4.2.1	Invisibilidade e Violência	82
4.2.2	Políticas Públicas	84
4.2.3	Gênero e Raça.....	85
4.2.4	Interseccionalidade	89
4.3	SOL.....	90
4.3.1	Invisibilidade e Violência	90
4.3.2	Políticas Públicas	92

4.3.3 Gênero e Raça.....	94
4.3.4 Interseccionalidade	97
4.4 NEXO DE CAUSALIDADE	101
5 REFLEXÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	112

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a compreensão, através da narrativa das mulheres em situação de rua, sobre as formas de vivenciar esse espaço a partir dos marcadores de gênero e raça. O interesse pela pesquisa surge da minha trajetória profissional junto a esta população em diferentes serviços de assistência social e saúde, além dos atendimentos realizados nas ruas da cidade de Salvador/Ba, em um dos programas da Rede de Atenção Psicossocial configurado como Consultório de Rua, existente a época.

Destaco aqui, uma situação específica que determinou o interesse em aprofundar a discussão de gênero e raça voltados às mulheres em condição de rua. Assim, através do acompanhamento de uma adolescente num serviço de saúde mental e as diversas situações enfrentadas por mim junto com a equipe nesse caso, mobilizou o interesse de começar a problematizar como as instituições públicas de atendimento a esta população percebiam as mulheres em situação de rua, já que os serviços eram constituídos para atender o público masculino, maioria na mesma condição.

Porém, após ingressar no mestrado e o amadurecimento sobre o campo, as articulações existentes, as perdas de figuras importantes ligadas ao Movimento da População em Situação de Rua durante a construção deste trabalho, além das questões que permeavam a vida dessas mulheres, alterei o cenário da pesquisa, bem como, a sua direção ao pensar o contexto de vida e sobrevivência na rua a partir de suas memórias de vida.

A partir da definição do campo de pesquisa, iniciei uma busca por referencial teórico e percebi que não há materiais suficientes sobre mulheres em situação de rua e sim materiais com temas mais amplos, desta maneira, identifiquei muitos artigos sobre as pessoas em situação de rua de maneira generalizada, produções sobre políticas públicas, violência contra a mulher, que dialogam sobre as situações de vulnerabilidade que estão expostas as mulheres nessa condição. Como mencionado, localizei poucos trabalhos que discutiam questões específicas sobre mulheres em situação de rua, praticamente estudos inexistentes que tratem de interseccionalidade através dos marcadores de gênero e raça tendo como conteúdo de análise suas histórias de vida.

Na construção de aprofundamento do tema através da revisão teórica, das aulas ministradas no Mestrado e da contínua observação do campo de intervenção, foi possível começar a pensar sobre o acesso as mulheres no contexto da rua e organizar uma análise a partir de suas vivências nesse cenário que se apresentava instável e endurecido pelas variadas formas de opressão e invisibilização impostas às pessoas em situação de rua, neste caso específico, as mulheres. Destaco aqui, que o foco eram mulheres negras que se encontravam ou estiveram nessas condições. Conquanto a discussão de gênero e raça foram cruciais para entender o engendramento a partir do conceito de interseccionalidade. Este que para Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), configura-se como conceito necessário para a ligação entre teoria e prática:

Essa característica se assemelha ao foco que damos à interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas. A interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas. Isso explica, em parte, por que as disciplinas acadêmicas que se orientaram para o engajamento público mostraram um interesse especial pela interseccionalidade. [...] A interseccionalidade é abordada em campos que já veem a teoria e a prática como interconectadas (Collins; Bilge, 2021, p. 57-58).

Em linhas gerais, serão utilizadas autoras negras na discussão de raça e escolhi manter o nome e sobrenome de todas/os nas citações indiretas e colocar apenas os sobrenomes nas citações diretas. O fato desse tema possuir pouca produção teórica, não foi possível construí-lo apenas com referenciais de mulheres negras, assim, a escolha em citar o nome completo justifica-se pela necessidade de identificar essas mulheres, que em nossa construção histórica, muitas vezes não podiam sequer serem citadas.

Retomando a discussão às mulheres em situação de rua, será necessário recorrer as pesquisas antigas, uma vez que não existem dados atualizados sobre as pessoas em situação de rua, nem mesmo sobre as mulheres nessa condição, discussão que será aprofundada no decorrer desses escritos. Assim, durante o levantamento de informações, identifiquei um único Censo realizado no Brasil no ano de 2009 com informações específicas sobre essa população, porém, com um recorte fragilizado sobre a vida das mulheres e pesquisas locais que também possuíam dados insuficientes.

Diante desse cenário e escassez de informações sobre essas mulheres, projetamos este estudo com a intenção de aprofundar o olhar sobre essas pessoas, bem como, explicitar suas formas de encarar o cotidiano da vida nas ruas da cidade

de Salvador/Ba. Seguindo este raciocínio, estabelecemos o seguinte objetivo geral: investigar a construção de gênero nas diferentes maneiras de sobrevivência nas ruas pelas mulheres que se encontram nesta situação diante da estruturação de sua invisibilidade, ampliada pelos marcadores raciais, na cidade de Salvador, Bahia. Definimos também, os seguintes objetivos específicos: analisar, na perspectiva dessas mulheres a efetividade das Políticas Públicas no cenário da rua; interpretar a partir das suas histórias de vida, seu entendimento sobre os marcadores de gênero e raça; e desvelar a construção das relações de gênero estabelecidas no território da rua.

Nesse diapasão, o estudo será desenvolvido tendo como metodologia a Análise de Trajetória e observação participante e como método analítico, o núcleo de sentidos articulado com a análise de conteúdo, configurando-se uma pesquisa qualitativa.

A observação participante possibilita um olhar mais profundo diante do cenário da pesquisa e amplia o papel do pesquisador para entender e intervir nos variados contextos. Assim, para Maria da Conceição Batista Correia (2009):

A observação vai evoluindo de uma fase mais descritiva no início, em que o investigador procura obter uma perspectiva geral dos aspectos sociais, das interações e do que acontece em campo, a que se seguirão momentos de observação focalizada, após a análise dos dados anteriormente recolhidos, em que começa a ter como foco determinadas situações e/ou acontecimentos. Por último, a observação seletiva, depois de repetidas observações em campo, já no decurso da elaboração do relatório. São o “refinar” da observação, implicando regressar ao campo, na procura de diferenças entre categorias específicas já identificadas (Correia, 2009, p. 3).

Coaduna-se a este caminho metodológico, a análise de conteúdo teorizado por Laurence Bardin (2016), que contribui no entendimento dos elementos existentes no campo, ou seja, “será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2016, p. 19).

As mulheres da pesquisa somaram-se três com vivência nas ruas, estando ou não morando nas ruas. O acesso a essas mulheres foi através do Movimento da População em Situação de Rua e facilitado os contatos por uma colega de profissão, sendo realizadas as entrevistas com a autorização através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O presente estudo está organizado em cinco capítulos: Introdução, onde se apresentará uma discussão geral sobre a pesquisa, o caminho metodológico que será percorrido e o desenvolvimento elaborado para a construção deste trabalho.

O segundo capítulo, dividido em três subtópicos, versará sobre a construção das políticas sociais voltadas para a população em situação de rua, o papel do Estado junto a esta população e a intersecção entre os marcadores de gênero e raça na vida das mulheres em situação de rua. Durante o desenvolvimento deste capítulo será necessário recorrer a uma diversidade de dados e informações existentes sobre a população em situação de rua, mulheres negras no mercado de trabalho e outros termos imprescindíveis para possibilitar uma reflexão acerca do público-alvo deste estudo.

Importante frisar que as histórias das pessoas que se encontram nessas condições possuem marcas atreladas a situações de ruptura, rompimentos que não correspondem a uma vida considerada aceitável dentro dos padrões sociais. Por isso, a necessidade de explorar o desenvolvimento de políticas públicas num contexto capitalista atrelados a responsabilidade do Estado em executá-las.

Para além disso, a relevância em aprofundar a discussão de gênero e raça e a tentativa de descrever o perfil, a forma como essas mulheres vivem os espaços das ruas, compreendendo as suas necessidades que passam despercebidas e são atravessadas pela discriminação, desprezo e invisibilidade social.

No terceiro capítulo será discutido o caminho metodológico adotado, visando atingir os objetivos propostos por este estudo. Este estará dividido em três subtópicos, onde no primeiro se realizará a descrição do campo e o percurso percorrido até chegar as mulheres desta pesquisa. Além de detalhar a metodologia e o método adotados, como já citado em parágrafos anteriores, para o desenvolvimento do estudo.

Em seguida, o segundo subtópico versará sobre a descrição das mulheres entrevistadas, numa perspectiva de possibilitar uma aproximação com suas histórias para compreensão de suas narrativas. E será finalizado com o último subtópico, sobre o aprofundamento referente a abordagem dos dados que se efetivará através do núcleo de sentidos interpretados após a realização das entrevistas.

Em seguida, o quarto capítulo abordará as histórias de vidas contadas pelas três mulheres em situação de rua. Os nomes são fictícios, escolhidos pelas mesmas e através da análise de suas trajetórias a identificação de núcleos de sentidos, embasados pela teoria de Laurence Bardin (2016). Este capítulo estará subdividido em quatro subtópicos, sendo que cada um deles vai tratar da análise de trajetória individual de cada uma das três mulheres organizadas e estes ainda estarão subdivididos em subitens nomeados pelos núcleos de sentidos identificados a partir

de suas narrativas: **políticas públicas; interseccionalidade; gênero e raça e invisibilidade e violência**, com questões levantadas sobre a infância, fase adulta, relacionamentos com outras pessoas e instituições, mas principalmente a relação construída nas ruas, propiciando uma compreensão mais profícua dessa construção.

Saliento ainda que em muitos momentos, a minha experiência profissional cruzará com as informações sobre as populações em situação de rua, as histórias contadas por essas mulheres sobre suas vidas no desenvolvimento deste trabalho, sendo impossível não emergir as lembranças sobre os atendimentos realizados em diferentes espaços sócio-ocupacionais voltados a estas pessoas em situação de rua. me recordo aqui da “escrevivência”, termo utilizado por Conceição Evaristo (2020), que define como:

Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente (Evaristo, 2020).

Pesquisar sobre mulheres em situação de rua, é confrontar níveis de desigualdade, submissão e exclusão a que estão expostas a partir de suas experiências nas ruas, nos serviços institucionais e no convívio com outras pessoas, mas também chamar a atenção para a fragilidade nas ações e intervenções do Estado no acesso a bens e serviços e na garantia de direitos.

Por fim, discorrerei sobre as reflexões finais, conjeturando sobre as condições das mulheres em situação de rua, a configuração de suas relações com as diversas instituições, fazendo análises pertinentes e apontando possibilidades de estudo para novas construções sobre esta temática.

2 POPULAÇÃO DE RUA E AS NUANCES DA SUA CONSTITUIÇÃO: NOTAS INTRODUTÓRIAS

*“Nós não somos lixo, nem bicho, nós somos humanos, se na rua estamos, é porque nos desencontramos”
(citado por Sol em sua narrativa).*

Para compreender a população em situação de rua nos seus variados modos de viver/conviver com e na rua, bem como, a importância do Estado na implementação e garantia de políticas públicas no atendimento às diferentes necessidades dessas pessoas, especificamente as mulheres nessas condições, é imprescindível discutir conceitos importantes como a construção dessa população enquanto pessoas em que vivenciam o cenário da rua, políticas sociais e o seu enraizamento na implementação de políticas públicas.

Além disso, analisar o papel do Estado na efetivação e garantia de direitos básicos como saúde, assistência social, alimentação para essa população e especificamente, a sua capacidade de organizar processos institucionais que garantam a adesão e implementação desses programas e projetos de execução das políticas públicas. O objetivo deste capítulo é aprofundar as discussões nessas temáticas variadas, mas que se interseccionam quando se analisa a efetividade da garantia de direitos.

Para isso, está dividido em quatro tópicos, sendo que: o primeiro abordará o conceito de política social e sua efetivação no processo histórico na interface com a população em situação de rua. Discutir sobre a importância e consolidação das políticas públicas nas intervenções junto as populações vulneráveis, mas também, a utilização do seu desenvolvimento como ferramenta de continuidade das condições de pobreza e vulnerabilidade, uma vez que está inserida numa lógica capitalista e perpassa por contextos políticos sendo favorável a manutenção do *status quo*.

O segundo tópico discorrerá sobre o papel do Estado e a sua atuação junto a esta população no entendimento de suas demandas enquanto sujeitas(os) de direitos e a concretização do que lhes garante a Constituição Federativa do Brasil. Versará também sobre a importância de construir ações efetivas que dialoguem com o atendimento das necessidades das pessoas que estão em situação de rua e explicitar a responsabilidade do Estado na produção de dados que possibilitem pensar programas e projetos que integrem políticas públicas de cunho estatal.

Destarte ainda que o não detalhamento das condições de vida das pessoas que estão sob essas condições implica a diminuição de implantação de serviços socioassistenciais e de saúde, articulações de rede que possibilitem acesso a bens e serviços e para além disso, estratégias que possibilitem proteção social garantindo os direitos desta população.

Dando seguimento, no terceiro tópico, a abordagem se dará de maneira mais específica emergindo no aprofundamento dos conceitos de gênero e raça que se relacionam à compreensão das mulheres em situação de rua. A necessidade de mergulhar no processo histórico deste país, relacionar o período da escravidão, a perpetuação do machismo e racismo no agravamento de violências existentes até os dias atuais.

Por fim, o último tópico tratará sobre a identidade dessas mulheres e o estar/sobreviver nas ruas. Descortinar as estratégias de viver o contexto da rua, a construção das relações nas suas variadas formas e o fortalecimento de construções coletivas na luta por seus direitos.

2.1 POLÍTICA SOCIAL E SUA INTERFACE COM A POPULAÇÃO DE RUA

A epígrafe acima sugere a compreensão do que pretendo discutir nesse capítulo, concernente ao processo histórico das políticas sociais numa perspectiva de dialogar principalmente sobre saúde e assistência social, uma vez que, dentro da Seguridade Social focada no seu tripé (Assistência Social, Saúde e Previdência) conforme consta na Constituição Federal de 1988, são esses dois eixos citados anteriormente que influenciam diretamente o desenrolar da vida cotidiana da população em situação de rua. No caso das mulheres nessa condição, faz-se necessário o aprofundamento sobre a constituição das políticas sociais numa perspectiva teórico-metodológica levando em consideração o contexto social que está inserida e as variadas visões sociopolíticas que influenciam na consolidação dessas políticas e que não trata das especificidades, colocando as mulheres numa mesma estrutura para todos os indivíduos, sem considerar suas necessidades e as vivências impostas pela rua.

Discorrer sobre essa questão dentro do contexto político e social se mostra complexa, tendo em vista que não defendo a construção de outra política, até porque acredito que a fragmentação fragiliza as lutas sociais, no entanto, dentro da política

existente direcionada às mulheres, é necessário tratar do específico e trazer essas mulheres em situação de rua para discutir as intervenções necessárias para melhoria de suas condições de vida e sobrevivência. São necessidades básicas negligenciadas pelo Estado e Sociedade, que contribuem para uma degradação no modo de viver/estar na condição de rua.

Dialogar com uma política existente pensada para mulheres em sua totalidade, reverbera a ineficiência na resolutividade das intervenções nos diversos territórios, uma vez que nós não somos iguais, não possuímos as mesmas condições econômicas e sociais. Dito isso, afirmo que não articular a leitura de realidade as dimensões de gênero, raça e classe à construção das políticas sociais reverbera as condições de vulnerabilidade que essas mulheres se encontram.

Daí a importância de repensar essas práticas, os serviços ofertados, uma vez que existe uma grande dificuldade de acesso dessas mulheres as unidades básicas de saúde, por exemplo, além destas enfrentarem os trâmites institucionais por muitas não possuírem documentos, vivenciarem cotidianamente a discriminação por viverem em condição de rua. Para Carla Akotirene, “as políticas públicas de promoção da igualdade, saúde, assistência, mulheres se tornam defasadas, por desconhecerem identidades interseccionais passíveis da transversalidade orçamentária e de gestão” (Akotirene, 2019, p. 63).

Então, analisar o surgimento da política social na interface da garantia de direitos, possibilita compreendê-la como forma de enfrentamento desarticulada e por vezes fragmentada atendendo a uma lógica inscrita nas relações sociais de exploração e produção. E tendo a população de rua como sujeitos que não geram lucros para esse contexto capitalista, tratando-se das mulheres, a sua condição de invisibilidade perpetua-se. O estudo utilizado no presente trabalho pretende afastar-se dos vícios referentes a essa população que a trata como um único nicho e com problemas focados apenas na sua permanência pelas ruas.

Teorizar os conceitos se faz necessário com a articulação do olhar atento observado no contexto da rua, uma vez que na minha experiência como profissional de saúde no atendimento desta população nos espaços da rua, a maioria dos atendimentos realizados foram para mulheres negras em estado de vulnerabilidade, que se expressavam nas necessidades básicas, que iam da higiene pessoal até a garantia da permanência dos seus filhos junto a elas.

Desta maneira, pensar a história das políticas sociais entrelaçada a uma análise política e econômica faz-se necessária, uma vez que, com o advento da industrialização, houve o aumento da mão de obra mecanizada no século XIX, incluindo a precarização dos vínculos, o aumento de doenças em decorrência das(os) trabalhadoras/es estarem expostas/os a lugares insalubres, a necessidade de sobreviver e principalmente o aumento da exploração da mão de obra feminina e sua generalização das políticas sociais firmadas pós 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial. Segundo as autoras Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2007, p. 47), “as sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com intuito de manter a ordem social”.

A partir daí, foram criadas por todo o mundo uma série de legislações que possuíam caráter meramente punitivo e não uma perspectiva de atender as demandas dos trabalhadores, aumentando o controle sobre a população “pobre” e levando-os a aceitar qualquer trabalho sem nenhum tipo de contestação. Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2007) ainda apontam que havia uma “distinção” entre os “pobres”, onde alguns mais produtivos recebiam algum tipo de auxílio assistencial mobilizado pelo espírito cristão, mais o objetivo real desse contexto era a manutenção do *status quo*, da condição de exploração do trabalho existente à época.

O entendimento sobre o desenvolvimento das políticas sociais pauta-se nesse estudo pelas relações capitalistas por possuírem relações de valor e troca, pensando na exploração de mão de obra, produção de valores e extração da mais valia, além da leitura marxista sobre o sentido do trabalho. Ainda para Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2007, p. 51), “o abandono’ dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção”; é nesse contexto que a dialética sobre o aumento da pobreza provoca o pauperismo mais agudo frente à Questão Social¹.

Ora, discutir essa configuração de trabalho x exploração se faz necessária, porém, destacando as diferenças nessa categoria. A execução do trabalho se dá de diversas maneiras, diferenciando o seu nível de exploração a partir do gênero, raça e

¹ Questão Social como categoria epistemológica no Serviço Social, relaciona-se as múltiplas expressões oriundas da população fundamentadas na relação de exploração capital x trabalho. “Sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico [...], o de constituição das relações sociais capitalistas e que tem continuidade na esfera da reprodução social (Behring; Boschetti, 2007, p. 52).

classe e quando se trata de uma população em sua maioria composta por homens e mulheres pretas e pretos em situação de vulnerabilidade, a condição de exploração de força de trabalho é significativamente maior. Historicamente a população negra foi escravizada, explorada e dentro do processo de produção não se é possível considerar essa exploração como trabalho. Especificamente, lhe foi atribuído o lugar de subalternidade, onde seus corpos não lhe pertenciam e as mulheres negras pariam seus filhos para exploração e a elas lhe foi negado o direito de tê-los perto e cuidar destes. No contexto atual, onde o agravamento do desrespeito aos direitos é permanente impetrados pelo próprio Governo Federal, nota-se o crescimento do desemprego, o aumento da fome e da pobreza da população brasileira e no seguimento deste fluxo, o agravamento das condições da população em situação de rua.

Essa linha histórica de escravidão gerou ao longo dos tempos uma subalternização do povo negro, submetendo-os as piores condições de trabalho, mantendo a condição de ser inferior reforçada por Nina Rodrigues (1894), quando destacava que o crânio do negro era menor que o de uma pessoa branca, não sendo este capaz de pensar o que lhe atribuía características de ser um animal irracional. Ainda, segundo Nina Rodrigues (1894):

O estudo das raças inferiores tem fornecido à ciência exemplos bem observados dessa incapacidade orgânica, cerebral. A resistência oposta por ela é quase invencível, mantendo-se latente mesmo naqueles casos em que o sucesso pareceu mais completo (Rodrigues, 1894, p. 51).

Neste seu livro “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, ele reforça a imagem de que negros eram incapazes de absorver comportamentos sociais de pessoas brancas e por isso, não se teria uma homogeneidade populacional e de aplicação das leis, pois não era possível uma igualdade na evolução mental.

Desta maneira, Rodrigues (1894), ainda enfatiza que há “uma incapacidade de civilização da raça negra”, o que dificulta a evolução social:

[...] Anatomicamente o negro esteja menos adiantado em evolução do que o branco. Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos; simplesmente eles pertencem a uma outra fase do desenvolvimento intelectual e moral. Essas populações infantis não puderam chegar a uma mentalidade muito adiantada e para esta lentidão de evolução tem havido causas complexas (Havelacque, 1889 *apud* Rodrigues, 1894, p. 156).

Socialmente, a população acompanhada por mim nas ruas de Salvador em sua maioria composta por negras e negros, reflexo dessa exploração desmedida e

construção histórica pautada na inferioridade e incapacidade de desenvolvimento, como se essas pessoas não integrassem a sociedade.

De certo, foram essas proposições discutidas anteriormente que me permite analisar as relações pautadas no capital x trabalho em consonância com o aumento da pobreza e conseqüentemente, os primeiros registros do advento da população em situação de rua.

Aliás, vale registrar que não se pode precisar o período de surgimento das pessoas vivendo nas ruas, habitando este espaço como moradia e forma de sobrevivência. Ainda assim, constam que com a Revolução Industrial no século XVIII, as mudanças tecnológicas acarretadas pelo processo de industrialização, além do acúmulo de capital pelos burgueses e a posse sobre as terras do campo, que esse fenômeno passou a ganhar notoriedade. Como consequência, houve o aumento de pessoas do campo indo para as cidades, muitas fábricas/indústrias não conseguiram atender a demanda de trabalho dessas pessoas, assim, houve aumento da pobreza e o contingente de pessoas em condição de “mendicância” foi notório².

Pensando na heterogeneidade dessa população, e com o advento da industrialização como já mencionado anteriormente, as políticas que predominaram nesse período tiveram caráter repressor e atenderam apenas algumas reivindicações dos trabalhadores sem atingir profundamente as expressões da Questão Social.

Desse modo, a política social que com o decorrer do desenvolvimento das ações estatais, é também gênero das políticas públicas e ainda, se propõe a ser universal, equivalente e uniforme na atenção as necessidades da população, inclusive as que se encontram em estado de vulnerabilidade, conforme garante a Constituição Federal de 1988, não conseguiu ao longo do processo do processo de transformação de suas intenções, atender as necessidades desta população na integralidade. De acordo com Elaine Behring e Ivanete Boschetti:

A configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social foi fortemente tensionada: pelas estratégias de extração de superlucros, em que se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários; pela supercapitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência [...] Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia [...] (Behring; Boschetti, 2007, p. 155–156).

² Termo muito usado na época para se referir as pessoas que pediam esmolas. Este não é mais usual desde a aprovação da Carta Magna em 1988.

É válido, por conseguinte, supor se a efetividade das políticas sociais ao longo do seu processo constitutivo sempre foi impulsionada pela pressão da classe trabalhadora e movimentos sociais e esses últimos iniciam o seu fortalecimento a partir da década de 90, e ainda assim, há uma fragilização da garantia de direitos, a população de rua ainda nessa época não era alcançada por essas políticas e praticamente inexistiam aos olhos do poder público. A essas pessoas lhes restavam o ato da “caridade cristã” e a permanência de sua condição de invisibilidade aos olhos do Estado.

Discorrer aqui sobre a construção das políticas sociais e a sua relação com a discussão de classe social, trabalho e capitalismo onde situo aí a população em situação de rua, remete há uma aproximação teórica pautada no marxismo e em autores que contribuem com essa discussão. É o esforço de compreender aspectos históricos, ontológicos que tratam desse desenho da realidade social.

Cabe destacar, que nos últimos anos foram impetradas algumas considerações sobre a discussão marxista concernente ao seu materialismo histórico-dialético, havendo um decréscimo dessa discussão teórica. No entanto, tratando-se da construção de poder sobre a população de rua e o lugar onde se situam, a discussão sobre as contradições sociais presente nas condições de produção e reprodução capitalista nessa perspectiva marxista, importa para o desenvolvimento dessa pesquisa. Como coloca Silvana Mara Santos (2018) a seguir, quando se refere à discussão de classes sociais, tratando-as como consequência da condição de subordinação em que se encontram.

É possível afirmar que as classes sociais são determinações reflexas fundadas pelo modo que o trabalho é particularizado numa totalidade histórico-social específica. Dito de outra maneira, a real existência das classes não é determinada pela “consciência de classe”, mas pelas relações de produção (Santos, S., 2018, p. 277).

[...] A condição e o pertencimento de classe do indivíduo independem da vontade, da consciência e/ou da crença que tenha a esse respeito. A existência da classe é tão real quanto a existência própria do indivíduo, ela é uma determinação histórica das relações sociais que o precedem e que formatam a sociedade que ele herda (Santos, S., 2018, p. 278).

Conforme estas assertivas, a construção histórico social forma as condições objetivas das relações sociais que transmutam e são transferidas durante o desenvolvimento da humanidade. Por existirmos numa sociedade onde há uma concentração de riqueza por uma minoria e o trabalho excedente se torna a principal relação contraditória, há um aumento junto à classe trabalhadora na precarização das suas condições de vida. Na nossa condição de mulher, há uma distinção na execução

desse trabalho desenvolvido pela mulher branca e pela mulher preta. As posições de inserção no campo do trabalho, demonstram as mulheres pretas ocupam posições inferiores, questão esta que será aprofundada no terceiro e quarto tópico.

Diante disso, a acumulação e exploração do trabalho ampliam proporcionalmente à produção social da pobreza, nesse contexto que estão concentrados os maiores problemas da sociedade contemporânea. Temos a burguesia e o proletariado, onde a primeira explora a mão de obra e a segunda possui apenas sua força de trabalho para venda, não tendo o suficiente para garantir suas condições de sobrevivência. Nessas relações de produção, por tão contraditórias, estão aqueles que não se inserem nessas funções, que estão abaixo da linha pobreza – o *lumpen* do proletariado, onde estão localizados parte da população de rua.

Refiro-me aqui como parte da população de rua, porque muitos exercem o trabalho informal como forma de manter sua sobrevivência cotidianamente, os “corres” como costumam chamar, e que para Tássia Monte Santos (2018) numa leitura marxista:

Marx demonstra como esse processo se complexifica pelo próprio movimento de expansão, concentração e centralização do capital. Alerta para as transformações determinantes do capitalismo no modo de organização e nas relações de trabalho, na alteração do modo de vida das classes, no novo caráter social do empobrecimento dos trabalhadores, na mutação das relações de trabalho e ocupações, numa palavra, nas contradições próprias das revoluções industriais do capitalismo na sua fase de maturidade (Santos, T., 2108, p. 281).

A importância dessa reflexão contribui para o entendimento das necessidades sociais, e como a elite capitalista domina os bens e os meios de produção exercendo controle sob as relações sociais. As leis que regem o país são construídas a partir dessa relação de dominação/exploração, país historicamente regido por homens brancos e de classe alta, onde as políticas públicas são pensadas a partir desse viés, além das ideologias, política e cultura que também interferem nessa construção social.

Desse modo, com o avanço e as mudanças nas formas das relações sociais e cenário econômico, como a consolidação da política neoliberal e o Estado Social como possibilidade de resolução das mazelas sociais, que o disciplinamento da força de trabalho a essas novas condições ficam à cargo do Estado e o que se presencia é o aumento do encarceramento, violência e assistencialismo. Ainda segundo Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2007, p. 187), “as consequências de combinação perversa entre recrudescimento da pobreza, suposta falta de recurso do Estado [...],

e impactos para a cobertura das políticas sociais são, portanto, realmente dramáticas”.

A generalização das políticas sociais nesse cenário está relacionada a essa transformação político econômica, destacando o avanço do 3º Setor, incluindo as ONGs e as terceirizações. Assim, esse Estado Social assume em muitos âmbitos características assistencialistas, transferindo parte de suas responsabilidades para essas instituições que compõe o novo setor do cenário brasileiro e servindo como guardião dos interesses da burguesia.

Elaine Behring (2018), se referindo sobre o papel do Estado à lógica monopolista proposto na abordagem de Neto aponta que:

A preservação e o controle contínuo da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem, o que coloca no centro a política social e funde funções de legitimação e coesão social, no jogo democrático, às funções diretamente econômicas. Para Neto, dessa dimensão emerge uma dinâmica contraditória no interior do sistema estatal, já que, ao incorporar tais demandas, o Estado seria tensionado pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores, o que alargou o escopo das políticas sociais, processo esse decorrente da luta de classes” (Neto, 2005, p. 26 *apud* Behring, 2018, p. 44-45).

A partir desse debate marxista para a abordagem da política social e tendo está dentro da contemporaneidade algumas heterogeneidades na sua interpretação, que vai desde o surgimento das políticas sociais dentro do contexto de acumulação capitalista, passando pela função do Estado como mantenedor do *status quo* no processo hegemônico até a emergência exclusiva no seio das lutas dos trabalhadores, que é possível perceber que mesmo com as mudanças no sistema econômico e a consolidação do capitalismo a partir do neoliberalismo, que as políticas sociais resultam das relações do Estado com a sociedade civil no âmbito do processo de produção e reprodução e exploração da força de trabalho.

Desse modo, tanto no sentido amplo quanto restrito, discorrer sobre as variadas interpretações referente ao surgimento das políticas sociais, denotam que estas assumem de fato essas configurações, não sendo suficientes para esgotar o debate referente as variadas contradições que envolvem os processos sociais, as relações de poder, as condições de vulnerabilidade de maior parte da população, o que conseqüentemente, no escopo dessas discussões não se reconhece as políticas sociais como ponto central na agenda de lutas dos trabalhadores, como trazido por Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2007).

A investigação sob o enfoque do método da crítica da economia política proposto por Marx consiste, portanto, em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inseridos na totalidade concreta: a sociedade burguesa (Behring; Boschetti, 2007, p. 38).

É nessa perspectiva que se torna imprescindível a abordagem e o entendimento referente a análise das políticas sociais, antes mesmo de aprofundar o seu desdobramento a partir da concretização das políticas públicas no âmbito da Seguridade Social com enfoque na saúde e assistência social. Este tem sido o esforço, de relacionar desde a origem até o movimento atual das políticas sociais dentro do contexto da construção social burguesa, “o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões” (Behring; Boschetti, 2007, p. 42)³.

Não obstante, é possível fazer um paralelo entre o Estado liberal do século XIX e o Estado Social do século XX, ambos com ações interventivas pouco resolutivas para a vida dos trabalhadores e respostas insuficientes no atendimento das expressões da Questão Social. Outrossim, percebe-se quando retratamos as respostas coercitivas a absorção de poucas demandas dos trabalhadores ainda no sistema liberal, trata-se a política social como paliativo a essas necessidades e se mantém o controle sobre a execução da força de trabalho.

Apreende-se ainda, que não há um distanciamento entre o Estado Liberal e o Estado Social e sim, o reconhecimento no século XX dos direitos sociais, no entanto, com a mesma característica de não colocar a prova a lógica capitalista e seus fundamentos.

Partindo desse pressuposto, que se ressalta a organização social através da classe trabalhadora como forma de pressionar o Estado a assumir suas demandas enquanto direito pautadas na socialização das riquezas, emancipação do ser humano e a pressão de mudança sobre a forma do regime capitalista. Desse modo, como ainda afirma Elaine Behring e Ivanete Boschetti:

A classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos [...]. Assim, a generalização dos direitos

³ Ainda para Behring e Boschetti (2007, p. 43-44), “uma dimensão fundamental e orientadora da análise é a ideia de que a produção é o núcleo central da vida social e é inseparável do processo de reprodução, no qual se insere a política social – seja como estimuladora da realização da mais-valia socialmente produzida, seja como reprodução da força de trabalho (econômica e política). Nesse sentido, a teoria do valor trabalho, cuja operação também é histórica e permeável à ação dos sujeitos – não é, portanto, uma espécie de respiração natural do capitalismo -, constitui uma ferramenta importante para pensar a política social, já que esta é uma mediação no circuito do valor.

políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX. O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (Behring; Boschetti, 2007, p. 64).

A citação apresentada acima permite tratar o Brasil numa perspectiva mais específica, uma vez que me refiro à um país em desenvolvimento e por essa característica, o capitalismo consolidou-se de maneira distinta dos países desenvolvidos, que se estendeu de sua colonização, ao período escravocrata e a subordinação ao mercado mundial. Importante dizer isto, pois as lutas sociais no Brasil aqui estabelecidas sempre estiveram voltadas a garantia das condições de sobrevivência, melhores condições de trabalho, educação e só teve garantido os direitos sociais como direitos constitucionais em 1988 com a aprovação da Constituição Federal, remontando o período tardio em todos os processos que estamos inseridos. “O maior exemplo desse peso é a condição de trabalho nas relações sociais [...], carregados até hoje de desqualificação, a qual é definidora da relação entre capital e trabalho no país” (Ianni, 1999 *apud* Behring; Boschetti, 2007, p. 267).

Ao longo das décadas, foi possível perceber que a construção e consolidação das políticas sociais se deram inicialmente por uma necessidade do Estado em conter as exigências da classe trabalhadora, fortalecendo o conceito de “assistencialismo” para aqueles que não se enquadram dentro dessa definição e atendendo os interesses da burguesia, mas também pelo fortalecimento das lutas sociais na exigência da garantia de direitos básicos, como saúde e alimentação. E ainda hoje, com o desmonte das políticas públicas através de programas assistenciais que possibilitaram a retirada da população da margem da linha da pobreza e o esfacelamento de diversos outros programas nas mais variadas áreas, fragilizou-se mais as condições de precariedade de sobrevivência das populações vulneráveis, em específico, as pessoas em situação de rua, que permanecem à margem da linha da pobreza.

O próximo ponto irei discorrer sobre o papel do Estado relacionado a essa população e as nuances que envolvem a construção de programas e projetos voltados as pessoas em situação de rua.

2.2 O ESTADO E SUA ATUAÇÃO JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

No ano de 2008, foi publicizado o primeiro e único Censo Nacional pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS sobre a população em situação de rua que ocorreu entre agosto de 2007 e março de 2008 e até os dias atuais não se têm registros de novas pesquisas desta abrangência, o que demonstra o descaso do Estado junto a esta população. Destarte, para o fato sancionado referente a extinção deste Ministério em janeiro de 2019⁴ pelo atual Governo Federal, fragilizando ainda mais a promoção de inclusão social, assistência integral e a constituição de uma renda mínima à população em situação de pobreza e vulnerabilidade, o que consequentemente repercute diretamente nas condições de vida da população em situação de rua.

Neste I Censo e Pesquisa Nacional⁵ constam informações importantes sobre estas pessoas e fornecem subsídios para a formulação de políticas públicas para o setor. Ainda que sejam dados defasados, pois datam de 2008, a realidade não modificou muito, pelo contrário, com o agravamento da pandemia em março de 2020 aqui no Brasil, ampliou-se as condições de precariedade de sobrevivência nas ruas do país.

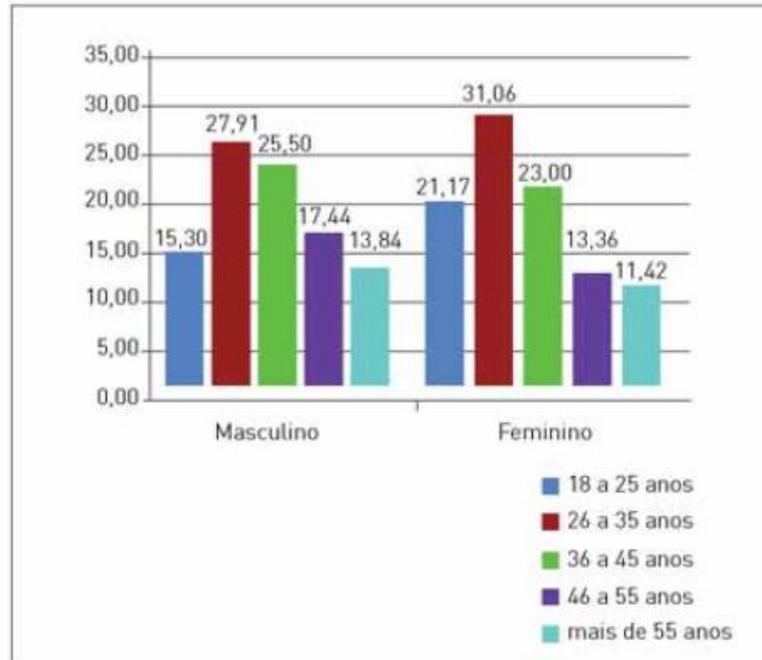
Assim, no período de realização desta pesquisa foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua, em 71 cidades brasileiras, “vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praia, barcos, túneis [...]” (Brasil, 2009b, p. 85), traçando um perfil sobre idade, condição socioeconômica, motivação das idas às ruas, relação com trabalho, renda e outras questões importantes para compreender quem são essas pessoas.

A pesquisa aponta uma população relativamente jovem, concentrando um percentual maior de mulheres nos grupos etários mais baixos, conforme gráfico exposto abaixo (Brasil, 2009b, p. 86).

⁴ Sites de reportagens que tratam sobre o desmonte da Política de Assistência Social, que refletem na população em estado de vulnerabilidade. Cf. em: <https://fpabramo.org.br/2021/06/07/pauta-brasil-pais-vive-desmonte-da-protecao-social-e-do-estado-democratico-de-direito/>; <https://revistaforum.com.br/politica/100-dias-10-medidas-e-a-destruicao-do-desenvolvimento-social-do-brasil/>

⁵ Cf. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População de em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 5 dez. 2021.

Figura 1. Gráfico de percentual de mulheres e homens por grupos etários



Fonte: Brasil (2009b).

Isso demonstra que mesmo num universo majoritariamente masculino, ao longo dos anos houve um aumento considerável do número de mulheres em situação de rua e a necessidade de ampliar o debate sobre as condições de sobrevivência deste grupo populacional e as vulnerabilidades as quais estavam expostas. Ainda um crescimento exponencial nas faixas etárias de 18 a 35 anos entre as mulheres, o que representa uma exposição maior as adversidades existentes no contexto da rua.

Ainda em relação a raça/cor, nesta pesquisa constatou-se que “39,1% se declararam pardos, 29,5% se declararam brancos e 27,9% se declararam pretos” (Brasil, 2009b, p. 85). A partir da análise dessas informações, pela minha experiência no atendimento às pessoas em situação de rua e que em sua maioria é de pessoas negras e todo o processo de naturalização da desigualdade, consolidados no imaginário que ser negro é inferior e não detentor de direitos, percebe-se um não reconhecimento identitário, mas que com o passar dos anos, com a organização dessas pessoas numa perspectiva de mobilização enquanto movimento social, esse cenário vem se modificando.

Para Sueli Caneiro (2011), uma das heranças da escravidão no Brasil ainda no século XIX foi o racismo científico, “que dotou cientificamente a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquia entre elas [...] Dessas ideias

recorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais” (Carneiro, 2011b, p. 16).

Versando, ainda, sobre o mesmo assunto Abdias Nascimento (2016), destaca que aqui no Brasil começou a ser ventilado o conceito de *democracia racial*, que dispõe da impressão que brancos e pretos convivem sem conflitos e oportunizam-se das mesmas condições de vida social e econômica, sem quaisquer interferências da estrutura social determinada. Desta forma, enfatiza que nesta sociedade as relações sociais são marcadas pelo fator ético e/ou racial, contrários a esse imaginário longínquo da suposta *democracia racial*. Segundo ainda o autor:

Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidades de dúvidas, é que trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele assim chamado descendentes de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um *negro*, não importa a gradação da cor de sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas[...] (Nascimento, 2016, p. 48).

Propositadamente, trago essa discussão articulando os marcadores de gênero e raça, onde os estereótipos e preconceitos instituídos no contexto social afetam diretamente as pessoas em situação de rua e mesmo tendo como base a formação marxista que defende a distribuição igualitária de renda e a descentralização da concentração de riqueza das mãos de uma minoria, e sendo mulher negra e feminista, percebo a necessidade de costurar a discussão de classe interseccionada a gênero e raça, escopo principal dessa pesquisa.

Nesse íterim, faz-se necessário concatenar o conceito de interseccionalidade, termo construído por mulheres feministas negras, que não tinham suas demandas, reivindicações incorporadas por mulheres feministas brancas, bem como, o próprio movimento antirracista, que tinha como foco as relações a partir de homens negros. Assim, destaca Karla Akotirene (2019):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 19).

Considero, nesse contexto a relevância da mulher em situação de rua que integra, como já citado, parte desse contingente populacional e depende de intervenções estatais para cuidar de si e muitas vezes, dos filhos. Por isso, a importância de trazer a discussão de interseccionalidade para esses escritos, contudo, o aprofundamento desta interlocução será ampliado no decorrer deste estudo.

Partindo da desigualdade social e racial e da ineficiência do Estado, destacarei ainda aqui outros dados relevantes do Censo sobre essa população, como o nível de escolaridade e a sua trajetória na rua. Referente ao nível escolar, 63,5% não concluíram o ensino fundamental (à época denominado de 1º grau), 17,1% não sabiam ler e escrever e apenas 3,8% à época faziam algum curso, formal ou profissionalizante, conforme figura a seguir (Brasil, 2009b, p. 85).

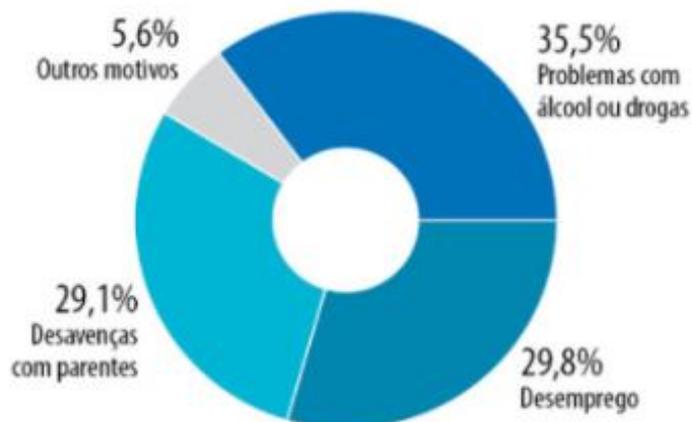
Figura 2. Escolaridade

Escolaridade	F	%
Nunca estudou	4.175	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4
1º grau completo	2.854	10,3
2º grau incompleto	1.045	3,8
2º grau completo	881	3,2
Superior incompleto	190	0,7
Superior completo	194	0,7
Não sabe/Não lembra	2.136	7,7
Não informado	2.787	10,1
Total	27.647	100,0

Fonte: Brasil (2009b).

Ainda sobre suas trajetórias na rua, a pesquisa revela que os principais motivos apresentados pelos entrevistados estão relacionados ao uso de álcool e outras drogas, desemprego e conflitos familiares, conforme dados a seguir:

Figura 3. Razões para ida à rua



Fonte: Brasil (2009b).

Notoriamente percebe-se que mesmo com essas informações, já se havia pouco investimento em políticas públicas no atendimento às demandas dessas pessoas, visto os índices de escolaridade e também os dados sobre inserção no mercado de trabalho, tais como: 70,9% exerciam alguma atividade remunerada, mas distribuídas em atividades consideradas “braçais” e de baixo valor econômico, sendo 27,5% catador de materiais recicláveis, 14,1% guardador/lavador de carro, 6,3% construção civil, 4,2% limpeza e 3,1% carregador/estivador, chama atenção o percentual de 15,7% tinham que pedir dinheiro como principal meio de sobrevivência e 47,7% nunca haviam trabalhado de carteira assinada (Brasil, 2009b).

Nesse contexto infere-se que são múltiplos os motivos que levam às pessoas a situação de rua, estruturados numa sociedade capitalista, desigual e racista, que se amplia com o fortalecimento do capitalismo, as privatizações e tercerizações dos bens públicos no decorrer dos anos, fortalecendo assim, a composição da condição de pobreza no contexto das sociedades capitalistas. Uma mulher, ex-moradora de rua, que esteve nesta condição por 15 anos na cidade do Rio de Janeiro, relata em entrevista à Fiocruz (Monteiro, 2021)⁶ a ineficiência do Estado no atendimento as demandas que deveriam ser viabilizados pelas ações governamentais, alicerçados pelas políticas públicas.

Vivemos em um país onde as políticas públicas estão todas desajustadas e praticamente não existem, em especial para as pessoas em situação de rua, e a saúde mental está sucateada. Eu, por exemplo, não conseguia um tratamento. Eu tive 11 internações, mas a maioria em comunidades terapêuticas, porque o Estado não tinha nada para oferecer e, até hoje, continua a mesma coisa. Todas as dificuldades estão na falta de políticas públicas, na invisibilidade que o poder público impõe soberanamente sobre as pessoas que estão ali. O Estado não abre nenhuma porta para ninguém, não dá essa oportunidade. Não está preocupado com ninguém, sujos, feridos, cansados, drogados, estigmatizados. (Monteiro, 2021).

O Estado se sustenta muitas vezes em questões cotidianas burocráticas, como a falta de documentação, por exemplo, realidade permanente na vida de mulheres e homens em situação de rua. Assim, nos atendimentos que realizei no Centro de Triagem (CT)⁷, que se localizava no bairro da Baixa dos Sapateiros na cidade de Salvador/BA, eram frequentes as pessoas que chegavam para abrigamentos

⁶ Cf. Monteiro (2021).

⁷ Centro de Triagem (CT), antigo dispositivo que integrava o escopo de serviços na antiga Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMPS) no município de Salvador/BA, atualmente este serviço inexistente, mas era direcionado às pessoas em situação de rua. O objetivo do serviço era a oferta de atendimento multidisciplinar e abrigo provisório até a disponibilidade de uma vaga nos Albergues ou a liberação de auxílio aluguel.

provisórios sem nenhuma identificação, muitas vezes nunca tinham tido algum documento. Em inúmeras ocasiões, foi necessário recorrer ao Instituto de Identificação Pedro Melo para identificação dessas pessoas através do exame papiloscópico, mas só era possível a identificação se a/o usuária/o tivesse alguma vez retirado um documento com impressão digital, como o Registro Geral (RG), por exemplo. A orientação institucional era aceitar o/a usuário/a se tivesse documentação ou tivesse um Boletim de Ocorrência (BO) registrado relatando a perda de documentação.

Vale destacar, que a obrigatoriedade da documentação, acarreta uma série de situações para essas pessoas que se encontravam nessa condição, como por exemplo, não desejarem que sua identidade fosse descoberta por conflitos familiares ou alguma questão pendente com a justiça e isso deve ser respeitado, porém, os aparatos institucionais não estão adequados para o atendimento dessas demandas.

A partir desse entendimento, enfatizo que o atendimento direcionado a essas pessoas precisam ter foco no respeito às suas condições, uma escuta atenta e cuidadosa e para além disso, a construção de vínculos para conseguir minimamente atender as diversas demandas que estão voltadas à saúde, assistência social e condições de sobrevivência, que não significa necessariamente sua retirada obrigatória das ruas. Assim, serviços de saúde e até mesmo de assistência social que possuem em suas diretrizes o atendimento integral, rejeitam parte dessas pessoas, o que ocasiona dessitência na busca por esses serviços, ampliando o agravamento das necessidades sócioassistenciais.

Como se pode observar, a inexistência de documentos representa uma barreira no acesso aos serviços de saúde e assistência em decorrência dos processos burocráticos regulamentados nessas instituições, sendo ineficaz no atendimento das demandas e perpetuando a condição de vulnerabilidade.

Dentro disso, o Censo do MDS (Brasil, 2009b) já citado anteriormente, identificou que 24,8% do público entrevistado nunca teve quaisquer documentos de identificação, 42,2% não tinham CPF e 37,9% certidão de nascimento ou casamento. Além disso, 88,5% não recebiam nenhum benefício dos órgãos públicos e apenas 27,4% procuravam alguma unidade básica de saúde quando doentes, o que ratifica as questões relatadas anteriormente.

Segundo Maria Lúcia Lopes da Silva (2009, p. 95), a população em situação de rua surge de condições sócio-estruturais originárias do pauperismo, quando no

final do século XVIII, os trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras e não foram absorvidos pela industrialização crescente da época, “seja pela incapacidade da indústria, seja pela dificuldade de adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho”. Com este cenário imposto, muitas pessoas passaram a ocupar as ruas da cidade e em decorrência disso, no “final do século XV e todo século XVI, fez surgir nos países da Europa uma legislação rígida contra a vadiagem” (Silva, M. L., 2009, p. 95).

A visão marxista sugere que, mesmo aqueles que eram assalariados da agricultura, por utilizar seu tempo livre trabalhando para os grandes proprietários, dispunha de habitação e uma área para cultivar. [...] Esses trabalhadores tiveram suas próprias terras roubadas e também as terras comuns foram confiscadas com métodos violentos. [...] Há que se registrar também que a Igreja Católica era proprietária feudal de grande quantidade de terras e nelas trabalhavam moradores hereditários pobres, que por lei tinham direito a uma parte do dízimo da igreja (Silva, M. L., 2009. p. 94).

Deve-se considerar que os trabalhadores rurais que a autora se refere distancia-se dos homens e mulheres escravizados que nada recebiam pela sua força de trabalho, uma vez que não é possível considerar escravidão como trabalho. Assim, Abdias Nascimento (2016), tece uma crítica necessária sobre os africanos trazidos como escravos, exercendo seu papel de “força de trabalho”, por volta de 1530 no Brasil.

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem os escravos, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca (Nascimento, 2016. p. 59).

Torna-se inevitável pensar que na construção da história do país, ainda que suas relações sejam postas a partir das classes sociais, estas estão estruturalmente enraizadas na discussão de gênero e raça. Os dados expostos anteriormente, possibilita o entendimento sobre as pessoas que se encontram em situação de rua, as condições insuficientes de sobrevivência e ainda nesse contexto, a existência de diferença nos olhares, trato e acesso aos serviços institucionais entre as pessoas brancas **na** rua e as pessoas negras **de** rua.

Por diversas vezes, em atendimentos no contexto da rua ou dentro dos serviços de saúde e assistência social pelos quais trabalhei, escutava diversas expressões: “*nossa, como pode um homem tão bonito estar nessas condições?*”; “*um homem forte desse de trabalhar pra quê ficar aqui?*”; “*está na rua porquê quer?*”; “*fica aí na rua e*

depois vem dizer que foi violentada! Isso ela gosta!”, falas que eram ditas por colegas de trabalho em suas variadas formações, pessoas que ocupavam lugares importantes dentro das Instituições e que deveriam assegurar o direito dessas pessoas e para além disso, são falas onde a surpresa se tratava sempre de um homem branco, o trabalho duro inevitavelmente do/a homem/mulher preta e preto e a exposição às variadas formas de violência direcionadas as mulheres indistintamente, entre diversas outras expressões que dialogavam diretamente com esse racismo estrutural enraizado em nossa sociedade.

De certo que durante essa caminhada também cruzei com profissionais imersos no seu compromisso em acolher as/os usuárias/os de maneira ética e respeitosa, compreendendo a importância da escuta, intervenção e a articulação de rede interinstitucional. A noção que nossa participação nos movimentos sociais não nos torna protagonistas daqueles espaços, somos companheiras/os de jornada e é imprescindível contribuir para que a população em situação de rua exponha suas dores, necessidades e delinee o caminho necessário para a consolidação dos seus direitos. É dentro dessas organizações coletivas, o movimento necessário para lutar por políticas públicas mais consistentes e que dialoguem com as necessidades reais da população, construídas com ela.

Não tenho a intenção neste trabalho de me delongar sobre a complexa operacionalização dos serviços ofertados a este público, mas preciso trazer a precariedade das estruturas dos serviços seja de saúde ou de assistência social, a escassez nos investimentos públicos nessas unidades, bem como, a precarização de vínculos dos profissionais que integram as equipes multidisciplinares. Isso dificulta o aprofundamento dos atendimentos, a articulação de rede entre os diversos níveis e desdobra-se numa sobrecarga de trabalho e numa ineficiência do uso dos dispositivos como está previsto nas legislações.

Aqui firmo a responsabilidade do Estado, em níveis federal, estadual e municipal sobre dar condições de funcionamento aos serviços disponibilizados para a população em situação de rua, dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁸, os abrigos/albergues, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), serviços de Abordagem de Rua, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centros POP) e

⁸ Link de acesso para maior entendimento sobre o SUAS: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social>

outros e também, os serviços pertencentes ao Sistema Único de Saúde (SUS)⁹, dentro das pastas da atenção psicossocial, atenção básica, um destaque importante para os Consultórios na Rua, atenção especializada e urgência e emergência.

Dando continuidade, conforme apontado anteriormente, destaquei as expressões pessoas brancas **na** rua e as pessoas negras **de** rua, o que nos permite relacionar a discussão de racismo dentro das instituições e fora dela, pois o “**na**” denota que a pessoa passa por essa rua e não vive nesse contexto e “**de**”, ela pertence àquele cenário, como se fosse impossível deslocá-la dessa realidade. O trabalho de atuar junto a população nesse contexto em diferentes dispositivos, ampliou meu olhar e a análise sobre as diversas expressões, e dentro desse cenário, à população preta sempre foi dada como homens e mulheres pretos e pretas pertencentes aquele lugar, sendo negada muitas vezes oportunidades de tentarem outras formas de vida e a população branca o estranhamento por ainda estarem naquelas condições.

Silvio Almeida (2019), vai dizer que o racismo institucional ultrapassa a ação individual, pois os aparatos institucionais são monopolizados por um grupo específico de pessoas, ou seja, os detentores de bens e serviços, mantendo assim o *status quo* das regras sociais, pautadas numa base racista.

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – em todos os conflitos que lhe são inerentes -, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (Almeida, 2019, p. 47).

Essa definição é fundamental para pensar o racismo no nosso processo de construção enquanto sociedade brasileira e como a discussão de políticas públicas perpassam por intervenções racistas e ações pensadas numa perspectiva de caridade.

O que nos remete uma crise política agravada desde 2016 por governos marcados pelo desmonte de políticas sociais e autoritarismos que preconizam a privatização e a disposição de bens e serviços do país aos grandes empresários, crise esta que se permeia até os dias atuais, pois os desmontes dos programas e projetos que atendiam a grande parcela da população, foram descontinuados ou extintos, como o Programa Bolsa Família (PBF) que integrava o Cadastro Único (CAD Único),

⁹ Cf. site de acesso para maior entendimento sobre o SUS: <https://www.gov.br/saude/pt-br>.

que a pouco tempo passou a inserir as pessoas em situação de rua, tendo as mulheres como as principais beneficiárias e essa população tinha acesso a diversos outros programas. Consequentemente retrocedemos no avanço de emancipação das populações mais vulneráveis e como já destaquei em diversos momentos, retornamos a era da caridade e do assistencialismo, reforçados pelo novo programa Auxílio Brasil, criado em 2021 pelo atual Governo.

Salienta-se que este programa provoca a descontinuação de políticas públicas permanentes e a fragilidade na certeza de sua continuidade, pois foi aprovado por medida provisória e configura-se como programa de governo e não política de Estado¹⁰.

Visando dar continuidade a essa reflexão referente a limitação no cuidado e atendimento a essas pessoas, ampliarei a discussão sobre o papel do Estado e os retrocessos aos variados níveis de Governos na implementação do Decreto nº 7.053/2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e ainda aqui em Salvador/Ba, o cumprimento do Decreto municipal nº 23.836/2013 que instituiu a Política Municipal para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Política Nacional que define como pessoas em situação de rua:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009a, parágrafo único).

Dentro desta mesma definição, define os princípios além da igualdade e equidade, a seguir:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;
 II - direito à convivência familiar e comunitária;
 III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
 IV - atendimento humanizado e universalizado; e
 V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (Brasil, 2009a, art. 5º).

Disto decorre a importância da implementação desses Decretos e mais além, a mobilização social de sua transformação em Lei Federal.

¹⁰ Cf. site disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1833>

Desta forma, dar seguimento a esta discussão é primordial para ampliar o conhecimento acerca dessas pessoas, compreender as suas necessidades e direitos. Pessoas em suas variadas formas de coexistir na condição de rua e que necessitam da atuação do poder público na sustentação de sua sobrevivência, como já discorrido.

Conforme já dialogado, são diversas as definições dadas às pessoas em situação de rua, sendo relevantes destacar algumas delas:

Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular (Carvalho *apud* RECIFE, 2005, p. 20, nota 7).

Segmento da população de baixa renda, em idade adulta, que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouros públicos, tais como praças, calçadas, marquises, baixos de viadutos, em galpões, lotes vagos, prédios abandonados e albergues públicos. O conceito abrange ainda crianças e adolescentes desde que em companhia das respectivas famílias (Carvalho *apud* RECIFE, 2005, nota 7).

Nota-se que os conceitos não são divergentes, ambos se apropriam do entendimento de pessoas que não possuem renda fixa e os vínculos familiares permanecem fragilizados, incluindo muitas vezes famílias inteiras nessa condição, retratados nos dados do Censo do MDS (Brasil, 2009b) realizado em território nacional.

Com a ampliação do olhar e a percepção das pessoas em situação de rua e o fortalecimento de sua identidade como sujeitas(os) de direitos e a necessária organização como Movimento Social, estes/estas vem fortalecendo suas bases a nível nacional, estadual e em muitas cidades do país, passando a tornar-se “visíveis” em diversas instâncias e setores da sociedade brasileira através do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e construindo articulações importantes com outros movimentos sociais, Defensorias Públicas, Ministério Público, além disso, ocupando lugares nos Conselhos de Saúde e Assistência Social. Como destaca o próprio MNPR:

Os direitos devem garantir a dignidade de todas as pessoas. Assim, a escravidão, o racismo, a tortura, os tratamentos humilhantes e degradantes constituem crimes. A população em situação de rua organizada e parceiros têm demonstrado capacidade e coragem de denunciar, mas também de construir e anunciar um projeto de sociedade diferente, na qual as pessoas reconheçam o valor de cada ser humano (MNPR, 2010, p.08).

A partir deste preâmbulo, faz-se necessário analisar também dados atuais nesse contexto de pandemia, percebe-se uma mudança no perfil da população em

situação de rua e a importância da construção e retomada de programas dentro das políticas públicas de responsabilidades do Estado, apesar de tantos retrocessos.

Se anteriormente a pandemia, já existiam variados conceitos por diferentes autores relacionados as formas de inserção na rua por estas pessoas, que se diferem *por estar, ser ou ficar na rua*, sendo que a permanência cotidiana dormindo pelos centros urbanos, os vínculos familiares rompidos e fragilizados, quase inexistentes e a característica da falta de emprego ou oportunidades para a inserção no mercado de trabalho, relacionam-se ao *estar na rua*; quando a rua passa ser o único dispositivo de vínculo do indivíduo, da construção de suas relações sociais e submetidas as condições de alimentação e higiene precárias, atrela-se ao *ser da rua* e por fim, as pessoas que passam pouco tempo, não se habitam e procuram logo uma instituição para abrigar-se e chegam nesta situação por questões pontuais, como não ter emprego ou onde morar, configura-se *como ficar na rua* (Carneiro Junior et al., 1998).

Portanto, com a pandemia ampliou-se o número de trabalhadores que perderam seus empregos e suas casas, conforme matéria da Fiocruz de 2021 que destaca:

A pandemia da Covid-19 elevou ainda mais a vulnerabilidade das pessoas que vivem em situação de rua, ampliando o contingente populacional e mudando o perfil dessa parcela da população. Conforme dados de pesquisa realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, 31% das pessoas estão na rua há menos de um ano. Dessas, 64% estão nessa condição por perda de trabalho, moradia ou renda. Entre os entrevistados, 42,8% afirmaram que sairiam das ruas se tivessem um emprego (Monteiro, 2021).

Realidade esta que não difere das demais capitais do país, assim, retomando a importância de possuir dados mais precisos sobre essa população esperançou-se a inserção das pessoas em situação de rua no Censo de 2020. Possibilidade esta que foi descartada pelo IPEA, em nota técnica de N° 73, publicada em junho de 2020 que diz:

De fato, é muito complexo realizar este tipo de estudo em escala continental, ainda mais considerando a diversidade do território brasileiro e de suas formas de ocupação. [...] Por conta disso, embora as dificuldades não sejam incontornáveis, no momento a melhor forma de estimar essa população e sua evolução ao longo dos anos é por meio da compilação, análise e modelagem estatística de dados oficiais coletados pelos mais de 5.500 municípios da Federação (IPEA, 2020, p. 9).

Nesse diapasão, ainda que esses dados sejam o compilado dos municípios do país, estes também não possuem registros de pesquisas aplicadas com a totalidade da população de rua locais, sendo realizadas pesquisas pontuais com um recorte dessa população como a concretizada aqui em Salvador pelo Projeto Axé, no período

de janeiro e novembro de 2017, última pesquisa registrada, com uma “amostra de 1.447 pessoas tendo por base as variáveis de idade, gênero, raça e situação de rua observada” (Carvalho et al., 2017). Deste modo, a ausência de dados que traduzam as reais condições e informações sobre esta população, têm consequências diretas nas políticas públicas e na desresponsabilização do Estado na organização e implementação no planejamento de ações com a justificativa que se há uma estimativa, mas não se sabe exatamente quantos são, onde se concentram, quais suas condições de sobrevivência. O cenário pandêmico só agravou esta realidade, uma vez que o índice de desemprego aumentou, a crise econômica ampliou e não há perspectiva de melhorias significativas nesses termos.

Contudo, mesmo esses dados sem precisão pois não alcançam a totalidade das pessoas em situação de rua, eles refletem uma realidade de crescimento do número de pessoas nas ruas e da desarticulação das políticas públicas já alcançadas.

Na pesquisa realizada pelo Projeto Axé (Carvalho et al., 2017), observou-se uma série de dados relevantes para pensar a população em situação de rua na cidade de Salvador. Do percentual de entrevistadas(os), foram identificados que 82,6% são homens, 15,9% correspondem as mulheres e apenas 1,5% estão relacionados às pessoas da comunidade LGBT.

Esses dados apontam uma realidade imposta desde sempre, que o percentual de homens é significativamente maior do que o contingente de mulheres em situação de rua, no entanto, registra-se o crescimento de mulheres nessas condições, pois por décadas nem se falavam de mulheres nessas condições. Importante frisar, que como a própria pesquisa citou, esta foi a primeira pesquisa, ainda que em recorte menor, a quantificar a população *queer*.

O cenário da rua impõe uma construção hegemonicamente masculina, muitas vezes hostil e endurecida nas suas relações em decorrência da nossa construção social impetradas por uma sociedade machista e patriarcal¹¹. Sendo assim, as mulheres neste espaço público da rua também estão sujeitas as variadas formas de violência.

Dentro dessa perspectiva, as políticas públicas pensadas para esta população, não define de maneira precisa ações específicas garantidas por Lei no cuidado e atenção a este público feminino. Isto me remete, e não consigo dissociar, aos serviços

¹¹ Termos utilizados para indicar uma sociedade formada, pensada e gerida por homens, onde as mulheres estão sempre em locais subalternos e submissos.

institucionais que carregam essa construção voltadas para o masculino, porém na atualidade, com o *roll* de discussões, vem sendo inserido em suas pautas de intervenção adequações para atender as mulheres que se encontram em situação de rua.

Ainda nesta pesquisa, destacou-se a idade dessas pessoas relacionadas a sua chegada às ruas, sendo que 64,2% da população iniciou sua trajetória de rua entre zero e 25 anos, distribuídos da seguinte forma: 17,6 % entram em situação de rua entre zero e 11 anos de idade, 25% entre 12 e 17 anos; e 21,6% entre 18 e 25 anos. Em contraste aos 31% da população que chegou às ruas com idades entre 26 e 59 anos, e apenas 0,8% com de idade a partir de 60 anos (Carvalho et al., 2017, p. 8).

Nitidamente a adolescência e a juventude, conforme termos definidos pelo Estatuto da Criança e Adolescente de 1990, tem o impulso maior de inserção na realidade das ruas. Pode-se considerar diversos os fatores que perpassa pelos conflitos familiares até a suposta sensação de liberdade, muitas vezes relatado por adolescentes em atendimento comigo, acolhidos num Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas CAPS AD III na cidade de Salvador/BA.

Outro dado relevante que apontou este estudo, referiu-se ao tempo de permanência nas ruas, 77,6% da população estimada estava em situação de rua há pelo menos um ano, sendo que 13,8% estavam de um a três anos incompletos, 12,9% de três a cinco anos incompletos e 50,9% com mais de 5 anos, assim, a rua se consolidou num espaço evidente de construção de vínculos, moradia e por vezes, a única possibilidade para essas pessoas (Carvalho et al., 2017).

No que se referiu a autodeclaração racial, a pesquisa do Projeto Axé (Carvalho et al., 2017) indicou que 58,2% se autodeclararam como negros/pretos, 34,6% pardos, 5,5% brancos, 0,8% amarelos e 1,0% indígenas, ou seja, como discutido anteriormente, à medida que a população negra vai ampliando os espaços sociais de participação e a questão do racismo se torna pauta necessária, amplia-se o fortalecimento da afirmação da identidade como pessoas negras.

Mas vale destacar, que a construção identitária das pessoas que vivem em situação de rua é comprometida muitas vezes pela situação de exposição e vulnerabilidade que são expostas, em certos períodos, o preconceito, a falta de alimentação e de condições de higiene afetam as percepções biopsicossociais. Nesta direção, o cenário das ruas possui uma série de intervenções da sociedade que ultrapassam as ações executadas pelo poder público. Essas intervenções são

desenvolvidas por entidades do 3º Setor, por grupos de diversas religiões e mesmo pessoas físicas que promovem campanhas de arrecadação de produtos básicos, ações que tem grandes significado para a sobrevivência dessa população em situação de rua.

É importante pensar que essas ações, em decorrência da desresponsabilização do poder público no atendimento integral as pessoas em situação de rua, e numa sociedade que tem como base econômica o capitalismo e a concentração de renda nas mãos de uma minoria, a caridade/o assistencialismo surgem nesses momentos e me remete ao próprio Abdias Nascimento (2016) quando atribui à Igreja Católica o papel exercido em fomentar e instituir a escravidão em toda sua rudeza, dando a conotação que todo aquele sofrimento era para salvação e “dar graças a Deus” por estar naquela condição.

Muitas vezes as pessoas que estão em situação de rua, acreditam/desconhecem que possuem direitos instituídos numa sociedade dita “democrática”, e todas essas intervenções que são desenvolvidas no contexto da rua pela sociedade civil, soa como “favor”, assim, fica evidente uma perpetuação dessa condição, onde o povo preto permanece nessa situação de subserviência, fruto do cristianismo. Como aponta o próprio Abdias Nascimento (2016):

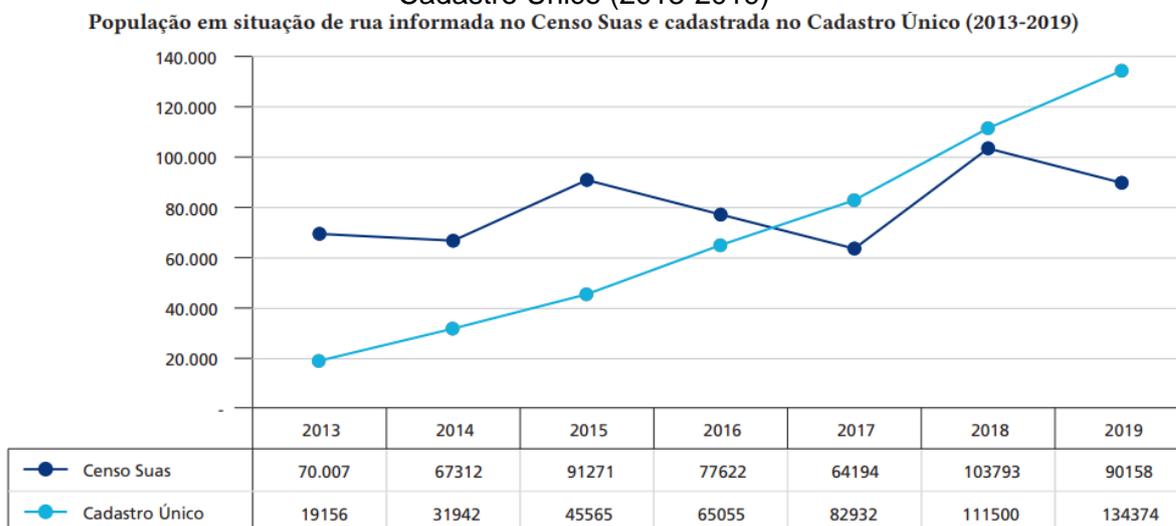
[...] Da aceitação humilde pelo escravo de toda sorte de abusos, mesmo os “maus e injustos”, não faz mais concessões à desgraçada vida diária do cativo do que aquela assumida pelo sacerdote protestante. Cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos (Nascimento, 2016, p. 63).

De modo a dar seguimento a análise dos dados, é necessário discutir a Nota nº 73/2020 publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que dá uma estimativa das pessoas em situação de rua no país, como citada anteriormente. Nesta Nota, se justifica a não inserção da população em situação de rua do próximo Censo¹², assim, analisando as informações expostas, intercala-se com a concepção de que pensar sobre essa população se torna difícil em decorrência da sua existência nessa distribuição pelos espaços públicos das ruas, mas para além disso, as informações retratam dados questionáveis pela forma como são expostos.

¹² O Censo no Brasil deve ser realizado a cada 10 anos, no entanto, ano passado devido a pandemia do novo Coronavírus, o Governo Federal alegou falta de recursos para a realização dele. No entanto, em 2021, o STF determinou que o Governo realizasse o Censo ainda este ano. Para ver, cf.: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/14/maioria-do-stf-vota-para-obrigar-governo-a-realizar-o-censo-em-2022.ghtml>.

Sendo mais específica, a Nota apresenta um dado relevante de crescimento exponencial do contingente dessa população pautados no Censo SUAS¹³ e no Cadastro Único¹⁴, processos que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Conforme dado exposto abaixo (IPEA, 2020, p. 10):

Figura 4. População em situação de rua informada no Censo SUAS e cadastrada no Cadastro Único (2013-2019)



Fontes: IPEA (2020).

Vale destacar, que o Censo SUAS está relacionado ao monitoramento de todos os serviços, programas e projetos ofertados e executados pelos municípios do país dentro do que determina as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do SUAS. As informações devem ser alimentadas por estes serviços implantados pelos estados e municípios, através de sistema próprio gerido pelo atual Ministério da Cidadania¹⁵. No gráfico acima, percebe-se uma diferença discrepante entre os dados coletados a partir das duas fontes de coleta, pois a própria Nota explica que existe uma flutuação de envio desses dados pelas grandes capitais. Assim, questiona-se: Como são coletadas essas informações dentro dos serviços? E alimentação do sistema, são consideradas as diferenças de estrutura dos serviços, formas de contratações dos profissionais multidisciplinares? E o acesso da população

¹³ Para aprofundar, vide: <https://www.gesuas.com.br/blog/censosuas/#:~:text=O%20Censo%20SUAS%20%C3%A9%20o,Tipifica%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Servi%C3%A7os%20Socioassistenciais>.

¹⁴ Para saber mais sobre o CadÚnico, vide: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>.

¹⁵ Este Ministério agregou as atividades do Ministério de Desenvolvimento Social a partir do atual Governo, desde 2019.

a essas unidades, acontece em sua totalidade? O documento estudado não fornece nenhum subsídio para compreender essas questões.

Dando seguimento, a Nota apresenta dados gerais e não especifica as diferenças entre estados e municípios, conforme planilha abaixo (IPEA, 2020, p. 10):

Figura 5. Número de municípios que informam população em situação de rua no Censo SUAS e, para esses municípios, total de pessoas em situação de rua informadas, cadastradas e atendidas pela assistência social, por ano (2003-2019).

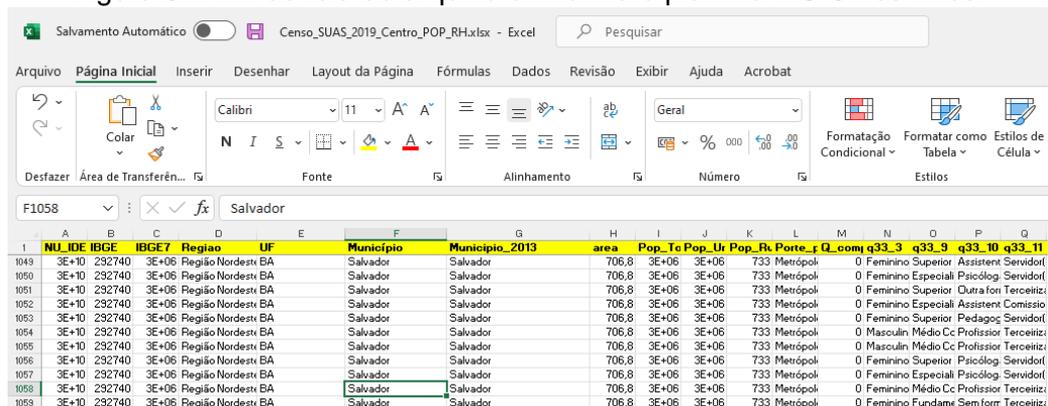
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Municípios respondentes	975	1.067	1.259	1.270	1.388	1.559	1.589
População em situação de rua informada (Censo Suas)	70.007	67.312	91.271	77.622	64.194	103.793	90.158
População em situação de rua cadastrada	16.626	27.494	37.326	42.802	25.699	76.719	62.367

Fontes: IPEA (2020).

Está posto que, mesmo com a inconsistência das informações, há um crescimento registrado do percentual de pessoas em situação de rua e, mesmo com essa cronologia em anos, poucos foram os avanços efetivos de intervenções do Estado na vida desta população.

Em resumo, aprofundando a análise desses dados a partir de uma das fontes informadas na pesquisa do IPEA, o site do Censo SUAS, percebe-se duas questões: a primeira, a dificuldade de encontrar as informações por estados e municípios, pois estas estão organizadas por regiões; a segunda, por conseguinte, é o acesso através de um arquivo em programa de Excel, onde até localiza-se o município, mas as informações expostas não são acessíveis ou de fácil compreensão para quem não atua na área, conforme imagem a seguir:

Figura 6. Print de tela do arquivo em formato planilha MS Office Excel



Fonte: BRASIL, 2020.

Ainda sobre este ponto, o Relatório do IPEA (2020), destaca:

A nova estimativa eleva consideravelmente a precisão dos resultados obtidos. Isso é efeito direto da melhoria na qualidade da informação produzida nos últimos anos. É particularmente notável o esforço dos governos em incluir o povo da rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e, por esse meio, ofertar um espaço de visibilização deste povo para a cidadania social. Embora a própria natureza dinâmica da situação de rua dificulte o cadastramento e ainda exista um bom número de pessoas descobertas, o avanço é evidente (IPEA, 2020, p. 9).

É válido novamente, trazer dados referente ao acesso da população em situação de rua em diferentes períodos, no Censo a nível nacional e também na Pesquisa do Projeto Axé, já citados anteriormente. Nos dados do Censo, 11,5% da população entrevistada recebiam benefícios de órgãos governamentais, desses apenas 2,3% recebiam Bolsa Família e 1,3% Benefício de Prestação Continuada. Ainda pôde-se observar que o acesso a esses programas era irrisório na população em situação de rua e que os mais pobres, os que dormiam nas ruas e os jovens eram aqueles que nada recebiam.

Na pesquisa do Projeto Axé (Carvalho et al., 2017), 22,0% dos entrevistados não tinham a posse dos documentos possíveis de identificação (RG, certidão de nascimento, CPF, entre outros) e 36,6% já haviam retirados esses documentos, porém, apenas 21,0% deste percentual estavam em posse desses documentos. Quanto ao acesso dos programas sociais, 65,5% das/os entrevistadas/os não recebiam ou não participavam de nenhum desses programas assistencias e apenas 28,5% recebiam o Bolsa Família¹⁶ e 2,5% o Benefício de Prestação Continuada.

Assim, de forma panorâmica, ratifica-se que a população em situação de rua não acessa tão facilmente os serviços assistencias, que incluem os serviços que computam os dados para o Censo SUAS e Cad Único.

Para além disso, as documentações de registro são imprescindíveis ao acesso as políticas públicas e que a confirmação através de dados sobre o aumento da população está posto, o que questiona-se é a maneira como este último Relatório trabalha os dados, unificando as informações e separando apenas por regiões do país ou ainda pelo tamanho das capitais.

Desta forma, nada adianta alterar a metodologia na forma de junção de dados, conforme escrito no Relatório, uma vez que permanece não tratando as especificidades e trazendo dados de forma genérica sobre a população em situação de rua, sem

¹⁶ Programa de Transferência de Renda extinto pelo atual Governo Federal.

considerar as questões de gênero, raça e classe e por fim, se permanece a não inclusão desta população no Censo Demográfico e o desenho mais detalhado de políticas públicas para todos os generos relacionados as pessoas que vivem em condição de rua.

Outro aporte ainda sobre política pública, em que sua principal direção deve ser dada pelo Estado, temos ainda dentro dessa discussão, uma série de teorias acerca desse tema como destaca Potyara Pereira:

Dentre as competitivas interpretações conhecidas, destacam-se duas [...], a que privilegia o Estado como o produtor exclusivo de política pública, a ponto de conceber o termo *público* como sinônimo do termo *estatal*; e a que privilegia a relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade como o fermento da constituição e processamento dessa política. Neste sentido, a política pública não é só do Estado, visto que, para a sua existência, a sociedade também exerce papel ativo e decisivo, e o termo público é muito mais abrangente do que o termo estatal (Pereira, 2009, p. 93-94).

Nesse sentido, tais estudos, fornecem espaços para a constatação que as pessoas em situação de rua estão longe de serem alcançadas pela intervenção das políticas públicas discutidas na conjuntura atual, além da percepção que num universo majoritariamente composto por homens, como comprovam os dados supracitados, as mulheres fazem parte de um dos subgrupos mais vulneráveis que se encontram em situação de rua.

Os motivos pelos quais algumas mulheres passam a viver nas ruas são diversos. Englobam desde drogadição, adoecimento, dívidas, desastres ambientais, perda de emprego a brigas familiares. Em alguns casos, a violência doméstica é maior que nas ruas e a única “opção” é o abandono do lar (Bortoli, 2013, p. 3).

Subentende-se que as pessoas em situação de rua, especialmente as mulheres, não vivenciam a execução das legislações na garantia de direitos e na sustentação de serviços que atendam as demandas por elas/es apresentadas.

Assim, o esforço que se segue é de enfatizar a responsabilidade do Estado frente as implementações das políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua e que de nada adianta apenas publicar Decretos, quando eles não são cumpridos na prática, o que se torna mais difícil diante de um Governo que segue na contramão da garantia de direitos e das conquistas sociais e que é o responsável, pela Constituição Nacional, em delinear as diretrizes de atuação para estados e municípios.

2.3 GÊNERO E RAÇA NA INTERFACE COM A VIVÊNCIA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: O IMPACTO DA INVISIBILIDADE

Refletir sobre a forma como as categorias de gênero, raça e classe integram a vida das mulheres em situação de rua e isto se descortina no aprofundamento da interseccionalidade, é expor a maneira como essas mulheres vivenciam as formas de opressão, subordinação e sobrevivência nas ruas. Para além disso, é perceber como a invisibilidade da articulação desses marcadores esconde intervenções estatais que não viabilizam o acesso a serviços, proteção e prospecção de sair dessas condições, quando desejado.

Kimberlé Crenshaw (2017), consolida nas últimas décadas o termo *Interseccionalidade* enfatizando que os marcadores interconectados são necessários para discutir os processos de exclusão que envolve as mulheres negras. Assim, para a autora:

[...] Usei o conceito de interseccionalidade para denotar as várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências de empregaç o das mulheres negras. Meu objetivo era ilustrar que muitas das experiências que as mulheres negras enfrentam não são classificadas dentro das fronteiras tradicionais da raça ou discriminação de gênero, uma vez que essas fronteiras são atualmente compreendidas e que a intersecção do racismo e do sexismo afeta as vidas das mulheres negras de maneiras que não podem ser capturadas completamente examinando as dimensões de raça ou gênero dessas experiências separadamente. Aproveito essas observações aqui explorando as várias maneiras pelas quais raça e gênero se cruzam para moldar os aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra as mulheres não-brancas (Crenshaw, 2017).

Adicionalmente a interseccionalidade nos permite aprofundar o entendimento sobre as mulheres em situação de rua, tornando-se uma ferramenta importante de análise crítica, possibilitando um entendimento mais amplo do campo de investigação, conforme aponta Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Considerando que estas mulheres têm as ruas como moradia e estão frequentemente submetidas a subordinação e violência, uma vez que a rua por si só já se configura num espaço de exposição e hostilidade e ainda por ser um ambiente majoritariamente masculino, estas estão submetidas à convivência e afetividades violentas.

A vida na rua apresenta desafios muito intensos na vida de uma mulher, em função de suas especificidades em relação aos homens. As obriga lidar com uma realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos, situação esta que se impõe de forma muito mais brutal do que os casos de violências e preconceitos vivenciados cotidianamente por grande parte das mulheres que não estejam em situação de rua. Isto porque são consideradas

frágeis e, portanto, “menos adaptadas” a esta situação extrema, o que faz com sejam percebidas como “vítimas fáceis” (Brasil, 2009b, p. 157).

Além disso, têm a questão com o cuidado cotidiano referente ao corpo, como encontrar local para tomar banho, acesso a materiais pessoais de higiene como absorventes e também referente a sexualidade. Por certo que esse entedimento de “fragilidade” destacado no Censo, se conota distintamente entre mulheres brancas e mulheres não brancas mas, não será possível aprofundar neste estudo por não ter elementos suficientes e não ser objetivo do mesmo.

Izalene Tiene (2004), realizou uma pesquisa com um grupo de nove mulheres em situação de rua na cidade de Capinas/SP, e uma dessas mulheres de nome fictício *Linda* explicita e ratifica a arguição exposta anteriormente:

Não é fácil para a mulher ficar na rua. Quando está menstruada, precisa de um “modess” e não tem. Precisa de uma coisa para se cuidar direito e não tem. Muitas vezes você passa vergonha, porque não tem lugar para tomar banho. Você tem que andar muito para tomar banho. Você tem que andar muito para ir ao banheiro. A mulher sofre na rua (Tiene, 2004, p. 123).

Para outra entrevistada, cujo nome fictício de refere como *Amanda*, complementa:

Quando a gente está na rua é difícil voltar pra casa. Um dia eu voltei. Mas, me buscaram lá. Me trouxeram pra rua novamente. Sabe como é a vida que a gente leva, né? Eles têm meu endereço, meu telefone e tudo [...] (Tiene, 2004, p. 124).

Similarmente, *Luiza*, outra entrevistada, relata que saiu de casa para viver nas ruas e não se arrepende.

Vim morar aqui neste lugar porque aqui eu sou feliz. Conheci o Baiano no Mercado, fui morar com ele. Aqui eu me sinto muito feliz. Dentro do meu apartamento eu me sentia dentro de uma cadeia. Não adiante ter tudo, geladeira, televisão, colegas...tudo! Eu não estava feliz! (Tiene, 2004, p. 125).

Os relatos dessas mulheres corroboram com as informações das poucas pesquisas ainda hoje sobre mulheres em situação de rua, dialogam com a vulnerabilidade, exposição, a não percepção da relação de imposição de gênero nas relações afetivas e também com a escassez de políticas públicas.

Dando seguimento, ainda entre as entrevistadas abordadas no Censo (Brasil, 2009b), 45,87% concluíram o ensino fundamental e apenas 2,28% o ensino médio, o que aumenta sua condição de vulnerabilidade, ampliando a dificuldade de uma colocação no mercado de trabalho. Esses dados, ainda que referentes ao ano de 2008, como já sinalizado, traduzem uma realidade crescente, uma vez que com a pandemia o número de pessoas em situação de rua se ampliou consideravelmente.

Ainda na mesma direção sobre interseccionalidade, Carla Akotirene (2019), observa que para Crenshaw esta ferramenta analítica apresenta o confronto das estruturas que servem como linha dorsal para a sociedade e escancara os conflitos dentro do feminismo que não consegue enxergar as pautas e necessidades das mulheres negras. A autora também pondera que:

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem. [...] Juntos, racismo, capitalismo e heteropatriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica (Akotirene, 2019, p. 38).

Desta maneira, infere-se que a discussão da interseccionalidade obriga a reflexão sobre a necessidade dessas mulheres acessarem questões básicas, como saúde, educação, políticas públicas, mas esbarram nos padrões de subordinação, sexismo e racismo, de modo que as demandas são tratadas de maneira fraccionada.

Retomando aos dados do Censo (Brasil, 2009b) realizado a nível nacional relacionando ao marcador de raça, assim como a maioria dos entrevistados discutidos em sessão anterior, 32,11% dessas mulheres se declararam brancas, 35,94% pardas e apenas 27,26% pretas, reforçando a fragilidade nas suas construções identitárias. Esses dados são contraditórios ao que presenciava nas ruas e/ou serviços de saúde quando realizava atendimentos a esta população, que em sua maioria eram negras/os.

Para Kabengele Munanga (2003), o conceito de raça surge inicialmente na zoologia e na botânica, se apropriando posteriormente a classe dominante desse conceito para legitimar as relações de dominação entre as classes sociais. Dando continuidade à sua abordagem:

Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo (Munanga, 2003, p. 2).

Ainda seguindo seus estudos, designa uma teoria que se expandiu no início do século XX, denominada raciologia. Kabengele Munanga (2003, p. 5) postula que “a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana”, onde, embora na atualidade já se tenham teorias que descontroem o imaginário que raça surge de uma perspectiva biológica,

ainda se mantém o *status quo* de dominação a partir das relações patriarcais, capitalistas e raciais, reproduzindo e mantendo a discriminação racial.

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2005) coloca que:

A supremacia do conceito de classe social sobre os demais [...] são conceitos que não alcançam, e, ao contrário, invisibilizam ou mascaram a contradição racial presente nas sociedades multirraciais, posto que nelas raça/cor/etnia e, em especial para o Brasil, são variáveis que impactam a própria estrutura de classes. Disso decorre que a essência do racismo, enquanto pseudo-ciência, foi buscar legitimar, no plano das ideias, uma prática, e uma política, sobre os povos não-brancos e de produção de privilégios simbólicos e/ou materiais para a supremacia branca que o engendrou. (Carneiro, 2005, p. 29).

Assim, a análise sobre o ideário racista, consiste na manutenção das desigualdades vivenciadas em todos os âmbitos da sociedade brasileira pelas pessoas não brancas, onde permanece a estratégia de naturalização dessas condições, em que “a análise dos processos de exclusão da racialidade negra pelas práticas discriminatórias encontra-se no conceito de dispositivo de racialidade/biopoder”, ainda segundo Sueli Carneiro (2005, p. 30).

Nessa mesma direção, Paula Cristina da Silva Barreto (2008) em seus estudos direcionado a desigualdade racial no Brasil, percebeu que a nossa estrutura está dividida ao longo de linhas raciais entre pobres, classe média alta e alta, sendo que os negros representam a primeira linha e os brancos as linhas subsequentes, assim, há um reforço de práticas discriminatórias no mercado de trabalho, atenuando-se os índices de desemprego.

Em pesquisa recente realizada pelo Núcleo de Pesquisas de Economia e Gênero da FACAMP referente ao 1º trimestre deste ano sobre *Mulheres Negras no mercado de trabalho*, observou-se que as mulheres negras foram minorias nas ocupações das vagas e com o fim do auxílio emergencial¹⁷ no 2º semestre deste ano, a situação se agravou.

E que ainda os impactos dessa crise sanitária iniciada em 2020, reverberou significativamente nesse período definido pela pesquisa, logo, o número de pessoas sem emprego atingiu o seu ponto mais alto, 14,8 milhões de pessoas sem ocupação, sendo 5,1 milhões de mulheres negras nessa condição (Filleti, 2021, p. 11).

Em face desses dados, considerando as condições que estão expostas a população em situação de rua, o aumento da taxa de desemprego no país e

¹⁷ Auxílio Emergencial, medida de transferência de renda para atenuar as consequências da pandemia. No entanto, o negacionismo do Governo atual sobre a crise sanitária causada pelo SARS COV-19, contribuiu para o agravamento das condições de vulnerabilidade da população mais vulnerável, consequentemente as mulheres negras.

cotidianamente como noticiado pela imprensa nacional sobre o aumento do contingente de pessoas que foram “viver” nas ruas, imagina-se para quem mais repercutiu essas consequências, para as mulheres negras que vivem em situação de rua.

A realidade brasileira retrata em sua construção histórica, pessoas que nascem num contexto familiar cujos membros já se encontram fora do mercado de trabalho regular, estão relacionadas à falta de políticas públicas e a outros fatores que irão dialogar com os aspectos sociais, culturais e econômicos. Respectivamente, parte desta população que vive na pobreza e distante de um suporte da rede de proteção assistencial e saúde, experienciam vínculos frágeis que se fortalecem ou se rompem de acordo com suas experiências (Varanda; Adorno, 2004).

Nesse caminho, Ângela Davis (2016, p. 101) em sintonia com essa perspectiva, discorre que “o racismo funciona de modo intrincado”. Desde a escravidão ele nunca deixou de colocar a população negra na condição de vulnerabilidade e exploração. Ela ainda destaca que as mulheres negras permaneciam expostas aos abusos sexuais e que o trabalho doméstico era tratado como algo inferior e muitas vezes essas mulheres não recebiam em espécie e sim em peças de roupas ou outros materiais.

Essa deturpação do sistema de justiça criminal era opressiva para toda população saída da escravidão. Mas as mulheres eram especialmente suscetíveis aos ataques brutais do sistema judiciário. Os abusos sexuais sofridos rotineiramente durante o período da escravidão não foram interrompidos pelo advento da emancipação. De fato, ainda constituía uma verdade que “mulher de cor eram consideradas como presas autênticas dos homens brancos” – e, se elas resistissem aos ataques sexuais desses homens, com frequência eram jogadas na prisão para serem ainda mais vitimizadas por um sistema que era um “retorno a outra forma de escravidão (DAVIS, 2016, p. 97-98).

Considerando assim, que a herança da exploração de nossos corpos, de estar sempre numa posição para servir, trabalhar duro, impõe uma fragilidade na construção desse olhar sobre nosso corpo preto, de acordo com Sueli Carneiro (2011a) no seu texto *Enegrecer o Feminino*, discorre sobre o lugar que esteve a mulher negra historicamente, de submissão, de exploração, de folclorização e de marginalização.

Prosseguindo com o seu pensamento, Sueli Carneiro destaca que:

[...] Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras

apresentam diferenças significativas em termos de saúde (CARNEIRO, 2011a).

Para as mulheres em situação de rua, muitas vezes não se consegue nem acesso aos serviços de saúde, o cuidado sobre os filhos também fica sob sua responsabilidade e como já discutido, a falta de documentação dificulta ainda mais resolver questões que estão para além de sua condição na rua.

O I Censo do MDS (Brasil, 2009b) constatou que as crianças em sua maioria ficam sob responsabilidade das mulheres, das entrevistadas cerca de 20% ratificaram a responsabilidade sob alguma criança e/ou adolescente, percentual relativamente menor em comparação com os homens que ficou em torno de 4,3%. Mesmo com o passar dos anos, esses dados continuaram a se confirmar, pois na Pesquisa do Projeto Axé (Carvalho et al., 2017, p. 10) foi identificado que “a existência de filhos eram mais frequentes entre as mulheres (74,4%) do que entre os homens (57,9%)”. Conseqüentemente, além da exposição sobre as condições já relatadas, ficou eminente a necessidade pela busca de serviços públicos não apenas para seu atendimento como também para seus filhos e que mesmo no cenário da rua, admite-se que o cuidado e a guarda recai sobre as mulheres reforçando a herança de uma sociedade patriarcalista.

Retomando a discussão de interseccionalidade, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), em seu livro *Interseccionalidade* corroboram com Crenshaw que o principal entendimento deste termo é que para compreender as construções das relações sociais e pensar em estratégias de resistência e intervenção, não é possível dissociar as questões por exemplo de raça, classe e gênero, pois se “sobrepõem e funcionam de maneira unificada”. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), ainda alegam que a interseccionalidade vem sendo utilizada como categoria analítica há muito tempo para abordar uma série de questões e problemas sociais, por isso, a necessidade de articular esses marcadores na análise do contexto de vida das mulheres em situação de rua.

Segundo as mesmas autoras, a compreensão da interseccionalidade contribui para um aprofundamento sobre as desigualdades a nível global e serve como ferramenta para apontar várias dimensões acerca deste contexto. Assim:

Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferente de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categoria de raça, classe, gênero, idade, estatuto da cidadania e outras posicionam as pessoas

de maneira diferente no mundo. Alguns são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de intersecção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global (Collins; Bilge, 2021, p. 33-34).

Concordo com Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), quando afirma que pensar esses marcadores a partir da interseccionalidade nota-se que o acesso aos serviços difere entre as pessoas, ou seja, uma pessoa negra, sem documentação, não terá acesso a uma boa colocação no mercado de trabalho, seguro saúde ou até mesmo, carteira assinada. Isso conota a realidade que estão inseridas as mulheres em situação de rua, que por sua vez, quando possuem alguma renda, é oriunda do mercado informal.

Desse modo, discutir o binômio mulher e o cenário da rua não se desdobra facilmente, pois o marcador de gênero assim como o de raça interferem na sua forma de ser, relacionar e sobreviver nesse contexto. Nesse sentido cumpre citar trecho de Crenshaw (2002):

Como as experiências específicas de mulheres de grupos étnicos ou raciais definidos são muitas vezes obscurecidas dentro de categorias mais amplas de raça e gênero, a extensão total da sua vulnerabilidade interseccional ainda permanece desconhecida e precisa, em última análise, ser construída a partir do zero (Silva *apud* Crenshaw, 2002, p.174).

Desse modo, compreende-se melhor o conceito de interseccionalidade, “onde a diferença de riqueza não é apenas racializada, mas também, e simultaneamente de gênero” (Collins; Bilge, 2021, p. 35).

Nesse ínterim, que gênero e raça estão imbricados de tal maneira, que a questão de um, gira em torno do outro, tornando-se indissociável. Este estudo é um estudo antirracista e por ser antirracista, venho me propondo ao longo da escrita a discutir a mulher em situação de rua, mulheres negras e sua construção social como sujeitas dessa sociedade sobre bases machistas, racistas e misóginas.

De acordo com Vânia Maria Bonfim (2009), é mais que pertinente a articulação de raça e gênero como categorias sociais, estas estão imbricadas no contexto histórico e através das consciências históricas, “vêm produzindo múltiplas espécies de exclusões, hegemonia, subalternizações e resistências (Bonfim, 2009, p. 219).

Outra questão abordada por Vânia Maria Bonfim (2009) é a forma como gênero e raça foram estruturados historicamente, a autora não acredita numa construção ideológica e sim numa permanência permeada pelo imaginário social, onde a objetificação da mulher negra brasileira é constante. Nesse sentido cumpre ainda citar o trecho da autora:

É a cor da pele o maior princípio simbólico de dominação racial na sociedade brasileira. Essas marcas simbólicas foram, portanto, transformadas em delimitadores de valores e sobre elas foram construídos representações e estereótipos, sendo tomadas como um estigma no corpo. Reconhecido por negros e brancos, esse princípio funciona como um regulador das relações desiguais entre grupos, entrando sempre em concerto com as hierarquias de gênero (Bonfim, 2009, p. 242).

Analisa-se desta forma, que a violência da escravidão introduziu uma maneira desigual nas esferas sociais. Fomos ensinadas/os a odiar nossos corpos, nossa história, porque estamos engendrados nessa estruturação social e econômica racista e sexista, isso ratificado pelas posições ocupadas no mercado de trabalho, a falta de acesso à cultura, ao baixo poder econômico e aquisitivo, ao acesso à educação e por conseguinte, nessa disputa de poder “as marcas corporais africanas”¹⁸ permaneceram com a estigmatização do corpo negro como “sujo”, “feio” e não adaptável. Decerto, estamos seguindo num processo permanente de resistência, luta e reafirmação dos direitos sociais.

Por analogia, pensar sobre a mulher em situação de rua, é pensar naquelas que quanto mais retinta for sua pele mais próxima da memória da escravidão e portanto, são as que mais sofrem com a negação de acesso aos serviços, confirmando os obstáculos encontrados na construção de suas relações sociais e institucionais.

Ainda a partir da pesquisa de Izalene Tiene (2004), e no processo de análise das informações, esta percebeu também que as histórias das mulheres se diferem em alguns momentos, porém se cruzam em questões de violência, pobreza, raiva, amorosidade e outras questões sentidas e vividas por essas mulheres no cenário da rua. Logo:

[...] Nota-se que a ida para a rua se deu quando elas eram adolescentes, sendo consequência mais imediata, em grande parte, de alterações de padrões de comportamento, na própria família (adoção, padrasto, passagem pela FEBEM e outros). [...] Algumas já trabalharam em serviço doméstico, loja e serviços de enfermagem. Hoje, três afirmam trabalhar na rua (catação de lata e guarda de carro). Duas usam e passam drogas. As demais dependem do grupo de família, ou ainda, de pedir na rua, praticando pequenos furtos ou de contar com ajuda dos serviços filantrópicos e públicos (Tiene, 2004, p. 110-111).

Nessa perspectiva, o campo de estudos feministas nos possibilita compreender este comportamento das mulheres em contextos tão adversos, assim, é importante frisar que as mulheres em situação de rua se encontram inseridas numa ordem patriarcal de gênero, em condições inferiores aos homens que estão na mesma situação e muitas, estão alienadas a essa inferioridade social.

¹⁸ Escrito da autora Vânia Maria Bonfim (2009).

Destarte, é importante refletir sobre essas categorias de gênero e patriarcado que fornecem subsídios na análise das consolidações das relações sociais, uma vez que, como já abordado, interconectados com a discussão de raça, dão a entonação necessária para propor intervenções que dialoguem com as necessidades das mulheres em situação de rua.

Diante disso, há registros que foram as feministas da América do Norte que introduziram nas pautas sociais a discussão de gênero, como aspecto diferente do sexo, dando conotações longínquas dos pensamentos biologicistas. Desta maneira, para Adriana Piscitelli (2002, p. 9), “as diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação”, ou seja, a constituição dessa subordinação dá-se pela sua construção social, sendo possível modificar a forma como as mulheres eram vistas.

Além desse aspecto, para Adriana Piscitelli, o conceito de gênero:

[...] Começou a ser desenvolvido como uma alternativa ante o trabalho com o patriarcado. Ele foi produto, porém, da mesma inquietação feminista, em relação às causas da opressão da mulher. A elaboração deste conceito está associada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder. Vemos, assim, que as perspectivas feministas que iniciaram o trabalho com gênero mantêm um interesse fundamental na situação da mulher, embora não limitem suas análises aos estudos das mulheres (PISCITELLI, 2002, p. 21).

No entanto, o conceito de gênero por ter sua estruturação pautado no modelo eurocêntrico, as feministas negras passam a questionar essa hegemonia política e social, trazendo a arena de discussões a questão da raça e o racismo como estrutura social provedor de violência e exclusão.

Nesse diapasão, para Heleieth Saffioti (2015), há uma variedade de interpretação desse conceito, mas tendo como conceito ainda que limitado, que “gênero é a construção social entre o feminino e o masculino”, assim:

O conceito de *gênero* não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida. Há, porém, feministas que veem a referida hierarquia, independente do período histórico com o qual lidam. Aí reside o grande problema teórico, impedindo uma interlocução adequada e esclarecedora entre as adeptas do conceito de *patriarcado*, as fanáticas pelo de *gênero* e as que trabalham considerando a história como processo [...] (SAFFIOTTI, 2015, p. 47 -48).

Doravante, o patriarcado se constitui basicamente pelo domínio dos homens sobre as mulheres, atravessando não só as relações estabelecidas com as mesmas, mesmo porque muitas reproduzem a lógica patriarcal, favorecendo essa forma de

dominação. Assim, o patriarcado atravessa muitas sociedades e traz prejuízos para as construções das relações sociais. De modo que, direcionando essa análise para as mulheres em situação de rua e diante de tudo que já foi exposto aqui, está relacionada a condição de marginalização e subordinação às mais variadas formas de violência sofridas por ela, inclusive a violência institucional.

Mirla Cisne e Silvana Mara dos Santos (2018), destacam que o patriarcado está estruturado no domínio em tudo que se configura como feminino, é o privilégio construído sobre a subalternização e violação dos corpos, instituindo uma invisibilização a todos que transgredirem a esse “ser masculino”. Parafraseando Saffioti (2015, p. 105), “o patriarcado transformou as mulheres em ‘objetos de satisfação sexual dos homens, produtores de herdeiros, da força de trabalho e de novas reprodutoras’”.

Podemos, portanto, considerar que o patriarcado exerce controle sobre a subjetividade, o corpo e a sexualidade da mulher atingindo, a população LGBT, mediante a imposição rígida e binária de um modo de ser feminino e masculino, com ênfase na desvalorização e dominação da mulher e do que é identificado como feminino (Cisne; Santos, 2018, p. 44).

Seguindo esse raciocínio, as relações patriarcais de gênero não estão concentradas na individualidade e atravessam todas as esferas, inclusive as relações de Estado, conseqüentemente, as intervenções, projetos e políticas públicas pensadas possuem um viés machista. Outrossim, as ações impetradas pela atual ministra, branca e evangélica, aqui no Brasil do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que por diversas vezes desqualificou as pautas do Movimento Feminista e propagou discursos pautados no conservadorismo, na família unilateral e na invisibilização das violências sofridas por nós, mulheres, aqui no país.

Segue alguns destaques de trechos de discursos proferidos pela Ministra que escancaram a perpetuação do patriarcalismo, machismo e o retrocesso frente aos direitos das mulheres:

Figura 7. Recorte de trechos de discursos da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Brasil vive uma ditadura gay

Em uma das palestras da ministra neste ano, Damares declarou que o país vive uma "ditadura gay" e que "há uma imposição ideológica no Brasil. Quem não aceita, é perseguido".

Gravidez é um problema de 9 meses

Ao se declarar contra o aborto, Damares Alves afirmou que "a gravidez é um problema que dura só nove meses". Damares Alves ainda defendeu que o "aborto caminha a vida inteira com a mulher", indicando que a questão perseguirá a mulher para sempre.

Azul para meninos e rosa para meninas

Em um vídeo que circulou pouco após a posse da ministra, ainda em janeiro deste ano, Damares Alves afirma que sua posse significaria uma "Nova Era" no Brasil, em que "menina veste rosa e menino veste azul". A polêmica logo virou piada na Internet que não perdoou a ex-pastora, em todos os cantos do país surgiam fotos de artistas, políticos e civis com as roupas "invertidas" à lógica de Damares. Posteriormente, a ministra recuou e disse que as pessoas deveriam vestir "azul, rosa, colorido, o que quiser".

Fonte: DAMARIS... (2019).

Vale destacar, o questionamento de Heleieth Saffioti (2015, p. 58-59), em que muitas estudiosas feministas tentam abandonar a discussão do patriarcado, o que para a autora seria como apagar um processo histórico que ainda se perpetua no contexto atual, dessa forma, "colocar o nome da dominação masculina – patriarcado – na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação – exploração".

Por certo, é possível concluir que os marcadores de gênero e raça atravessam de maneira articulada a vida das mulheres em situação de rua. Sendo assim, a sua condição de subalternidade e muitas vezes de submissão nas relações afetivas e/ou institucionais, determinam as formas de opressão.

Por fim, Vânia Maria Bonfim enfatiza que:

[...] combater as exclusões, construir uma via alternativa ao racismo e ao sexismo como fenômenos estruturantes da sociedade seria um projeto político-existencial de longo prazo para as sociedades multirraciais que visam humanizar-se. (Bonfim, 2009, p. 247).

2.4 MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: PERFIS, DESLOCAMENTOS E A RUA

Pretendo aqui refletir sobre o território ocupado pelas mulheres em situação de rua, as variações relacionadas ao tempo x espaço, as configurações de um terreno tão hostil para pensar em organização, pluralidade e principalmente, resistência para enfrentar as estruturas de estigmatização, violência e opressão.

Sabe-se que são diferentes as motivações que levam as pessoas a irem morar nas ruas, estas se concentram em sua grande maioria nas grandes capitais, nos centros urbanos, pois o acesso a alimentação, ao comércio, pessoas transitando, favorecem a sobrevivência nesses espaços. Em atendimentos que realizava nas ruas de Salvador em conjunto com uma equipe multidisciplinar num Consultório de Rua¹⁹, a época, ações de entidades diversas ofertando comida, roupas, materiais para dormir, eram frequentes.

De acordo ainda com a Cartilha produzida pelo Movimento Nacional de População de Rua (2010), expõe que:

É comum ouvir que as pessoas que estão nas ruas são as únicas responsáveis por esta situação. Muitos perderam seus empregos e romperam vínculos afetivos por não conseguirem conviver dentro de suas casas. Outros, pela dependência química, tiveram estas relações agravadas. O que se vê é um processo de perdas, do trabalho, da família, dos amigos e até mesmo da esperança de viver. Será que as pessoas que vai para as ruas é totalmente responsável por este processo de perdas? Ou esta situação está vinculada à forma como a sociedade está dividida entre ricos e pobres? (MNPR, 2010, p. 10).

Ao estudar o processo de construção das políticas sociais e entender o engendramento destas na vida das pessoas em situação de rua, percebo que há uma negação na garantia dos direitos e na (re)construção de suas identidades. Desta maneira, as mulheres em situação de rua, negras em sua maioria, deparam-se com uma série de barreiras no acesso aos serviços públicos de saúde e assistência social, aqui já discutidas anteriormente.

Historicamente as populações que sempre estiveram à margem das construções sociais, sempre encontraram na organização coletiva a forma de resistência e tensionamento para avanços na conquista de direitos sociais.

¹⁹ Consultório de Rua, antigo dispositivo de cuidado às pessoas de rua que faziam uso de álcool e outras drogas e eram vinculados aos Centros de Atenção Psicossocial. Atualmente, chamam-se Consultórios na Rua, pertencentes a Atenção Básica. Para aprofundar, acessar o site do Ministério da Saúde.

Desta maneira, a sociedade brasileira constituiu sua base econômica emergida em exploração, violência e apropriação dos corpos negros durante séculos, e nesse período, as mulheres negras escravizadas eram obrigadas a trabalhar em condições precárias e submetidas a toda forma de violência, punições e maus-tratos constantes, com um agravante, seus filhos eram considerados “peças” de venda nos mercados negreiros. Segundo Maria Odila Dias (2012):

Não eram dadas às escravas condições de cuidar de seus rebentos. Quando pequenos iam amarrados com panos vistosos às suas costas para os canaviais ou os cafezais. À medida que eles cresciam, a função de cuidar, nutrir e preparar as “crias de pé” para o trabalho era suprida através das sociabilidades das senzalas, pelos cuidados das escravas mais velhas. Tanto nos engenhos de açúcar como nas fazendas de café, as escravas grávidas não se livravam dos castigos violentos -, que, muitas vezes, eram responsáveis pela morte do bebê dentro da mãe (DIAS, 2012, p. 363).

Apesar das condições degradantes que viviam essas mulheres, desde esse período nota-se que a construção da troca coletiva do cuidado se fazia presente. A teia de relações costuradas reverbera até os dias atuais, sendo necessário destacar isso através da organização das pessoas em situação de rua, que originou o Movimento Nacional de População de Rua – Mov. Pop. Rua. Porém, aqui vou me atentar ao Movimento concentrado na Bahia, que teve a frente até a sua morte em 2018, Maria Lucia Santos Pereira da Silva, militante e que durante quase 20 anos morou nas ruas. São quase inexistentes os materiais que tratam sobre o Movimento de População de Rua aqui na Bahia, como também, sobre Maria Lúcia.

Maria Lúcia, mulher negra e que articulava as pessoas em situação de rua no espaço cedido ao Movimento no Centro Histórico em Salvador, defendia a visibilidade e garantia dos direitos da população em situação de rua em todos os lugares. Figura importante na luta por melhores condições de vida para esta população, ela foi responsável em formar novos militantes, como a atual liderança do movimento, também mulher negra, ex-moradora de rua, Sueli Oliveira. Esta destaca a importância da inserção do Movimento enquanto coletivo em diferentes instâncias, conforme entrevista fornecida à Defensoria Pública do Estado da Bahia (2020):

O MNPR é um movimento social e político, porém apartidário, que luta por garantia de direitos para a população em situação de rua e pela sua inclusão social. O Movimento está presente em 19 estados brasileiros, com coordenações nacionais na Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal. Hoje estamos no Comitê Técnico Municipal e Estadual de Saúde para População de Rua; no Conselho Municipal de Direitos Humanos; no Fórum Pop Rua Maria Lucia; no Conselho Municipal e Estadual da Assistência Social; na Frente Parlamentar Nacional; e no Comitê Intersetorial de Acompanhante e Monitoramento da

Política – CIAMP municipal e estadual, onde inclusive estamos concorrendo na eleição do CIAMP nacional (Oliveira, 2020).

Em decorrência do nosso processo histórico de resistência que vem desde os quilombos, a participação nas principais Revoltas, como a Revolta dos Malês – destaco aqui a participação das mulheres nesses atos de resistência, organização coletiva e luta por liberdade, como a liderança de Luiza Mahin²⁰ - onde através dessa herança, as pessoas organizadas através de movimentos sociais enfrentam o Estado, uma sociedade capitalista alicerçada pelo patriarcado, preconceito e diversas formas de opressão tentando garantir direitos e ainda, a luta por equidade.

Aqui, defendo que é na organização feminista de forma coletiva que será possível avançar nas pautas que são consideradas “contrárias aos valores da família brasileira”, como a luta contra o racismo, o fim da violência contra a mulher, a legalização do aborto, o fim da guerra às drogas, a liberdade sobre nossos corpos e que as mulheres em situação de rua consigam expor suas necessidades e garantir seus direitos. Considerando que cotidianamente estas mulheres não recebem suporte institucional e enfrentam a negação de acesso aos bens e serviços, como destaca Lzalne Tiene em sua pesquisa:

As necessidades de sobrevivência parecem justificar toda e qualquer forma de correria. Quando a necessidade é maior e mais exigente. A questão da ajuda institucional não aparece nas falas. Quando muito, de forma indireta. Não são procurados os serviços públicos para atendimento ou mesmo para solicitar assistência a quem se tem direito, como no posto de saúde. Pode-se entender os motivos dessa recusa devido à situação de vida que é julgada, por eles, como irregular perante a lei ou, ainda, perda de tempo diante da burocracia do serviço, resultante da experiência mal-sucedidas nas entidades (Tiene, 2004, p. 131).

A partir dessas reflexões e a ratificação teórica no que se refere a consciência de opressão através da raça, Lelia Gonzalez (2020) discorre:

A exploração da classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado. A experiência histórica da escravidão negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, sejam crianças, adultos ou idosos. E foi dentro da comunidade escrava que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular pela libertação [...]. Por tudo isso, nossa presença nos movimentos étnicos é bastante visível; lá nós, amefricanas e ameríndias, temos participação ativa e, em muitos casos, somos protagonistas (Gonzalez, 2020, 147).

Para Lelia Gonzalez (2020), o crescimento e desenvolvimento dos movimentos sociais a partir dos anos 70, possibilitou a participação de diversos setores da sociedade brasileira na exigência de seus direitos e uma intervenção do Estado mais

²⁰ Sobre Luiza Mahin, ler “Por um feminismo afro latino americano”, de Lelia Gonzalez.

direta. A mesma ressalta a importância do Movimento Negro, do Movimento das Comunidades Periféricas, que conseguiram ampliar o debate sobre as questões e trazer outros setores da sociedade nessa discussão.

É importante, conceituar o **termo amefricanas** utilizado por Lelia Gonzalez (2020), para ela a existência do sistema de dominação que é comum a todas nós, o **racismo**, tem como enfrentamento a incorporação do termo supracitado e é mais democrático pois reúne indistintamente toda uma descendência, ultrapassando os limites de território, língua e construções ideológicas. A autora prossegue:

Para além do caráter permanente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é a afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha num sentido de construção de uma identidade étnica (Gonzalez, 2020, p. 135).

Vale notar que a autora defende uma incorporação deste termo numa perspectiva de resgatar uma *“unidade específica”*²¹, ou seja, a luta pela ampliação do olhar das demandas por todos os *“amefricanos”*, trazendo contribuições específicas na luta contra o extermínio, a exploração, a precarização das condições de vida (Gonzalez, 2020).

Na construção desse raciocínio, é válido lembrar da interseccionalidade entre as categorias trazidas aqui nesse estudo, gênero e raça que escancaram as estruturas de dominação e discrepância de mulheres negras inseridas numa realidade trabalhista onde lhes são atribuídas funções manuais e de baixa qualificação. Para as mulheres em situação de rua, isso agrava, uma vez que grande parte não possui as documentações necessárias e nem formação/qualificação para efetuar a possibilidade de tentar uma inserção no mercado de trabalho e melhores condições de vida.

É importante ilustrar essa situação, a partir dos relatos de mulheres em situação de rua na pesquisa realizada por Izalene Tiene (2004), como já mencionada algumas vezes, sobre suas condições naquele período e suas variadas formas de conseguir recursos para sobreviver, “o rendimento é pouco, mas a vizinhança ajuda com alimentação’ [...]. Todos possuem marcas de sofrimentos e maus tratos no corpo”, destaca Luiza onde toma conta de carros num determinado espaço de rua e a própria pesquisadora (Tiene, 2004, p. 116).

²¹ Escritos da autora.

Um dos argumentos que podemos utilizar para refletir a organização da vida dessas mulheres, é que apesar do crescimento da presença destas nas ruas, o percentual ainda é inferior ao quantitativo de homens, assim, a invisibilização das suas necessidades aumentam exponencialmente.

Assim, se no período escravocrata as mulheres negras eram tratadas como objetos e propriedade dos donos de terras, com a nova configuração de processos de trabalho, este cenário não alterou muito durante o passar do tempo. As mulheres negras sempre foram colocadas em posições inferiores às mulheres brancas, assumindo trabalhos domésticos que, aqui no Brasil, segue as estruturas mentais do trabalho análogo à escravidão, ainda que agora esteja regulamentado através da PEC das Domésticas no ano de 2015.

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos [...] Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviços domésticos” [...] A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi de incapaz de escapar às tarefas domésticas (DAVIS, 2016, p. 98).

Complementando esse pensamento, no I Relatório do Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua (2006), corroborou com as narrativas das mulheres que participaram desse encontro:

“Só o homem trabalha, mulher faz serviço de mulher.” / “Gostaria de um emprego numa casa de família, que eu tivesse um quatinho.” / “Quero trabalhar numa casa de família.” / “Gosto de trabalhar de doméstica.” / “Trabalho é varrer casa, lavar louça, encerar”. (Prates; Abreu; Cezimbra, 2004 *apud* Brasil, 2006).

Percebe-se que a perspectiva do servir, do trabalho em casa de família, ou seja, o trabalho doméstico, soa como únicas possibilidades de saída das ruas. Para além disso, reforça o lugar da mulher como cuidadora, a quem faz serviços manuais.

A presença de mulheres não brancas em posições ocupadas no mercado de trabalho se caracteriza por baixos níveis de remuneração e ainda com baixa escolaridade. Muitas mulheres em situação de rua estudaram, moraram com suas famílias e tiveram ocupação formal.

Vários são os motivos que levam as pessoas, e no caso em estudo, as mulheres, a morar na rua. Nos depoimentos aparecem como causas, entre as mulheres mais jovens, a falta de estrutura de família na forma desejada: a ausência da mãe e/ou do pai, o que levou à adoção ou à institucionalização na infância [...]. As jovens, ainda meninas, foram viver na rua passando à criminalidade. Linda sofreu ameaças de abuso sexual praticado pelo padrasto. As demais falas dessas jovens sugerem a existência comum de tal situação vivida pelas meninas que estão na rua (Tiene, 2004, p. 121).

Nesse ínterim, é necessário fazer um recorte para o período da pandemia da COVID-19, onde as principais orientações era para se isolar em casa, lavar as mãos, usar álcool 70º e usar máscaras. Como sobreviver nas condições do território das ruas nesse contexto? Se o comércio foi fechado, as pessoas pararam de circular, espaços religiosos também não podiam mais funcionar, como sobreviver nesse contexto tão adverso? A atual liderança do Movimento Pop. Rua na Bahia – Sueli Oliveira –, ainda em entrevista à Defensoria Pública, chamou a atenção para essa situação:

Essas recomendações básicas mostraram que a população de rua não tem acesso aos direitos básicos: água para lavar as mãos (não temos pias públicas, nem banheiros ou bebedouros públicos); moradia para se isolar (abrigo é coletivo e não isola ninguém); renda mínima, porque com uma renda mínima garantimos todos os outros direitos; alimentação, pois os restaurantes populares são insuficientes. Os estudos dizem que a população em situação de rua tem entre cinco e dez vezes mais chance de adoecer por conta da Covid-19 do que a população em geral. E nós ainda não temos números de mortes pela doença, nem temos números de contaminados [dados específicos sobre as pessoas em situação de rua], apesar de estamos sempre cobrando. Queremos ser vistos pelos gestores das políticas públicas (Oliveira, 2020).

Um destaque importante para a vacinação contra a COVID-19, pois o Estado justifica a não inserção dessas pessoas no Censo Demográfico em decorrência dos seus deslocamentos pelas ruas das cidades, não há dados específicos sobre o percentual de pessoas em situação de rua vacinadas. Assim, Ana Paula Evangelista (2021) levantou uma discussão referente o percentual de pessoas brancas e negras vacinadas através de uma reportagem, dessa forma, a “Agência Pública, informou que até março, 3,2 milhões de pessoas que se autodeclararam brancas haviam tomado a primeira dose da vacina e 1,7 milhão com relação a pessoas negras” (Evangelista, 2021). Com a crise econômica que afeta o país, o aumento da taxa de desemprego e o número de pessoas em situação de rua, esse dado reflete as possíveis consequências para esta população no enfrentamento à pandemia.

Nesse Relatório, ainda foi possível observar que através das discussões realizadas no encontro, são distintas as maneiras de vivenciar às ruas para as mulheres em situação de rua, a exposição, violência, estas estão muito mais vulneráveis e expostas. Assim, através dos relatos da pesquisa de Izalene Tiene:

Todos os homens que vivem na rua acham que podem fazer sexo com todas as mulheres. E não é isso. Não é só sexo (Mara).
Eu já apanhei muito dos meninos da rua. Você é mocinha. Você é virgem. Meninos de 17 anos que dão em cima de você. Você não consegue. Ah! Vou bater. E, muitas vezes, mulheres são estupradas. Meninas novas. Se você “der boi”. Se você não reage, vai apanhar. Então se você reage, você apanha do mesmo jeito. É onde que você aprende muita coisa. Apanhando.

Sobrevive. Você aprende. Não é fácil. A vida é difícil na rua. Pra enfrentar a rua tem que ser corajosa e peituda (Linda). (Tiene, 2004, p. 133).

Nesse sentido, muitas mulheres em situação de rua engravidam diversas vezes, têm perdas consecutivas de bebês e voltam a engravidar, isso sem acessar uma unidade básica de saúde para acompanhamento. Afirmo tal situação, pois na Unidade de Abrigamento que trabalhei foram diversos casos de mulheres nessas condições. A falta de alimentação adequada, muitas vezes o uso abusivo de substâncias psicoativas e noites sem ter onde ficar/dormir comprometiam a saúde da mulher e também da criança. Para além disso, aquelas que conseguiam ter seus filhos, algumas conseguiam vagas em abrigos que aceitavam mulheres com crianças (são poucos para a demanda, ao menos aqui na cidade de Salvador/BA) ou voltavam para as ruas quando saíam das maternidades, assim prolongando sua condição de vulnerabilidade e exposição.

Vale ressaltar que atualmente veem se discutindo como essas mulheres que estão em situação de rua com seus filhos devem permanecer com eles, pois muitas relataram em atendimento abordagens referentes a essa permanência, ou seja, a guarda de seus filhos, que por estarem em exposição, são de responsabilidade do Estado, conforme prevê o Estatuto da Criança e Adolescente.

Diante de todo processo de escravização do povo negro, faz-se necessário relacionar os abortos “espontâneos”, as condições de vulnerabilidade, a “posse” tutelar do Estado sobre seus filhos vivenciados por essas mulheres nos tempos atuais com as mulheres negras escravizadas, onde bem retrata bell hooks (2019):

Várias mulheres africanas estavam grávidas antes de serem capturadas ou compradas. Eram forçadas a passar pela gravidez sem qualquer cuidado com a alimentação, sem qualquer exercício físico e sem qualquer assistência no momento do parto. [...] Mulheres negras com crianças a bordo de navios negreiros eram ridicularizadas, menosprezadas e tratadas com desprezo pela tripulação de escravizadores. Com frequência, os escravizadores violentavam crianças para assistir ao sofrimento da mãe (hooks, 2019, 42).

No Brasil, compreender que os marcadores de gênero e raça atravessam as relações sociais e principalmente, se reduz o acesso a direitos pelas minorias, é refletir sobre o enviesamento na operacionalização das políticas públicas. Mesmo com avanços nas legislações e participação ativa da população em situação de rua, percebo que as mulheres, estão conseguindo ocupar espaços, mas há uma inoperância dos poderes públicos, pois não existe direcionamento de recursos para melhoria dos serviços e ampliação de dispositivos de cuidados, seja na área da assistência social ou da saúde.

3 CAMINHOS E ENCONTROS DO CAMPO

Com vistas a responder as questões explicitadas na Introdução, neste capítulo irei discorrer sobre o delineamento do estudo, o percurso percorrido até chegar às mulheres em situação de rua, trabalhando com a leitura de suas trajetórias, através da observação participante como métodos escolhidos. Esta pesquisa é qualitativa e aprofundou informações a partir do relato de três mulheres em situação de rua, configurando-se numa maneira de contribuir com a publicização de suas inquietações, angústias, alegrias, amores e lutas no cenário da rua. Deixá-las à vontade para expressar o que queriam dizer foi imprescindível, uma vez que, para entender a relação construída com a rua e os espaços institucionais, a liberdade pelas suas falas e respeito pelas suas histórias, fizeram diferença nas exposições realizadas por elas.

O quantitativo de mulheres não foi proposital, uma vez que em decorrência da função pública que assumia na Secretaria Municipal da Saúde à época das entrevistas, optei em não mais buscar os serviços institucionais como pensado anteriormente, onde seria possível determinar um quantitativo mínimo a partir das mulheres que frequentassem esses serviços, pois tinha o receio delas relacionarem a minha figura apenas a representante institucional prejudicando as falas e a escuta.

Desta maneira, a escolha foi por uma aproximação pelo território da rua, sendo realizada todas as entrevistas em locais diferentes das ruas da cidade de Salvador, indicado pelas próprias mulheres. A rua é ou foi configuração de espaço para essas mulheres, percebi que durante os contatos realizados, elas ficavam mais à vontade por ser no lugar escolhido por elas.

A análise de trajetórias, proporcionou compreender as nuances relacionadas a vida dessas mulheres, a maneira como sobreviviam nas ruas e para algumas, como conseguiram sair desse cenário e se inserir no mercado de trabalho. Os contatos foram se desenrolando num período de dois meses por intermediação de uma companheira de profissão.

Durante o percurso desse estudo, a população em situação de rua perdeu uma grande liderança, Maria Lúcia Santos, como já mencionado anteriormente. Para além disso, Fátima Cavalcanti, cujo nome foi dado a Aliança de Redução de Danos em Salvador, veio falecer em 2019. Fátima foi uma mulher que viveu em situação de rua e muitas pessoas a tinham como referência. Algumas tentativas de contatos foram

tentadas, mas houve um primeiro impeditivo em decorrência da perda do sobrinho que abalou sua saúde e um tempo depois, o seu falecimento.

Assim, no decorrer do trabalho é possível perceber informações relatadas por mim a partir de minha atuação junto a essa população, cruzando minhas memórias com as discussões teóricas, buscando construir o objetivo de investigar a construção de gênero nas diferentes maneiras de vivência nas ruas pelas mulheres que se encontram nesta situação diante da estruturação de sua invisibilidade, ampliada pelos marcadores raciais, na cidade de Salvador, Bahia. Aqui percebi ainda ser necessário: I) analisar, na perspectiva dessas mulheres a efetividade das Políticas Públicas no cenário da rua; II) interpretar, a partir das suas vivências, o entendimento sobre os marcadores de gênero e raça e III) ampliar as leituras sobre a construção das relações de gênero estabelecidas no território da rua.

Desta maneira, para Claudia Pons Cardoso (2012), define:

A História Oral é geralmente trabalhada por muitas(os) pesquisadoras(es) como apoio a outras fontes, de preferência, escritas. É a primazia da escrita sobre a oralidade, pois aquilo que foi registrado possui o poder de outorgar confiabilidade às informações obtidas junto às/aos informantes e, assim, a memória é submetida às regras de evidência histórica, legitimada pela escrita (Cardoso, 2012, p. 29).

Ainda para Paulo Renato Guérios (2011):

Ao tomar por foco de estudo a trajetória de uma pessoa nos ambientes sociais de que participa, ao oferecer a oportunidade de questionar como cada sujeito vive ligado a redes de interdependência [...] que se estendem além de seu pertencimento social imediato, estes estudos deparam-se frontalmente com a questão da relação entre o individual e o social, entre o pequeno e o grande, entre a parte e o todo (Guérios, 2011, p. 13).

Desta forma, a escolha por esta metodologia potencializa a exacerbação da vida vivenciada por essas mulheres nas ruas, o protagonismo na busca por possibilidades que conotem uma situação diferente e para além disso, a exposição do racismo estruturado nas relações sociais que impactam diretamente as mulheres em situação de rua.

Dando prosseguimento, a essa pesquisa ainda recorro a observação participante também como estratégia metodológica, dado que minha trajetória profissional cruza com as mulheres em situação de rua e foi inevitável não refletir sobre os acompanhamentos, as histórias das mulheres que acompanhei durante anos nos serviços institucionais e nos atendimentos nas ruas de Salvador. Esta técnica me possibilita como destaca Maria Helena Atuniazzi (2021), não apenas compreender, mas pensar em possibilidades de intervenção e estratégias para a questão em estudo.

Nessas circunstâncias, torna – se relevante considerar o conhecimento prévio do pesquisador sobre os grupos participantes (seja adquirido pelo estudo ou pela vivência) principalmente sobre sua história e características regionais de seu habitat, dados relevantes para situar os grupos na sociedade mais ampla, conhecimentos esses implicados nas relações intergrupos e na aceitação do pesquisador pelos mesmos (Atuniazzi, 2021, p. 265).

Nessa direção, portanto, ao que se incida as limitações desse estudo, a interação estabelecida entre esta pesquisadora negra e as mulheres em condição de rua, a partir da Análise de Trajetória e observação participante possibilitam maiores oportunidades para o entendimento científico diante do objetivo da pesquisa.

3.1 DESCRIÇÃO E APROXIMAÇÃO DO CAMPO

Esta pesquisa iniciou bem antes da minha inserção propriamente no campo de estudo, uma vez que as minhas inquietações referentes as condições vividas pelas mulheres em situação de rua começaram na Residência Multiprofissional em 2008, quando iniciei minha aproximação através dos serviços de Atenção Psicossocial em atendimentos as pessoas em situação de rua.

Mas, como dito aqui anteriormente, foi o cenário das ruas que escolhi como campo de pesquisa para entrevistar essas mulheres. Já tinha uma aproximação com o Movimento Pop Rua através de Lúcia, porém com o seu falecimento, precisei do suporte de uma colega de profissão para me reaproximar das pessoas do Movimento e assim, convidar as mulheres para o estudo.

A escolha pelo Movimento é porque este se configura também em espaço físico através de sua Sede, onde as pessoas lá se encontram para passar o dia, discutir pautas sobre os direitos da população em situação de rua e onde acontece também algumas intervenções.

A rua por ser um território onde a população em situação de rua habita e migram muito, alguns encontros foram marcados e desmarcados diversas vezes, algumas vezes por não encontrar a pessoa ou por ela não se sentir ou estar bem naquele momento. É importante destacar que já era esperado essas situações, pois a vulnerabilidade que vivem essas pessoas propicia que haja desistências e impaciência para falar desse cenário que vivem.

Então, conseguimos firmar em momentos distintos diálogos com três mulheres que participavam ativamente do Movimento, seja estando nas atividades ou

organizando as pautas de luta por melhores condições de vida, tendo a experiência de já ter vivido em situação de rua ou ainda vivendo nas ruas da cidade Salvador/Ba.

Vale destacar que o reavivamento da memória, das histórias experienciadas por essas mulheres, vão além de uma descrição das etapas de suas vidas, mas demonstram a forma como se organizam e como se comporta os grupos em que vivem. Sendo assim:

A memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade tanto coletiva quanto individual, na medida em que é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si, evidenciando as subjetividades e identidades dos sujeitos, permitindo interagir com suas afinidades bem como com suas singularidades e diferenças dentro do grupo e em relação aos demais grupos (Pollak, 1992, p. 30 *apud* Cardoso, 2012).

Ademais, como acabei de descrever, a aproximação e a definição do campo de pesquisa se deram no território da rua, permitindo uma construção num cenário amplo de pesquisa e bastante enriquecedor.

3.2 AS MULHERES DA PESQUISA, QUEM SÃO?

Conforme tratado em diversos momentos da escrita, pensar sobre as mulheres em situação de rua surgia da inquietação de anos anteriores; primeiro por ser mulher, negra e profissional de saúde, e também pela aproximação inicialmente com adolescentes num CAPS e no atendimento a essa população na cidade de Salvador/BA.

Nesse caminhar, acompanhei o caso de uma adolescente que me causou muita inquietação e angústia e foi a partir dela que comecei a refletir sobre a estruturação dos serviços de saúde e de assistência social disponibilizados para crianças, adolescentes e mulheres, bem como, a inoperância do Estado em intervenções que não tinham efetividade na condição de vida desse público específico.

A partir do momento que esta adolescente completou maior idade, o Estado se desresponsabilizou da mesma, tornando impossível continuar as articulações anteriores para a continuidade de resolução das suas demandas que iam desde a necessidade de abrigamento até o acesso aos serviços de saúde. Quando retomei a aproximação com o campo de pesquisa, localizei a avó dessa adolescente, uma vez que já havia 2 anos que não trabalhava mais naquele serviço. A ideia era entrevistar essa adolescente também, pois já tinha vivido anos em condição de rua, longe da

família em decorrência do uso abusivo de substâncias psicoativas e em respeito à construção de vínculo estabelecida durante anos, entendia como pessoa importante para esta escrita e não sabia ao certo como estaria naquele período.

No diálogo com a avô, esta me informou que a adolescente conseguiu sair da condição de rua por um tempo, voltou para casa e tinha tido um filho, que no momento estava sob a guarda desta avó. Ela ainda verbalizou que, naquele período, já uma mulher adulta, tinha retornado às ruas em decorrência do uso de substâncias psicoativas e não via mais a criança, deixando-a aos cuidados dela.

Assim, por conhecer o local em que a adolescente costumava ficar, tentei localizá-la, sem sucesso, sinalizando para o serviço que trabalhei sobre as suas condições relatada pela avó para uma possibilidade de intervenção no território. Visivelmente foi possível identificar o sofrimento da avó, mulher, negra, que tinha por volta de 65 anos e vivia com um salário-mínimo, segundo suas informações, que cuidava da mãe em estado vegetativo e agora do neto.

Essas histórias sempre são recorrentes quando se trata das pessoas em situação de rua: os vínculos familiares fragilizados, o uso de substâncias psicoativas, a sensação de liberdade que supostamente a rua oferece, isso expõe essas mulheres a uma série de situações.

Então, três mulheres participaram deste estudo, conforme já descrito acima, uma se encontrava totalmente em situação de rua; outra em situação parcial, pois tinha uma casa, mas em decorrência de conflitos com o filho passava o dia na rua; e a última, por fim, já havia saído da condição de rua e estava trabalhando. Todas frequentavam a Sede do Movimento Pop Rua e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que consta no anexo do trabalho. Enfatizo que os Termos assinados não estarão expostos, mas apenas o modelo utilizado, em decorrência do pedido de sigilo sobre suas identidades.

As entrevistas foram realizadas em ambientes da rua distintos, de acordo com a disponibilidade e escolha de cada mulher. Assim, uma entrevista foi realizada na calçada no Terreiro de Jesus/Pelourinho, a outra no pátio externo da Defensoria Pública e a última entrevista, na área externa do local de trabalho dessa mulher.

Todas preferiram escolher nomes fictícios para a pesquisa, assim, as chamarei aqui de **Sol**, **Maloqueira** e **Eloá**. Ainda em relação a raça/cor, todas se declararam mulheres pretas.

Referente à relação de interação no trabalho de campo, percebi que durante as entrevistas em muitos momentos interagi mais do que havia pensado, e muitas vezes me emocionei com o relato de vida dessas mulheres. O impacto que teve a morte de Maria Lúcia nas suas vidas e o tamanho da representatividade da ativista na vida cotidiana delas era imensurável. Ainda assim, isso se demonstrou um facilitador durante todo o processo de comunicação, fazendo que cada uma visse “*verdade*” na abordagem, como relataram, e não como se “estivesse ali como simples objeto de estudo”, questionamento que fizeram em alguns momentos de suas conotações.

Compreender o lugar de fala dessas mulheres, a produção dos discursos a partir de experiências na rua e com a rua, inspirou esta pesquisa e o engendramento com interseccional entre raça e gênero.

3.3 ABORDAGEM METODOLÓGICA DOS DADOS

Em termos metodológicos, após a definição do formato da pesquisa e a realização das entrevistas, o método analítico para compreensão dos dados foi direcionado para o núcleo de sentidos de Laurence Bardin (2016).

Esta autora apresenta ainda uma perspectiva acerca da análise de conteúdo, assim, em seu livro intitulado “*Análise de Conteúdo*”, ela enfatiza que esta análise denota o desvendar crítico e que este processo se faz na prática.

Na construção de nexos com a análise de trajetória, a análise de conteúdo preocupa-se com o que está por trás das palavras, sendo imprescindível esta apropriação para compreender a construção de vida relatada pelas mulheres em situação de rua desta pesquisa.

Ainda para Pierre Bourdieu (1996) referente a análise de trajetória

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*, cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis (Bourdieu, 1996, p. 292).

Desta maneira, baseada em Bardin (2016), a análise das entrevistas foi dividida em três momentos: um de pré-análise, outro da exploração do material e o último refere-se à interpretação dos resultados.

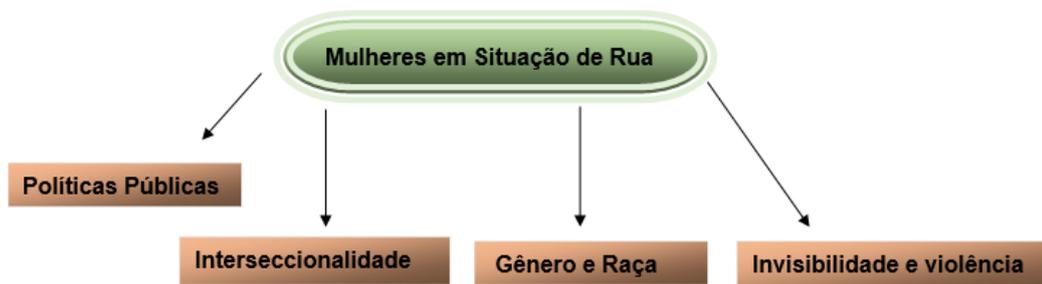
Sendo que, neste primeiro momento centrei no processo de revisão das transcrições. Estas foram realizadas por uma colega que tinha disponibilidade para tal

trabalho e que também tinha uma vivência com a temática, o que ajudou na identificação de termos e descrição real das falas. Mas, ainda no processo de escuta dos áudios das entrevistas e revisão das transcrições, foi possível lembrar os aspectos não-verbais, como as emoções, o constrangimento em algumas falas e até mesmo a exaltação na narração de novas perspectivas.

Saliento aqui que essas entrevistas foram realizadas num período que antecedeu a pandemia, por isso, a possibilidade de contato com o Movimento, com o contexto da rua e com as mulheres que circulavam por esses espaços.

No segundo momento, foram pensados núcleos de sentidos através da análise das narrativas, expostos abaixo na Figura 8, que dialogam com as discussões impetradas aqui na versão final deste trabalho.

Figura 8. Representação do Núcleo de Sentidos



Fonte: Elaboração própria.

O último momento relaciona-se as interpretações a partir da análise dos discursos produzidos pelas mulheres, que aqui direciona-se a título desta pesquisa: *“Mulher em situação de rua: narrativa das variadas formas de viver e resistir na estruturação de territórios invisíveis na cidade de Salvador, Bahia”*. As análises foram realizadas para compreender através da produção dessas memórias a luz da perspectiva teórica adotada.

Ressalta-se por fim, que o quantitativo de apenas três mulheres não afetou os objetivos e resultado da pesquisa, uma vez que por ser uma pesquisa qualitativa e está relacionada aos dados das pesquisas citadas neste trabalho nos capítulos anteriores, percebe-se que há uma semelhança nos contextos de vida dessas mulheres, que perpassam pela violência, invisibilidade e não acesso aos direitos previstos nas legislações brasileiras. A construção da trajetória de vida dessas mulheres, como será descrito no próximo capítulo, ratifica todo esse processo de exclusão.

4 O DESVENDAR DAS NARRATIVAS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste último capítulo, trarei através das falas das mulheres, as suas histórias de vida, como iniciaram a relação com as ruas e todos os aspectos possíveis de serem destacados a partir de suas vivências. A análise dos resultados norteada pelo método de Bardin (2016) como já mencionado anteriormente, se estabeleceu através dos quatro núcleos de sentidos: **políticas públicas; interseccionalidade; gênero e raça e invisibilidade e violência** que emergiram do agrupamento das narrativas estabelecidas pelas entrevistadas, convergentes a esses temas.

Destaca-se que as trajetórias trazidas pelas mulheres apresentaram caminhos diversos e por isso, este capítulo está organizado em três subtópicos, configurando cada mulher partícipe da pesquisa: **Eloá, Maloqueira e Sol**. Assim, se enfatizou suas histórias e todas as nuances apresentadas no cotidiano vivido nos espaços da rua.

No desenvolvimento da análise, foi possível perceber a importância de direcionar um capítulo para a discussão dessas trajetórias, uma vez que a construção social e histórica da mulher brasileira, em específico aqui a mulher negra, é atravessada pela submissão e visão sexista e racista que vem se perpetuando no desenvolvimento das relações sociais. Nesse sentido, bell hooks (2019) enfatiza que os estereótipos da mulher negra criados e reforçados décadas pelos brancos, estão relacionadas as características de passividade e submissão.

Assim para bell hooks (2019):

Todos os mitos e estereótipos utilizados para caracterizar a mulheridade negra têm origem na mitologia negativa antimulher. Ainda assim, formam a base da maioria das investigações importantes sobre a natureza da experiência da mulher negra. Várias pessoas têm dificuldades em apreciar mulheres negras da maneira que somos, porque querem impor uma identidade a nós, baseada em vários estereótipos negativos. Esforços difundidos para continuar a desvalorização da mulheridade negra torna extremamente difícil, e muitas vezes impossível, para mulheres negras, desenvolver um autoconceito positivo. Afinal, somos diariamente bombardeadas por imagens negativas. De fato, uma força opressora forte tem sido esse estereótipo negativo e nossa aceitação dele como modelo viável a partir do qual podemos padronizar nossa vida (hooks, 2019, p. 144).

Importante frisar que todas as mulheres trouxeram questões com a família, lembraram da infância, adolescência e fase adulta e narraram situações complicadas vividas nas ruas da cidade de Salvador/Ba. Foi percebido também nas suas narrativas, entendimento sobre a garantia de direitos e a falta de acesso aos serviços básicos de saúde e assistência social.

Assim, reforço que os nomes são fictícios escolhidos por elas e não houve limitação do tempo respeitando o processo de fala de cada uma.

4.1 ELOÁ

Eloá, como decidiu ser chamada, inicia sua fala trazendo memórias de sua infância, questões relacionadas aos irmãos, aos pais e ao seu amadurecimento até chegar em Salvador. Apresenta em muitos momentos fragilidades de vínculos, separações e imposições que repercutiram por toda sua trajetória.

As relações simbólicas são oriundas do processo histórico que envolve os negros e negras neste país, onde ter características como forte e resistente, inviabilizava a possibilidade de sentir, construir afetos, restando a submissão para realização de trabalhos forçados e violência de todas as ordens.

4.1.1 Invisibilidade e Violência

Eloá ao falar sobre essa relação, reflete que a construção de afeto traz uma conotação de subalternidade que é atravessada pela construção patriarcal, onde as demonstrações de cuidado confundem-se com dominação e autoritarismo.

Reflexão ratificada por bell hooks, conforme termos abaixo:

A grande maioria de nós vem de famílias disfuncionais nas quais fomos ensinados que não éramos bons, nas quais fomos constrangidos, abusados verbal e/ou fisicamente e negligenciados emocionalmente, mesmo quando nos ensinavam a acreditar que éramos amados (hooks, 2020b, p. 48).

Os relatos de Eloá coadunam com a discussão de anterior, conforme relato:

[...] Eu tinha minha mãe, meu pai eles tinham boas condições até empregada, lavadeira, tudo, eu tinha tudo nas minhas mãos entendeu? Estudei nos melhores colégios, entendeu? Não me formei por que me casaram logo cedo, entendeu? Mas, depois que eu perdi meu pai eu vim [...], eu cresci lá em Ilhéus. Eu nasci lá em Ilhéus, eu cresci lá, depois fui para São Paulo.

Só tenho dois irmãos, uma irmã e um irmão, aí foi quando meu marido a gente se separou. Eu conheci um cara lá e tive um filho com ele, ele depois foi até Vereador duas vezes, ganhou dois mandatos, aí depois desse filho “mermo” eu grávida eu viajei para São Paulo, fiquei lá em São Paulo, depois eu voltei para ter o filho, mas não fiquei com ele, quando o filho tinha dois meses eu não tinha condições de criar e meu pai não queria, aí eu peguei entreguei o filho com dois meses a ele, ainda estava mamando.

Se eu lhe disser que quando saiu a moda de calça, meu pai não queria que a gente vestisse calça não. Aí sabe o que eu fazia? Eu enrolava a calça, fazia uma coisa, levava pra rua e depois vestia lá na rua (risadas) [...] agora minha mãe sempre quebrava o galho, eu chegava em casa tarde, aí, minha mãe

vinha cá dentro da cozinha, deixava o ferrolho folgado no fundo, que tinha uma entrada para eu entrar, aí, ela dizia “você não deixe essa luz acesa não para seu pai não acordar, se ele acordar aí você vai ver!” (risadas)

Eu não queria me casar não, nunca pensei, por que o povo. Ah, porque eu tenho o sonho de casar de véu e grinalda, nunca tive esse sonho não, acredita? Nunca tive não, nunca pensei, eu casei, porque me casaram.

Nesses trechos é possível perceber como a relação com o genitor atravessa a vida de Eloá. A relação é o desenho da sociedade brasileira pautada no machismo e patriarcado, onde pelo seu relato, por causa de seu pai, foi obrigada a casar e ainda dar esse primeiro filho para o pai da criança, motivação que a fez vir morar em Salvador e ficar longe família.

A construção feminina no imaginário desse contexto patriarcalista, durante as décadas estava pautado em um “ser doméstico” e na figura do cuidar e servir. Ainda que para as mulheres negras e brancas, essa construção possui diferenças tácitas, onde a mulher negra ocupa o lugar da “mãe preta”, doméstica e explorada e a mulher branca o de submissão ao gerar filhos e serem “moças” para o casamento. Segundo June E. Habner (2012), essas imagens e estereótipos no início do século XIX, assim de configurava:

Tratava-se de famílias patriarcais, em que o pai e o marido autoritário dominavam seus filhos e filhas e sua esposa submissa, ao mesmo tempo em que se cercava de concubinas ou se relacionava sexualmente com escravas. A esposa, por sua vez, era uma figura indolente e passiva, que pouco saía, dava à luz a um grande número de filhos e costumava abusar de seus escravos negros. [...] A divisão do trabalho dentro das casas da elite refletia as diferenças legais, além das de “raça” e de classe, existentes na sociedade, sendo que as escravas ou as criadas é quem faziam a maior parte das tarefas domésticas, consideradas femininas (Habner, 2012, p. 44-50).

Durante sua fala, identifiquei uma fragilidade de vínculos com os irmãos e posteriormente com ex-companheiros, foram identificadas também situações de violência e relações difíceis com os filhos. Além disso, é possível relacionar esse “dar os filhos” às mulheres que foram escravizadas, que não podiam criar os seus, pois eram obrigadas a entregar aos senhores das terras para serem vendidos. Articulando esses aspectos à afirmativa de bell hooks (2019), quando discorreu que a escravidão foi a maior condenação para o povo negro nesta condição, contudo, o sexismo foi a sentença de exploração, violência e morte para as mulheres negras. Para a feminista:

A reprodução era opressora para todas as mulheres negras férteis escravizadas. Subnutridas, sobrecarregadas de trabalho, as mulheres raramente tinham uma condição física que proporcionasse um parto fácil e seguro. Gestações repetidas e sem cuidados apropriados resultavam em vários abortos espontâneos e morte (hooks, 2019, p. 77).

Nota-se ainda nas construções das narrativas de Eloá, que apesar da relação conflituosa com o genitor, ela demonstrou um sentimento de perda e tristeza por não ter se despedido desse pai. A relação com os irmãos vai se desgastando e algumas vezes, foi possível perceber na sua expressão um sentimento de revolta por não ter condições de acompanhar tudo que aconteceu; para além disso, quando vem morar em Salvador, ela tenta permanecer num endereço e estar trabalhando.

Eloá traz relatos de uma vida onde sempre teve algum recurso, mas sempre acontecia alguma coisa que a atrapalhava, seja com o irmão ou uma situação envolvendo um assalto que sofreu, perdendo todo dinheiro que tinha.

Ele disse a mim que a casa foi R\$80.000, mas não foi isso só não, que casa lá em Ilhéus, um terreno lá, puro, sem nada, R\$160.000. E no local que a casa era, é assim, frente de rua, ponto de ônibus, o terreno era mais pra cima 160m. Imagine uma casa logo aqui, a casa ainda tinha um terreno bem grande no fundo, que em vida, minha mãe, se ela tivesse dado o documento, aí, ela queria que eu fosse morar lá, ela disse: “oi, esse terreno aí é seu”, mas ele vendeu tudo... junto... aí dividiu.

Quando eu fui ver, o dinheiro já estava depositado... “oxi”! Esse dinheiro, eu saindo botei na caderneta, quando eu sair (pegou) o buzu, roubaram minha bolsa com a senha, com o cartão da poupança, sacaram, fizeram a festa... foi, fizeram a festa, deixaram lá “ó”, uma mixaria!

Eloá não fala muito da mãe. Durante sua narrativa de vida, as decisões sempre foram tomadas pelo pai ou pelo irmão. Isso se reproduz nas suas relações durante a juventude e vida adulta, conforme relatos acima.

No relato de Eloá, percebe-se a condenação por mulheres que têm comportamentos não tolerados para uma mulher. Ela fala sobre prostituição como algo inaceitável.

E quando trabalhei aqui no Centro, eu saía do trabalho e ia pra onde? Eu e uma colega agente passeava, passeava, ia “para” na rodoviária. Sentava no banco, assim, as duas juntas, aí o guarda vinha e dizia ó: “vocês só não podem “deitar”, agente amanhecia o dia assim – sentada. E nesse tempo eu era gordinha, os homens ficam assediando muito as pessoas. Oh, eu nunca, oh nunca me prostituir! Eu, é o que eu sempre disse; eu sempre disse, que se fosse para me prostituir acho que eu não ia ganhar nada, porque eu fico olhando assim, como que tem mulher que qualquer homem que aparece né? Qualquer tipo de homem, não sabe quem ele é quem não é, e pega!

E os homens não era assim violentos como agora! Não era violento assim como agora! Porque agora você ver, agora qualquer coisinha o homem tá matando, batendo nas mulheres né? E antigamente não era assim! [...] Comecei gostar de um cara, que esse cara eu tive dois filhos com ele, um casal! Ela mora em Tancredo e esse filho tem mais de 5 anos que eu vi a cara! Que ouvi dizer que tem sítio, carro importado, e estuda em Camaçari! Aí ói, nunca mais eu vi a cara dele! Eu morei com o pai dele 6 anos, aluguei, procurei logo alugar um quarto pra não ficar na rua! Depois que eu aluguei meu quarto, ainda minha mãe, meu pai era vivo, e ainda às vezes, de vez em quando mandava alguma coisa para me ajudar.

Essas histórias trazem à luz a conexão com a ideologia patriarcal, que durante os tempos era inaceitável para a mulher questionar as decisões do “homem da casa”, quando Eloá fala da submissão da genitora e da sua própria submissão, em não questionar as decisões do genitor. Esses comportamentos de subalternidade estão relacionados à moral e à conduta das mulheres que se esperam no convívio social. Nesse sentido:

A ideologia patriarcal, que estrutura as relações conjugais e familiares desde o tempo em que o Brasil era uma colônia portuguesa, conferia aos homens um grande poder sobre as mulheres, justificando atos de violência cometidos por pais e maridos contra filhas e esposas. Nascida do estilo de vida das minorias dominantes, essa ideologia acabou influenciando todas as outras camadas da sociedade, disseminando entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino e atrelando a honra masculina ao comportamento das mulheres sob sua tutela. Assim, cabia a eles disciplinar e controlar as mulheres da família, sendo legítimo que, para isso, recorressem ao uso da força (Lage; Nader, 2012, p. 287).

Dando continuidade, a fragilidade de vínculos familiares na vida de Eloá eram frequentes e conflituosos. É perceptível, que durante sua fala, mais uma vez ela traz a não convivência com os outros dois filhos e imagina como eles estão vivendo. Para além disso, remonta na sua fala a vulnerabilidade de viver nas ruas, e que mesmo dizendo que “antigamente os homens não eram violentos”, ela sempre procurou lugares em que tivesse a sensação de segurança para não ser violentada. Ademais, a construção de sua relação afetiva é uma possibilidade de sair das ruas. Eloá ainda lembra de um abuso sexual sofrido quando criança e não contou para os pais:

Já quando era pequena, um compadre de meu pai [...] ele pegava lá, ficava nú, ficava me coisando, dizia quando você crescer mais e tudo, tudo isso, ainda me lembro! Eu podia ter assim, acho que era assim uns 8 para 9 anos, nessa idade, ainda me lembro!. Quando a gente, quando tá criança, acha que tudo aquilo é normal, né? Tudo é normal.

4.1.2 Políticas Públicas

Quando foi entrevistada, Eloá estava com 76 anos e relatou que dormiu pouco nas ruas, sempre procurou algum lugar para pernoitar ou alugar, morando em vários bairros pela cidade de Salvador. Em alguns desses lugares residiu com seus ex-companheiros e as memórias eram de relações violentas. Ela relata uso/abuso de álcool por ela e pelos ex-companheiros, muito frequente entre pessoas em situação de rua, e também o cuidado que recai sobre a mulher em processos de adoecimento pelos companheiros.

O trabalho possui conotações distintas entre as mulheres, mas a sobrecarga é ponto comum, uma vez que o patriarcado direciona o cuidado com os filhos, com a casa para as mulheres e no caso de mulheres negras, algumas são as únicas mantenedoras dos sustentos da família. Desta forma, articulado ao relato de Eloá, por décadas a responsabilidade das mulheres eram suas obrigações domésticas e para as mulheres negras, providenciar o cuidado com a família a partir de seu trabalho. Assim, “a maior parte das mulheres continua concentrada em ocupações de menor remuneração, em empregos precários e vulneráveis, sendo que elas são as mais atingidas pelo desemprego que os homens” (Matos; Borelli, 2012, p. 146).

Cabe ressaltar que Eloá tinha o trabalho de ganho como alternativa de se manter, criar uma identidade, “parecer gente de verdade” e para ela as ruas eram bem mais difíceis do que se configuram atualmente.

Eu fui me ambientando aqui em Salvador, comecei eu lutando, trabalhando, aí quando eu morei com esse (o pai dos filhos), trabalhava assim, lavava de ganho, aí depois que eu me separei dele, eu fiquei com a menina. Aí eu lavava pra cobrador, despachante [...] eu lavava para o gerente e eu sei, motorista de táxi. O pessoal tudo queria, me chamava de Formiga Atômica, que eu fazia faxina, eu me virava mesmo pra valer, porque você vê que hoje em dia, a pessoa acha quem dê um café, dê um almoço, dê tudo, dê roupa e não, e naquele tempo eu me virava mesmo, eu trabalhar para isso.

Oh! Eu vou lhe dizer teve uma época aqui que eu fiquei tão bem, que eu vou te dizer, que eu tinha era talão de cheque. Tinha conta no Bradesco, quando eu chegava ali na calçada, era um Bradesco pequenininho, oxii! Era bem atendida, era cliente Vip! Porque eu sempre trabalhei, fazia minhas economias, eu guardava meu dinheiro debaixo do colchão! Eu já ajudei muita gente, mas eu não tenho arrependimento porque vou lhe dizer: Dinheiro não traz felicidade de ninguém, entendeu?

Que eu bebia, bibia! Chegava de madrugada, a viatura com a porta aberta, eu fazia “vambora, fecha essa porta! E eu não quero grito, que eu quero passar” (risadas) O quê?! Fique aí, bebia mesmo, bebia mesmo, parecia homem ... era, fumava, oxente!

A experiência de Eloá apresenta a forma como ela compreende sua relação com as instituições e as outras pessoas em situação de rua. Relata a resistência de alguns profissionais, racismo e outras formas de discriminação, o que a faz algumas vezes se afastar desses espaços. Ainda, fala de cuidado e proteção nos espaços da rua ao mesmo tempo das possibilidades de agressão, além de preconceitos sofridos por estar nessa situação.

Parafraseando Sueli Carneiro (2011b), é imprescindível “racializar” as experiências e processos de trabalho nas instituições para se pensar sobre as desigualdades sociais e articular ações efetivas para as pessoas em situação de

vulnerabilidade e assim, romper a estrutura para a “superação do problema social” no país.

Eloá defende as pessoas em situação de rua, mas também reproduz o imaginário de que quem está lá fora (em condição de rua) pode ter atos de violência.

Num dia ali dentro da Igreja de São Pedro, a mulher, a bolsa tava em cima do banco, aí eu me sentei, ela puxou a bolsa! Eu disse na cara dela: “oi moça, quem vai lhe roubar no sou eu não viu, quem vai lhe roubar é quem tá lá fora te esperando que vai tomar sua bolsa, que vai lhe dar tapa, e pode até fazer coisa pior”.

A rua é pior, hoje em dia tem muita violência, o pessoal, muita covardia, faz muita perversidade, se aproveita. Se tiver uma diferença com alguém...ah! Eu sei onde você dorme, vai lá e faz, você vê que tem acontecido várias coisas aí, várias coisas, é pedrada que dão, ou mata de pedrada. Oxen!

Imagine, essa época agora de chuva, diga aí! Você olha para um lugar, olhar para outro, não ter onde dormir, é dose! É que o pessoal hoje em dia tá gradeando a escada para ninguém ter acesso, muitas vezes tá em um lugar, diz que as polícia chega chutando para acordar e sem contar as polícias, os próprios morador mesmo faz covardia com as pessoas, o pessoal que eu conheço, outro dia mesmo, [...] disse que um dali, ele tava dormindo, acho que foi lá no Campo da Pólvora, o cara chutou ele e diz que pegou uma senhora e bateu, é mole? Outro, “ah! Porque eu não quero você na minha área!” Tem isso tudo.

Destaques aqui da relação com as Instituições Públicas, conforme já mencionado e as formas de acesso:

Vou lhe dizer, esses locais que a gente frequenta e tudo, tem muita gente racista. Você sabia? Tem racista, a gente vive ali, a gente tá ali no Programa 1²² e tudo. Mas ali tem racismo, e não é dizer que é porque tem a epiderme mais clarinha um pouquinho mais! [...]

Olha vou lhe dizer, lá no Programa 1, tem uma que eu nunca vi essa criatura dar um abraço em alguém ou se quer apertar a mão! Nunca vi, eu... ó ...a gente comenta lá, a gente comenta! É, e tem outros que você vê, que acho que abraça a gente porque tem o nome Programa 1! É, mas claro...oxen! (risadas) É minha querida, claro, porque se ganha através das pessoas. Então pra quê isso? Eu vou fazer 5 anos, eu lá, eles já têm 5, vão fazer 6 anos. Quando eu comecei nesse projeto., era Projeto 2 e muitas pessoas antes era bem diferente de algumas que chegaram agora!

Chamou a atenção a discussão de discriminação racial que Eloá percebe dentro dos programas institucionais, que devem garantir o acesso pleno aos serviços.

Para Suzana Kalckmann et al. (2007):

Pressupõe-se que a sociedade brasileira contemporânea permanece racista e esse racismo também está presente no Estado e, conseqüentemente, nas instâncias governamentais (nos aparelhos formadores, nos serviços de atenção aos cidadãos, nas políticas públicas, dentre outros). O governo, ao não dar a devida visibilidade às desigualdades raciais existentes na sociedade, ao não ter uma política explícita de combate ao racismo, colabora para a sua institucionalização (Kalckmann et al., 2007, p. 149).

²² Eloá cita o nome de muitos Programas que atendem pessoas em situação de rua. Assim, para resguardar a identidade dos Programas e dos profissionais, inserir a palavra Programa/Serviço 1, 2 ou 3 no contexto de suas falas.

4.1.3 Gênero e Raça

Entendendo a percepção que Eloá tem de si e do mundo, nos trechos abaixo ratifica-se a questão do abuso de álcool e o imaginário que esse tipo de comportamento era possível apenas aos homens.

Referente as suas relações afetivas com os ex-companheiros da seguinte forma:

*Depois que eu deixei o pai desses filhos meus, ele começou a querer me bater, aí um dia eu dei uma facada no braço dele (risos). Aí, se separamos. Arranjei outro, esse outro bebia, o homem ciumenta, não queria que eu trabalhasse, esse daí me dava na mão, mas era muito ciumento. Eu lavava a roupa de ganho escondido, porque que eu sempre gostei de ter meu dinheiro, aí ele pegava e dizia: **“venha cá, cê tava aonde? Eu já lhe disse que eu não quero que você beba com ninguém, que não sei o que”**. Aí passei um bom tempo com ele, para me sair dele deu trabalho!*

Eu encontrei o pai desse 4º filho. Aí morei um bocado de ano com ele, bebia também, mulherengo que só vendo, oxi! Bebia, cheio de mulher! Eu grávida aqui, as mulher na rua grávida também e as mulheres ia buscar ele na porta, ele passava no sei quantos dias fora de casa. Depois eu fiquei com ele, a gente ficou dentro de casa separado, mas ele morando dentro de casa, separado, mas ele dava de tudo, dava as coisas aos filhos. Aí, ele adoeceu, ninguém, quem cuidou dele foi eu, eu que cuidei!

A paixão não sei nem dizer o que é paixão! E, oí, a gente tem um dizer “nós devemos viver com quem necessitamos não com quem gostamos” Porque tem homens quando ele vê, que você gosta mesmo dele, é que ele maltrata! Não me apeguei a ninguém! Fico olhando como é que essas mulher fica, “ahh...porque eu tô apaixonada” Paixão se come?

Esse intercâmbio entre seus relatos chama a atenção para a violência nas relações, além da ausência de amor. Assim, para bell hooks (2010), “muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público”.

Outro ponto relevante referente a sua trajetória, referem-se as suas gestações, o total desconhecimento sobre como prevenir uma gestação e a submissão diante das relações construídas.

Eu pensei quando eu tive a primeira vez, eu pensei que eu não ia ter filho nenhum mais não! Eu tive a primeira, pensei que não paria mais não, quando pensou que não! Sei lá, eu achava que já tinha, que não ia ter mais, eu passei seis anos sem ter filho, sem usar nada, nada, nada. Quando aí, depois dos seis anos, foi que veio vim, esses quatro que eu tenho aí!

Antigamente os pais não conversava não, não orientava, não dizia, que á não pode ter filho, não sei o quê, só sabiam dizer quando era casado, que o marido largava, que não podia arranjar outro homem, Porque o juiz ia cortar a pensão, qualquer coisa que desse, era não podia!

Nesse ínterim, Eloá tem uma relação de encontros e desencontros com os filhos. Durante a entrevista percebia que ela se inquietava pelas relações que tinha, verbalizou muitas vezes que tinha netos, bisnetos e até alguns que não conhecia. O ficar na rua de desenhava como uma estratégia de sobreviver a tantas lembranças difíceis.

4.1.4 Interseccionalidade

Eloá retrata um pouco sua condição atual e diz que tem como principal motivação passar o dia na rua e só retornar à noite, devido a um conflito familiar com um dos filhos.

Esse filho que hoje em dia dá trabalho, que é mesmo que ser um inimigo meu! Ele não tava em casa, porque o pai ele não queria obedecer e o pai aí não queria. Aí ele morava com uma criatura, trabalhando, indo para barraca e tudo. Aí quando o pai faleceu foi que ele voltou para dentro de casa, voltou mas(era coisa), eu reclamava, ele obedecia e tudo, mas depois que ele arranhou uma mulher, oxí! Deu para me responder até me ameaçar. Aí eu peguei até isolei ele. Aí tá lá esse tempo, eu moro lá já tem, tem uns anos que eu morei lá, se for junta da quase uns 50 anos.

Mora eu e meu neto e meu filho que mora assim. Ele sai de manhã para trabalhar e também eu digo o que é, eles usa lá uma coisa, que o cheiro sobe saí pelo buraco, sobe e eu tô em casa. E fica a boca enchendo de água, a boca enchendo de água, enchendo de água e eu fico assim, parecendo que tô assim, que tô desnorçada, deve ser alguma coisa que eles usam lá, alguma droga pesada. Porque o crack eu sei que eles estão usando o cheiro parece que prende isso aqui da pessoa (faz gestos com a mão), é um cheiro horrível!

Oi esse filho meu teve um dia que eu cheguei em casa, ele procurando coisa, eu tinha chegado aquela hora. Eu, eu procurei, eu não sei o que foi para jogar, eu o que eu achei foi balde com água. Eu joguei, joguei que tem hora que tem pessoas que tira você do sério! Porque eu digo, oi pisou no meus calo, eu desço dos saltos (risadas) É, e é isso é de todo mundo, todo mundo, você pode ser a pessoa mais tranquila mas tem sempre uma pessoa que vem para lhe tirar do sério e é numa hora dessa que a gente faz uma besteira!

Vou te dizer! Você não tá vendo eu? Tem horas que eu tô na rua, que eu me sinto bem melhor na rua. Quando eu penso em ir para casa, tem hora que dá vontade de eu ficar, na rua. Pode crer! Da vontade de ficar na rua, oxente, às vezes, eu tenho conhecido aí que tem vez que eu passo dois dias na casa dele. É um senhor que tem aí, eu conheci o filho dele tomando o curso comigo, aí comecei aí pra lá, tem vez que ele me encontra, me chama, ele já disse a mim “venha morar aqui em casa para você me ajudar”. Quê o pessoal na rua, é bem melhor do que a nossa família, é bem melhor!

Em relação a esse ponto, o processo de colonização/escravização do povo negro impôs traumas psicossociais, a perda dos símbolos, linguagens e o afastamento da espiritualidade, como afirma Carla Akotirene (2019):

Pela crítica africana, as epistemologias feministas difundiram conceitos, ideias e emoções de maneira hegemônica, transpondo significados mal

traduzidos [...] Sistemas de conhecimento foram ignorados, com vistas, por exemplo, à negação de experiências marcadas pela maternidade, casamento e família, desenraizados do modelo nuclear ocidental (Akotirene, 2019, p. 81).

Dando continuidade, discorre sobre a condição da mulher em situação de rua e sua percepção sobre as diversas situações vivenciadas por elas. No seu relato é perceptível a responsabilização sobre as violências vivenciadas por aquelas mulheres que “não se respeitam”, pois precisa manter determinado comportamento e ausência de percepção sobre as relações de submissão, opressão e violência sofrida pelas mulheres em situação de rua.

A mulher [...] tem que saber como ela vive. Entendeu? Porque tem que também procurar se respeitar. Porque se a mulher dê respeito, eu garanto que ninguém vem, procurar ideia né?

Assim, (porque) tem mulheres que vive de dente aberto para tudo quanto é de homem. Mas não pode ser assim, não pode ser assim! A pessoa tem que ser, coisa [...] porque os cara vem, pensa duas vezes se ele vai mexer! Se ele vai dizer alguma coisa. Oí, você vê, eu fico aí óh no meio desses cara. Tudo aí na rua, na Piedade, se a mulher outro dia saiu comigo disse, “você tem que se candidatar”, porque onde eu vinha todo canto não tem nada que seja morador de rua não, eu vou ali, é Campo Grande eu paro, às vezes tem cara que diz bem assim: “Oh minha mãe, eu tô vendo a senhora lá sentada, mas de cá eu tô olhando, quem quiser que encoste ali”.

Se ela tiver um cara, elas se acham dona! [...] Quantas eu vejo, “oh, se eu ver você com ele, eu pegar, eu vou fazer acontecer, muitas até vai lá e dá facada, faz um bocado de estripulia.

4.2 MALOQUEIRA

Maloqueira tem 32 anos e no período da entrevista relatou que tinha 22 anos em situação de rua. Inicialmente, demonstrou inquietação sobre a possibilidade de falar da sua trajetória de vida, retomar as memórias sobre as situações de violência e sofrimento que iniciou ainda no contexto familiar.

Importante frisar que ela vivia em situação de rua, fazia uso abusivo de álcool e outras drogas e mesmo nessas condições vinha se articulando junto aos Movimentos Sociais para pensar outras formas de viver/sobreviver nesse contexto tão adverso.

4.2.1 Invisibilidade e Violência

De forma marcante, Maloqueira inicia o diálogo apresentando sua trajetória, uma série de situações de violência, abandono, vinculação com Instituições e,

conflitos familiares que ainda criança provocou sua ida para morar nas ruas de Salvador.

Eu fui uma menina muito... eu tive tudo assim, minha mãe sempre me deu estudo, sempre me deu tudo, mas o que eu mais precisava foi a confiança quando eu fui violentada com 10 anos de idade e ela não acreditou, ela sempre me deu o que quisesse ia, me dava. Mais, mais que eu precisei, o que eu mais queria, ela não...aí então isso me levou a ir pra rua. Porque toda vez que eu falava ela()que era mentira, eu tinha até medo as vezes de falar, o que estava acontecendo mais vezes ainda comigo, eu tinha até medo de falar pra ela...ficava falando que era mentira, nem falava mais...também pra não ficar mais naquela situação eu preferi ir para rua, entendeu?

A minha infância, velho, foi isso aí, é um pouco complicado falar da minha infância, entendeu? Quase eu ia chorar aqui nesse instante... (risos) eu me aguentei, porque minha infância foi muito complicada...como eu te falei, eu tive tudo, só não tive, eu sempre sonhei, perder minha virgindade [...] Sempre sonhei perder minha (virgindade) com uma pessoa, nunca pensei que eu ia ser violentada, fazer algo que eu nunca queria fazer, entendeu?

Quando eu não aguentei mais ficar sendo violentada dentro de casa, meu próprio pai, não foi, meu pai, entendeu? Quando eu cansei, como eu sempre falava, reclamava com minha mãe, ainda eu apanhava, que ela pensava que era mentira, que era coisa da minha cabeça...não sabendo ela, que eu tava sofrendo pra caralho! Aí, um dia eu fui pra escola, conheci um morador, uma pessoa bem na escola que me falou assim: “eu tô pegando a estrada”; eu também vou...eu cansei...eu cansei...aí peguei a estrada...esse cansar, eu cansei mais ainda e sofri pior ainda também, porque conheci a droga, foi o que me deixou mal, depois segui o tráfico!

Eu comecei a usar droga com 11 anos de idade, a primeira droga foi cola, aí depois conheci a maconha, da maconha fiquei fumando pitilho, do pitilho foi crack, o crack mesmo, sabe quantos anos eu tenho com o crack? No crack, eu tenho 17 anos. Eu tenho três tiros no corpo!

No entender da entrevista, o que impulsionou Maloqueira a ir para as ruas, foi a violência sexual sofrida ainda criança e o fato de não suportar a não aceitação da genitora, encontrou nas ruas e no uso de substâncias psicoativas, o abrigo necessário.

Neste caso, a violência figurou como grande impacto no esfacelamento das relações familiares e uma suposta resistência a outros atos de violência sofridos quando passa a ter a rua como moradia. Parece ser a isso que Rosa e Brêtas se referem ao dizer: “a situação de rua para a mulher era, frequentemente, o resultado de agressões e violências, dentre elas, a sexual, praticada no contexto doméstico e familiar (Rosa; Bretas, 2015, p. 280).

Maloqueira, durante sua narrativa muitas vezes chorou lembrando das situações de violência vivenciada por ela. A relação com a família por ter sido abusada pelo próprio pai, segundo seu relato, trouxe uma série de consequências, como a falta de confiança nas pessoas, o uso de substâncias para conseguir sobreviver nas ruas e também, o afastamento da família. Após muitos anos que ela voltou a se aproximar de seus familiares, da mãe em especial.

4.2.2 Políticas Públicas

Durante seus mais de 22 anos vivendo nas ruas, Maloqueira relata a aproximação de projetos que realizavam atendimentos às pessoas em situação de rua. Recebeu suporte em muitas situações vividas por ela, inclusive na sensibilização em se reaproximar da genitora.

Aí como ela veio ver que foi verdade, que tudo era verdade, eu estava já nas drogas, ficava já na rua, fazendo um bocado de besteira, já tava já bagaçando com tudo, mas esse bagaço, que eu bagaçei com tudo, aí eu fui conhecendo gente de projeto Gente sabe, eu era estúpida, eu não conseguia falar com ninguém, até hoje eu sou um pouco desconfiada (risadas) ainda tenho esse problema ainda comigo, pelo fato que eu já passei, pelo fato que eu já passei. As vezes você não tem aquela confiança totalmente, tá entendendo? E aí, aí aos poucos eu fui aprendendo assim...(risadas) É, aí fui pro Centro de Recuperação, fiquei um tempo, depois saí, voltei, depois fiquei na rua de novo.

Depois conheci Lúcia, uma pessoa que não consigo, não consigo ir em nenhum lugar e não levar o nome dela. Porque foi ela quem mais confiou em mim, uma pessoa assim que sempre maltratei, que sempre tratava mal, mas ela nunca desistiu, ela disse aquela menina vai ser minha,” daquele jeito dela ousado, daquele jeito estúpido, aquela menina vai ser minha” e foi dito e certo. Mas eu só fui dar mais valor a isso que ela tava fazendo, quando eu perdi ela, entendeu? Depois que eu perdi ela que eu fui ver tanta, tanta falta que ela me faz, tanta coisa que ela quis fazer por mim e eu nunca percebi, eu nunca enxerguei, fiquei cega e depois que eu perdi ela, que eu vim ver que eu, que eu posso! Porque ela me mostrou que ela também, que ela também era sacizeira, ela era de rua por isso, e como eu chamo o nome maloqueira, maloca – porque tem muitos que fala que maloca é só gente ruim, aí usava esse nome para falar do que era ruim. Aí vesti esse ruim, esse nome maloca, que eles fala que é gente ruim para uma coisa boa que é maloqueira, vencendo a maloqueira, tendo talento. Que tem outra, não é só eu, vários maloqueiro tem talento, só precisa (as pessoas) enxergar!

A reorganização de muitas pessoas que estão em situação de rua, ocorre através do suporte institucional ou dos movimentos sociais organizados. No entanto, essa articulação na assistência à essas pessoas, torna-se fragilizada pela escassez de recursos, de profissionais que dialoguem com essa especificidade e principalmente, pela inércia do Estado que têm o papel de ordenar as políticas públicas. Vale ressaltar que quando se trata de pessoas negras, o acesso ainda é mais difícil. Neste sentido,

A eliminação das disparidades raciais na saúde e a produção de respostas adequadas para a promoção de saúde das mulheres negras requerem o desenvolvimento de ações afirmativas em diferentes níveis, o que implica o estabelecimento de medidas singularizadas, baseadas em diagnósticos aprofundados e igualmente singularizados, os quais devem fundamentar o desenho de processos, protocolos, ações e políticas específicos segundo as necessidades e singularidades de cada grupo populacional. Assim, é preciso estabelecer medidas facilitadoras da aproximação e acesso, de modo a superar as barreiras interpostas ao exercício do direito à saúde pelas mulheres negras. É necessário, também, utilizar métodos e linguagens

inteligíveis, que respeitem e dialoguem com os diferentes valores, crenças e visões de mundo, os quais devem ser produzidos com a participação dos sujeitos a que se quer beneficiar; além de priorizar ou incluir diferentes grupos de mulheres negras (Werneck, 2016, p. 545).

O uso de substâncias psicoativas perpassa a vida de muitas pessoas em situação de rua. Para as mulheres, as colocam em condições de vulnerabilidade e podem acarretar outras violências por estar na rua, como já discutido em outros capítulos, um espaço majoritariamente ocupado por homens e enraizados na construção de dominação sobre os corpos femininos ou que não assumem função heteronormativas.

Na situação de Maloqueira, as diversas institucionalizações em serviços socioassistenciais quando criança/adolescente e ainda nos Centros de Recuperação, não a afastaram do abuso de substâncias. Em muitos momentos, percebi que esse abuso ajudava a submergir o sofrimento experienciado ainda na infância. A aproximação de Lúcia (liderança do Movimento Pop Rua em Salvador, já citada), apresenta para ela uma possibilidade de pensar na vida de outra maneira, continuando próxima do contexto da rua, mas se permitindo a ser cuidada. Impressionante como as marcas que carregamos de nossas histórias ancestrais e das situações de violência vivida por muitas mulheres, a impossibilitam de confiar, pedir e aceitar ajuda, como afirma bell hooks (2010), “feridos de amor”.

4.2.3 Gênero e Raça

Maloqueira remonta situações vivenciadas por elas e outras mulheres que moram nas ruas. Destaca as fragilidades e traz memórias de situações da sua vida. O sair de casa não só perpetuou seu sofrimento, como a fez mudar de orientação sexual como forma de proteção, porque, segundo ela: “eu sendo sapatão (mulher entendida), nenhum homem mais mexia comigo”. Quando ela retrata isso, fiquei bastante reflexiva, pois o ato de assumir um suposto “jeito masculino”, como verbaliza diferentes momentos, era a única forma que tinha de se proteger, sem precisar da proteção de um homem, pois muitas vezes essa proteção acarreta variadas formas de violência.

Mulher é sofrimento, como eu já fui estuprada em casa, eu fui estuprada na rua também! Eu vim morar na rua, uma menina linda, jovem, bonita, entendeu? Sem ninguém para me defender, por isso que eu virei mulher entendida, se eu ficar entendida, parecendo um homem, vou eu mesmo (poder) me defender, porque vão ver que eu sou machão, tá ligado? E aí,

passei pra esse lado, mais por essa posição que tem, mais aí depois eu gostei, né? Aí tudo foi indo... (risadas).

Minha vida na rua, sempre foi muito complicada, eu me envolvi com vários homens, vários, vários, mas graças a Deus que eu tô aqui, ainda vida! Vários, vários, porque não conhecia a realidade mesmo (eu sempre), pelo fato de eu ser tirado, algo que é meu, que era muito importante, eu achava que era assim mesmo, então todos os homens podia, como eu fui tirada, sabe? Aí é assim, como eu te falei, foi depois que eu conheci a RENFA que eu vim entender que a gente não é assim, que a gente não pode ser usada como eles quer...(pegada)!

Aí eu me envolvi com uns homem pra me defender também, mais os próprios homens que eu me envolvi, mais me machucava mais do que eu era estuprada, porque me fazia fazer vida pra dar a eles, então minha vida foi muito complicada, quem mudou mesmo, a minha história, a minha vida foi a RENFA!

Nessas situações evidencia-se o quanto o corpo feminino é considerado “frágil” e fácil de dominação e controle. Assim sendo, para Anderson da Silva Rosa e Ana Cristina Passarella Bretas (2015), numa pesquisa realizada na cidade de São Paulo, contatou que:

As mulheres descreveram as principais formas de violência física vividas nas noites em que pernoveram nas ruas. A primeira foi a violência praticada por pessoas ou grupos intolerantes com a situação de pobreza vivida pelas pessoas em situação de rua; relataram histórias de agressão e morte de forma cruel – a violência pela própria violência. A segunda foi a violência praticada entre as próprias pessoas que se encontravam na rua, e tinham como principais motivações: as dívidas com traficantes, disputas por espaço, pequenos furtos, infidelidade conjugal e desavenças pessoais. A terceira, um tipo de violência planejada, de cunho higienista, praticada por policiais, pessoas contratadas por comerciantes ou moradores que se sentiam prejudicados pela presença das pessoas em situação de rua nos arredores dos domicílios, comércios, monumentos e cartões postais da cidade. Por último, a violência sexual, relatada com frequência pelas mulheres que participaram do estudo, quase sempre, praticada por homens, em situação de rua ou não, e com potencial de causar danos físicos e mentais irreparáveis na mulher (Rosa; Bretas, 2015, p. 278-279).

No decorrer de sua fala, Maloqueira explica o que significa a RENFA e defende o movimento como alternativa para compreender a condição de rua, o uso/abuso de substâncias psicoativas, bem como o domínio do próprio corpo e das vontades. Reflete, a partir de suas memórias, como as mulheres criam seus filhos na condição de rua, o risco que correm, podendo perder a guarda por estarem em lugar exposto. Ressalto aqui que neste período ela não tinha filhos; um tempo depois que ocorreu a entrevista, ela me disse que estava grávida e que possivelmente no dia da entrevista já estava esperando um filho e não sabia.

Feminista (antiproibicionista), são feministas, foram que, que eu posso, que eu sou capaz, de não deixar ninguém mandando em mim, sabe? Que eu posso ser o que eu sempre quis ser, como eu cresci, e tiraram aquilo de mim, e eu posso voltar. Só que eu não tinha ainda, a chance, eu não tinha (aquela) chance, eu não tava me reconhecendo, pelo jeito, quando eu ia tomar um banho, e me olhava no espelho, eu achava eu imunda, por tudo que eu

passsei, sabe? Quem me tocava, quem não me tocava, eu me achava super imunda, porque é complicado gente, a gente falar sobre isso também, sabe? É porque...(choro) só quem sabe, quem sente, quem passou...porque as vezes eu me (afasto) de muitas coisas por não falar, sobre um pouco de mim, entendeu? Porque às vezes eu volto e pensar é muito ruim.

É isso que tá me fortalecendo! O que mais me fortalece, eu ver que eu consigo falar com minha maloca e a minha maloca ouvir. Como hoje no movimento, (chorou) teve uma briga, eu separei e me ouviram, então aquilo já vai me fortalecendo. Elas me fortalecem, é minha maloca que me fortalece, se não fossem eles eu acho que eu...entendeu? Eu viajei pra Pernambuco, todos os meus vício, eu me controlei, foi a primeira estratégia que eu fui na minha vida! A primeira experiência que eu nunca fiz, todo mundo se endoidando e eu mais plantada ainda. Eu sou capaz de fazer um bocado de coisa, a primeira vez foi aquilo que eu consegui, então eu posso...entendeu?

A mulher, ela não tem outra opção mesmo viu! Mas não é nada bom, se tivesse opção (tosse) naquele lugar, porque é difícil você tá ali, fazendo coisa errada com um bocado de (homem) fazendo coisa errada, e ainda criar seu filho naquele mesmo lugar sabendo que o menino vai ser todo errado, entendeu? Mas tem mulher que tem (opção) mas não vem porque, sabe porquê? A comunidade, o Estado, ninguém dá oportunidade a elas, elas procura, como muitas aí, muitas, quer isso o quê véi? É gestante, (moradoras) mulheres e gestante em situação de rua, além de estar em situação de rua, ainda vai parir e o filho é sequestrado pelo próprio Estado. Têm muitas que prefere ter o filho na rua pra não terem no hospital, porque sabe que tá em situação de rua, pode tirar o filho dela, prefere ter em algum lugar sofrer, pra não ter que dar, pra você ver, que uma mulher faz isso, por quê? Porque o negócio não é bom!

Muitas se protege, sabe como? Se dando pra não ter nada, pra não ser apanhada, não baterem, acaba fazendo aquilo que não quer [...]se dando é? Se dando é assim, tem (muitas) mulheres que não sabem seus direitos, não sabem o que elas podem e o que elas não podem, entendeu? Aí ela tá aqui, num lugar aqui, ela percebeu que aquele cara é brabo, aquele cara pediu aquilo a ela, ela tem que dar pra aquela pessoa não bater nela porque ela é mulher, é frágil, entendeu? [...] E muitas se protege fazendo vida, se protege traficando, aí (fala) que pode ser a tal, porque tá ali no tráfico, e ninguém vai mexer comigo e muitas coisas, certo?

Destarte, entendo que o fortalecimento da organização coletiva de mulheres através dos movimentos sociais, ratifica a alternativa possível de lutar contra formas de violência e fortalecer muitas mulheres em estado de vulnerabilidade. Posto isso, as discussões de gênero e raça perpassam a trajetória de todas nós.

Maloqueira também expõe situações diversas sobre discriminação racial e a forma como as instituições atuam junto as pessoas em situação de rua e tece críticas as ações que são direcionadas a esta população.

Têm muito racismo, tem vários momentos, só vou contar um, um dia uma pessoa do Serviço 1, me levou pra almoçar, era um lugar que ele me via só na rua pedindo, (achou) que eu nunca vou ser capaz de entrar. Eu fui entrando, e eles me abafaram, epa! Você não, ali foi racismo, certo? Aí, “porque ela não?” “Não! Cuidado”, “cuidado porque? Só porque ela é moradora de rua? Ela tá comigo, e eu vou pagar”, aí eu peguei falei assim: “agora quem não quer comer aqui sou eu” Ela foi comer em outro lugar – não é por causa de você não – ela falou: “eu vou chamar o gerente”, entendeu? Então isso já é um deles, mas que eu já passei vários, vários [...] Ontem mesmo meu pivetinho, o rapaz pagou um lanche pra ele e mandou, ele não

quis entrar pra você ver com tanto trauma que ele teve no mundo, de botar logo ele pra fora, ele: “eu não vou entrar não, o senhor me dá aqui fora, eu não vou entrar não”, aí ele: “você vai entrar” ele tá: “eu não vou entrar”, quando o cara disse “você vai entrar” que ele entrou, o cara já veio logo empurrando ele, pra você ver como o ser humano trata o outro né? Uma peste com o mesmo sangue, que é a mesma merda, que se morrer vai pro mesmo buraco, só porque pode ter um poder, tira onda com a maloca. [...] Então isso, muito, muito, muito terrível...muito terrível, e eu mesmo agora, eu posso ter minha recaída, mas eu falo que eu não quero voltar nunca mais o que eu era, porque se eu voltar o que eu era, eu vou acabar me matando, e matando um bocado de gente!

Nota-se aí a importância, como já explicitado, da discussão de racismo nas instituições, seja de saúde ou de assistência. É importante proporcionar a essas mulheres a ampliação do acesso e ações de promoção que mobilizem a participação dessas mulheres nesses espaços institucionais. Dando seguimento, Jurema Werneck salienta que “deverão envolver esforços institucionais em deslocar-se – fisicamente e em relação à cultura institucional – em direção a esse grupo excluído ou sub-representado” (Werneck, 2016, p. 546).

Na sua fala, fica evidente a ineficiência das políticas públicas que não chegam até essas pessoas. Levanta memórias de situações ocorridas com elas e de outras diversas observadas no contexto da rua. A sensação de invisibilidade e de “não ser considerado gente”, é permanente na vida das pessoas em situação de rua.

Como eu falo, né velho, né o nome, não é o nome né nada que fica, o que fica com a gente é o trabalho que tem muitos. Ontem mesmo eu tava na mesa e falaram besteira, eu peguei cortei, porque nós tá fazendo isso, cadê? Tá fazendo aonde? Em sala? Tem que fazer isso na rua, entendeu? Tem que levar é pra rua, cadê? Então é isso que pá, e eu tô vendo que a RENFA não (come) verba nenhuma, mas tá ali, lutando pelos direitos das mulheres, gestante que tiveram seus filhos sequestrados, entendeu? Elas tão ali, e com amor, vão fazer vaquinha pra isso, é vaquinha pra coisa. Então, isso velho é união, isso é importante e tem muito projeto aí que a gente não vê isso.

Eu acho assim, uma pessoa se prepara assim, eu vou trabalhar com moradores de rua, é pra trabalhar mesmo, com amor, com coração, porque nós moradores de rua também somos, também humano. É mostrar, é que morador de rua é só pra ter nome através da gente, chega lá e nem dá atenção a gente, entendeu? É por isso que eu escaldo elas tudo, eu escaldo mesmo, eu não tenho medo, oi, parece que eu só filha de Lúcia de sangue, porque ela também escaldava na mesa todo mundo (risadas).

Senta aqui com a gente, tem até nojo de olhar...(vocês acham que) porque eles pensam que maloqueiro não tem visão, eles pensam que maloqueiro é burro, são idiotas, não pega visão? Têm muitos aí que vem aí ô, tem muitos que fica de lado, vem três, vem dez equipes, só uma, aí quando tá todo mundo assim, “licença, que eu só quero falar com ela”, por que não quer falar com as outras? Porque não sabe trabalhar!

4.2.4 Interseccionalidade

Como já aventado e diante de tantas diversidades, Maloqueira apresenta possibilidades de reinvenção, de mostrar sua experiência com a rua para outras pessoas e influenciar outras mulheres na mesma condição que se encontra. Relatou que tinha como objetivo escrever um livro sobre sua vida nas ruas e demonstrou entusiasmo com essa possibilidade.

Essa Maloqueira ousada não teve de inventar não, de publicar o que nós se passa... tá ligado? Eu tô fazendo o Diário da Maloqueira, eu tô me inspirando muito no Quarto de Despejo²³, entendeu? O Diário da Favelada e tô aí, conseguindo agora quem ler vai ser babado, o bagulho é muito forte viu!

Ademais, fala ainda da relação com a família e a forma que vem tentando se reaproximar. Permanece em suas memórias, o sofrimento causado pela violência sexual que sofreu e por ter sido desacreditada quando procurou pela mãe, mas visivelmente, a tentativa de reescrever sua história. Trouxe ainda na fala que sentiu vontade de expressar e respeitei o caminho que escolheu para falar.

Sobre a minha família eu tô tentando, tô tentando... mas não é muito boa, mas, eu por enquanto, eu tô fazendo, eu tô me controlando, porque que eu tô me controlando? Porque eu estou me controlando na cachaça, eu estou me controlando na droga, eu estou me controlando em tudo, porque se eu não me controlasse, nem lá eu ia, entendeu?

Mesmo eu sei que o que aconteceu comigo, estou tentando ter um vínculo, porque eu preciso ter esse vínculo, que eu nunca tive de verdade, entendeu? Então pra isso, eu tenho que me ver também, ela foi errada, eu sei que ela foi errada, mas como eu tô sendo mais errada também, cada um tem que compreender o outro né? E hoje, eu sozinha não conseguia né? Essas mulheres que aperta minha mente, entendeu? Porque eu tenho um bocado de apertadores de mente, um bocado, que às vezes eu digo ai meu Deus, eu vou dar um sumiço pra não ver ninguém, porque aperta minha mente legal!

Eu preciso ter meu canto, a casa de minha mãe como eu te falei gente, eu tô querendo ter um vínculo, mas eu não me sinto muito bem indo! Eu me sinto muito mais bem com a minha maloca na rua, meu vínculo é esse né? Na rua, só, o meu medo de ficar muito na rua, meu medo é muita droga, pernoitada, sabe? Besteira, como um dia desses fiz isso, entendeu?

Partindo desse pressuposto e da necessidade de reinvenção diante de tantas diversidades apresentadas por Maloqueira, tona-se necessário ratificar que através dos marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade e outros demais, o Estado retrocedeu e passou a intervir de maneira coercitiva diante das populações mais vulneráveis.

Nas cidades globalizadas, as políticas de saneamento ou revitalização podem levar à criminalização das favelas e ao despejo das pessoas mais pobres, consideradas “desagradáveis” e “vítimas do desenvolvimento” [...] Os marcos

²³ Diário que virou livro escrito por Maria Carolina de Jesus, que conta sua vida na favela que morava.

interseccionais são úteis para explicar como a organização do poder afeta os tipos e os resultados da ação policial em diferentes grupos populacionais [...] Os marcos interseccionais revelam as maneiras pelas quais as políticas públicas favorecem as desigualdades sociais (COLLINS; BILGE, 2021, p. 173-175).

Assim, os movimentos sociais configuram-se como pontos estratégicos para sobrevivência nas ruas, mas, diante dos relatos, ratifica-se a inoperância do Estado e a desarticulação dos serviços que integram a Seguridade Social e que deveriam garantir atendimentos equânimes.

4.3 SOL

Sol, mulher negra, 46 anos e durante mais ou menos 06 anos, não se recorda muito o tempo que viveu nas ruas de Salvador. Ela tem uma história forte com o Movimento da População em Situação de Rua e é uma das lideranças em nível regional do Movimento.

Meu nome é Sol, natural de Feira de Santana, vim para Salvador e fui criada pelos meus avós. [...] É, porque minha vó faleceu, eu vim morar numa família que não era, era minha mãe, mas que eu não sentia à vontade, não tinha vínculo, né?

Apesar do pouco tempo que viveu nas ruas de Salvador, apresentou sua trajetória com traços marcados pela violência, exclusão de gênero e ineficácia das políticas públicas.

4.3.1 Invisibilidade e Violência

Sol traz lembranças sobre sua infância e a relação com a família, os motivos que a levaram a viver em condições de rua e as estratégias que utilizou para sobreviver e ainda se articular com os demais.

Eu tava num momento muito difícil da minha vida, foi alguns anos, muito, uns dois anos, dois anos e pouco muito complicado pela perda de minha vó [...] foi noventa e sete, [...] vim morar aqui em Salvador, com minha mãe, já tinha um irmão. Minha mãe tava grávida, só que eu não me senti parte da família, me senti, eu já não tava bem, já vim com depressão, e não conhecia, acho que ninguém da minha família conhecia, [...] é não me sentia bem dentro de casa, me sentia assim, como se tivesse incomodando, e aí comecei a sair pra procurar emprego, pra estudar. Não conseguia, não conseguia, e aí fui conhecendo muita gente na rua, fui passando os (dias), uma manhã na rua, é comecei a passar o dia, e aí comecei a fazer amizade e na verdade, quando eu fui ver, já tava já, é sem vontade de voltar mais pra casa!

Aqueles amigos ali, aquelas amizades, já é pra mim era o bastante, já me senti mais acolhida do que em casa, e aí no trecho da rodoviária ali, encontrei uma família também, uma vó, com dois filhos, que a mãe das crianças e o pai

tinham sido mortos pelo tráfico, e ela que cuidou desses filhos, e aí, eu comecei a me aproximar, na verdade ela que se aproximou, eu tava sentada, ela recebeu bastante almoço, tinha guardado e me deu [...] a gente começou a conversar e começamos a fazer amizade, e aí, aquela família ali acabou criando um vínculo muito grande, era minha referência, e aí eu mentia em casa, de vez em quando eu aparecia, eu mentia, eu dizia que tava trabalhando, que eu tava estudando, mas não tinha aquele vínculo mesmo, porque mãe, mãe é quem cria e mãe pra mim era minha vó.

Nas memórias de Sol é possível perceber o sofrimento instalado na sua vida com a perda de seus avós e o sentimento de não pertencimento aquele núcleo familiar que para ela era estranho. Em muitos estudos, a fragilidade dos vínculos familiares se torna o principal motivo que levam as pessoas a viverem em situação de rua.

O sofrimento psíquico é subjetivo e, por não saber identificá-los, muitas pessoas sofrem com o preconceito e a cobrança sobre ser uma pessoa produtiva e escutam que essas situações não são para todos. E, ainda quando se trata das pessoas em situação de rua, existe a dificuldade dos profissionais de saúde em identificar, vincular e cuidar no âmbito dos serviços de saúde e assistência social desse público específico. Situação reforçada por Igor da Costa Borysow e Juarez Pereira Furtado (2013):

Muitas vezes, essas pessoas resistem aos sintomas, e, quando procuram a rede de saúde, estão com vários problemas acumulados e não conseguem mais lidar sozinhas com as dores ou resistir a elas. De outro modo, elas chegam aos serviços de saúde quando são levadas por programas específicos ou pelas instituições socioassistenciais. Essas instituições, por estarem mais próximas da população de rua, acabam sendo a porta de entrada para a rede pública (Borysow; Furtado, 2013, p. 40-41).

Para além disso, Sol discorre sobre a tristeza que sentia e as pessoas não se percebiam. Na entrevista, ela demonstrou muito sofrimento e inquietação ao expor essas memórias. Algumas vezes, foi necessário intervir em alguns pontos para que fosse possível compreender esse processo.

Para bell hooks (2010), mesmo após o término da escravidão, não foi lhes dado o direito de expressar sentimentos, sofrimentos, uma que a supremacia branca e o racismo não findaram após esse período.

A prática de se reprimir os sentimentos como estratégia de sobrevivência continuou a ser um aspecto da vida dos negros, mesmo depois da escravidão. Como o racismo e a supremacia dos brancos não foram eliminados com a abolição da escravatura, os negros tiveram que manter certas barreiras emocionais. E, de uma maneira geral, muitos negros passaram a acreditar que a capacidade de se conter emoções era uma característica positiva. No decorrer dos anos, a habilidade de esconder e mascarar os sentimentos passou a ser considerada como sinal de uma personalidade forte. Mostrar os sentimentos era uma bobagem (hooks, 2010, p. 3).

Desta maneira, é compreensível a dificuldade apresentada por Sol quando revela a resistência em pedir ajuda e até o entendimento que estava passando por um processo de adoecimento. O ato de configurar a população negra como resistente e que não podem demonstrar sofrimentos, coaduna com o imaginário social que vem desde a escravização dessas pessoas, como já mencionado.

O chão se abriu, aí, fui ficando na casa da minha mãe, fiquei um tempo, não foi assim, foram um bom tempo lá, aí fui trabalhar, numa casa de família, aí não deu pra que eu estudasse, que eu conciliasse o trabalho e o estudo, fiquei um tempo, depois saí e aí voltei pra situação de rua novamente, porque eu não queria voltar pra casa.

Achando que eu tava trabalhando, eu sumia. Andava camuflada na rua com medo, de ser, eu não queria voltar pra casa, eu não me sentia bem em casa, apesar de toda dificuldade na rua, eu achava que em casa eu tava incomodando, sabe? Que eu tava sendo demais em casa.

4.3.2 Políticas Públicas

Viver nas ruas não é uma tarefa fácil, essa população necessita de intervenções do poder público e nem sempre as relações são estabelecidas da melhor forma. No capítulo anterior, relatei a importância da construção de vínculos e de uma escuta cuidadosa, pois são ferramentas primordiais para estar junto às pessoas em situação de rua.

Sendo assim, é imprescindível estabelecer medidas no âmbito das políticas públicas, que dialoguem com os diferentes níveis de necessidades, coloquem nas pautas as desigualdades raciais, traçando estratégias de transformações que ampliem o cuidado e a atenção em saúde. Para além disso, construir intervenções com a participação das mulheres, ampliar os espaços de discussão, dialogar com as diferenças de valores e visões de mundo.

Não se pode negligenciar a importância da constituição de processos de monitoramento e avaliação consistentes, que privilegiem indicadores sensíveis, capazes de serem manejados pelos diferentes sujeitos envolvidos e adequados à mensuração das disparidades raciais na saúde e seus processos de eliminação. Esses processos, que precisam incluir a participação das mulheres negras, devem se apoiar em ampla divulgação de informações acerca dos benefícios e das necessidades de utilização de indicadores de monitoramento e avaliação apoiados na informação sobre raça/cor – um modo de diminuir resistência e estabelecer confiança (Werneck, 2016, p. 546).

Sendo assim, Sol relembra situações vivenciadas junto a profissionais e fala da ineficiência das políticas públicas na atenção às pessoas que vivem nas ruas.

Eu conheci também uma Assistente Social, várias queixas, que a Assistente Social, só, acho que piorou minha situação. Porque ela, eu vi o preconceito nela, a gente quando tá na situação, a gente, acho que a gente tem uma noção muito maior de sentimento, porque eu via nessa senhora, eu não via, é, acho que razão nenhuma para eu me aproximar dela, para eu conversar com ela. [...] Ela não sentava em nenhum momento, tipo assim, eu tava aqui sentada, ela em pé, um pouco afastada e olhe que eu nem andava muito suja, porque eu sempre procurava um lugar para tomar banho, a rodoviária era também, o meu coisa ali, [...] quando não achava muito ia pra praia, então, ela em nenhum momento se aproximou.

Eu tava em depressão pô, então foi nessa faixa aí, entre os dezoito e os dezenove anos. E aí, é, ela tinha lá, uma prancheta na mão dela, as perguntas, tudo, já vinha já, parecendo um robô, e ela não, assim, não me olhava, é ali a prancheta, é data, um boa tarde, um bom dia, pelo menos isso dava, mas é aquela coisa.

Como é que tá aqui, e você chega? Você me vê aqui de relance, aí você chega, faz algumas perguntas mecânicas que já tem, lá no coisa, fala da vida da pessoa, vai fuça a intimidade da pessoa, se você não tem nenhum vínculo com a pessoa? Não criou nenhum vínculo! Gente, como aquela pessoa vai se abrir pra você, contar sua vida, sabe? Então é isso, e eu via nela o preconceito, eu via o nojo. Sem preconceito com os brancos, mas uma mulher branca, no salto, toda bonita, toda bem vestida...sabe?

Através do que foi dito, podemos refletir sobre a resistência que essa população encontra nos serviços de maneira geral, pela dificuldade de acesso a serviços básicos como locais para cuidar da higiene pessoal, bem como, consolidação de vínculos, acarreta a negação de atendimentos e ações permitem que estas pessoas não retornem mais àqueles serviços ou mantenha contatos ainda que no cenário das ruas.

Num estudo realizado por Igor da Costa Borysow e Juarez Pereira Furtado (2013), identificou-se que a falta de qualificação dos profissionais, principalmente os da assistência social – principal porta de entrada da população em situação de rua – acarreta a fragilidade nos atendimentos. Assim,

A frequente falta de estratégias para a busca ativa e para o acolhimento dessa população nos serviços de saúde mental impede a ampliação do acesso. Outras exigências também são obstáculos, como a falta de endereço de referência e a falta de documentos de identificação, problemas assumidos pela Assistência Social. Isso ilustra fortemente um impasse: a dificuldade de acesso de usuários que apresentam necessidades nos âmbitos social e mental aos CAPS (Borysow; Furtado, 2013, p. 43).

Somado aos relatos das mulheres anteriores, Sol ratifica as situações de preconceito, discriminação e exclusão no contexto social. Questiona as decisões que são tomadas referente a vida das pessoas em situação de rua e ausência de diálogo na tomada de decisões e intervenções que são direcionadas para elas/es que vivem nas ruas.

Que nem a assistente Social, o que ela achava que eu precisava o que? De um local pra dormir, pra ficar, uma casa de acolhimento, um albergue, que ela direcionou, aquele lá de baixo, da cidade baixa, o que desativou, o 24h, é outro também que ela “coisou” na época, que eu precisava de roupa, roupa e

comida. “Você precisa de um lugar pra ficar, pra dormir, pra pernoitar”, é, “Lá você vai ter roupa, um local pra ficar, não sei o que” Quem disse que eu queria ir pra esses lugares? Que eu já conhecia, mas ela achou que eu precisava disso, botou na cabeça que eu precisava disso, queria me levar pra lá, como é que você vai?

Vamos supor, você é uma funcionária que trabalha com isso, aí eu preciso de aluguel social, eu tô na rua, tô sobre todo efeito de droga, né? Você me encaminha pra casa de acolhimento, não faz, não me dá nenhum direcionamento, não atende as minhas demandas, porque eu vou ter muitas demandas, pode ser de saúde, álcool e drogas, não sei! Escutando a pessoa você vai saber o que é que a pessoa precisa, e aí você, não faz nada em relação a isso, não trabalha essa pessoa, não prepara essa pessoa, aí durante um tempo, seis meses você vai e dá auxílio aluguel aquela pessoa, aquela pessoa vai o quê? Vai atrás de auxílio aluguel? Ou vai atrás de usar? Não vai! Eu acho uma loucura tão grande isso aí velho, não dá autonomia aquela pessoa.

A política hoje, hoje não (risos) sempre foi de manter aquele pessoa na condição, nunca foi de tirar, porque a população de rua, a gente não quer só casa, não é não querer, a gente não precisa só de casa, a gente não precisa, ou seja, de um local pra ficar, a gente precisa de outras coisas!

Sol também relata que sua forma de sobreviver na rua, “*era se tornando um homem*” e andar sozinha na maior parte do tempo. Aqui, uma verbalização forte, mas atravessada pela discussão de gênero e dificuldade em se perceber como pessoa que passou a assumir uma orientação sexual diferente do que se esperava para uma mulher.

Durante as memórias trazidas pelas mulheres, essa mudança de orientação sexual surge na fala como uma “obrigatoriedade” para conseguir sobreviver nas ruas. Remete-me a bell hooks (2020a, p. 103-104) quando pontua sobre a ‘masculinidade feminina’, “mesmo que homens individuais abrissem mão do privilégio patriarcal, o sistema do patriarcado, o sexismo e a dominação masculina ainda estariam intactos e as mulheres ainda seriam exploradas e/ou oprimidas”.

No entanto, para Sol o convívio em grupo facilitava a proteção e o cuidado nas ruas para não sofrerem agressões físicas, seja da polícia, seja da sociedade civil.

4.3.3 Gênero e Raça

Enquanto mulher, assumir uma orientação sexual voltada para o mesmo sexo, para Sol era sinônimo de proteção e enfrentamento diante das adversidades, como citado anteriormente. Ela relatou ter presenciado outras mulheres sendo agredidas pelos parceiros, o uso abusivo de substâncias psicoativas e ainda, as dificuldades para ter um mínimo de higiene pessoal.

Eu era um homem, primeiro meio que pra me proteger, eu sempre procurava locais mais seguros, eu era mais só, eu não andava muito em grupo, eu era mais só, e uma das preocupações maiores era onde dormir, onde tomar banho, onde é que eu vou comer hoje, se eu vou achar, mas sempre eu fazia um bico, uma latinha, não sei o quê, então, a gente sempre se vira na hora, o que vier! Nunca roubei, nunca usei droga, nunca me prostitui, sabe? Já bebi, bebi muito, bebia muito, mas até que eu resistir um bom tempo a bebida, mas chega um ponto que é tanta coisa na mente, é tanta coisa, “turbulação” na mente, é tanta coisa!

Vai lavar com o quê? Eu vou tomar banho, eu vou vestir o quê? A mulher menstruada, pense? Pense? Fazer as necessidades? Vou fazer aonde? É uma batalha, por várias coisas, por várias necessidades que a gente tem, uma batalha diária, a gente já começa a “turbinar” as coisas na mente da gente, a gente já fica, aí muitas vezes você passa pela pessoa na rua, pô velho, você se aproxima, quer conversar, e a pessoa já tá porra, não sei o quê, é porque já tem tanta coisa acontecendo!

A gente se vira, a gente se vira, o fato de ser mulher é mais complicado, eu via várias colegas minhas apanhando até mesmo de parceiros, mas ele, tipo assim, ele batia por causa das drogas mesmo, porque via o casal apaixonado, de repente, ele usava droga, e começava a bater nela, sabe? A maltratar, mas ela preferia ficar com ele do que ficar só, porque os parceiros também, outros se aproveitavam também.

No tange as situações de violência, alguns fatores ligados ao uso/abuso de álcool e outras drogas, agravam as situações que envolvem agressões físicas e verbais. A rua é um lugar inóspito, as relações construídas são atravessadas pelas desigualdades que envolvem falta de moradia, emprego e renda e condições básicas de sobrevivência, expondo essas mulheres à condição de vulnerabilidade e desproteção social.

Sol ainda levanta questões necessárias sobre as resistências existentes entre muitas pessoas em situação de rua em não procurar ou retornar para suas famílias, aponta a falta de oportunidades de trabalho como um dificultador. Percebi a indignação sobre a falta de emprego com salários possíveis para efetivamente saírem das ruas, aqueles que assim desejassem. Defende ainda, políticas intervencionistas que dialoguem com suas necessidades, ainda que seja s para e manter na rua.

Trabalhando, estudando, eu não queria dar essa decepção pra minha família, e acho que isso acontece muito na rua. Essa questão de não querer voltar também, pra é não mostrar a situação que você tá! E voltando ser mulher em situação de rua é bastante, se pra homem já é difícil, agora inverte isso aí pra mulher?

É muito difícil, às vezes eu fico olhando assim, a pessoa fala “tá na rua porque quer”, tá na rua porque quer o caralho, velho, tá na rua porque quer, porque não teve oportunidade, aí “eu dei oportunidade”, sim, que oportunidade? Que forma você deu essa oportunidade? Você ouviu essa pessoa?

A gente piora, quanto mais tempo você vai ficando na rua, você vai piorando, você não melhora, você piora, né? Porque, vai acumulando as coisas que você vai passando, a violência, o preconceito, que eu acho que é uma das coisas mais pior que tem, eu não vou dizer que a violência é pior que o

preconceito, não quero colocar nesse patamar, mas o preconceito é o que gera a violência.

Refletir sobre as políticas públicas e as formas de intervenção do Estado, implica na discussão entre os marcadores de gênero e raça. Pensar a população em situação de rua, é direcionar a atenção para quem são essas pessoas que sobrevivem nas ruas, em sua maioria negras e com um percentual de crescimento significativo para as mulheres, como já destrinchado em capítulos anteriores. Enquanto o poder público não idealizar as políticas com esse viés, as ações direcionadas a essa população permanecerão ineficazes.

Desta maneira, Grada Kilomba (2019), ressalta a impossibilidade de discutir gênero separado de raça, pois estes estão imbricados no desenvolvimento das relações sociais, conforme a seguir:

*Esse encontro revela como “raça” e gênero são inseparáveis. “Raça” não pode ser separado do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo. O mito da mulher *negra* disponível, o homem negro infantilizado, a mulher muçulmana oprimida, o homem muçulmano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de “raça” interagem (Kilomba, 2019, p. 94).*

Atrelada a essas reflexões, Sol apresenta também, situações vivenciadas por ser mulher, as alianças construídas para se protegerem e também, enfatiza a orientação sexual como fator de proteção e, o preconceito sofrido pelas pessoas em situação de rua como agravante da violência e uso abusivo de álcool e outras drogas por elas. Ainda, retoma as memórias pela importância de andar em grupo para buscar proteção, mesmo preferindo ficar sozinha, relata que ficar em grupo era um fator positivo.

Não foi fácil não, foi sobrevivência todos os dias, era uma luta, eu já amanhecia “meu Deus como vai ser hoje?” Luta pela alimentação, muitas vezes, muita gente que entregava comida, muitas vezes tava azeda, nem era por causa da pessoa, as vezes era porque a pessoa rodava muito com a comida ali, quando chegava numa certa turma assim, já tava azeda. Um local pra tomar banho, muitas vezes a gente achava assim, como nas bicas, alguns locais assim, que a gente encontrava um cano furado, uma coisa assim.

Você sabe que não tem acesso a nada, todos os dias buscando as mesmas coisas, todos os dias, sem saber se vai conseguir ou não, é, e mulher, aquela coisa de proteção mesmo, em relação ao homem, não só, o meu medo mais não era nem a galera da rua, porque muitos protegem mesmo, toma conta mesmo, as vezes “fica comigo aqui, que eu tomo conta de você”, e eu fazia amizade, mas eu andava muito só. Eu me isolava muito, já dormi muito na Rodoviária, muito, muito mesmo, lá dentro mesmo, no banco, tirava onda, é, sempre procurava os locais mais seguros, para dormir mesmo, eu era, porque eu não tava bem, a depressão, eu preferia ficar só, as vezes a galera junto brigava muito.

[...] Eu era inimiga da sociedade, eu era me via, tipo assim, devido a maneira que a sociedade tratava, eu ainda me emociono, porque os olhares, você tá sentada, eu tô sentada aqui, sou de rua, aí passa aí com medo, não olha pra você, parece que você não é gente, você é qualquer coisa, menos gente. Aí tem até uma poesia, que eu sou fascinada por essa poesia: “Nós não somos lixo, nem bicho, nós somos humanos, se na rua estamos, é porque nos desencontramos”.

Eu era um homem, tipo assim, eu era um homem, completamente um homem. Porque eu me vestia como homem, para me proteger mesmo, sempre procurava fazer amizade como homem, tinha amizade com mulheres também, eu comecei a andar em grupo, até mesmo para proteção, porque um protegia o outro, era família mesmo, eu andava muito sozinha, mas precisei, é, me enturmar também para se proteger mesmo, você faz amizade, ali é um por todos e todos por um, então, até mesmo o outro da rua que procurar problema, já sabe, se tocar em um, todos vão. A violência na rua faz a gente! É isso que eu falo do preconceito, o preconceito piora nossa situação, faz a gente, deixa a gente, se a gente “não quero usar hoje”, mas, alguma violência que aconteceu com um amigo, alguma violação que aconteceu comigo na rua, alguma coisa, aí, já leva você a usar, é difícil, essa coisa.

Há um processo de aprendizagem para conseguir sobreviver nas ruas e para Sol é praticamente impossível uma pessoa viver nas ruas sem usar algumas substâncias psicoativas.

Desta forma, retomando as lembranças referente aos atendimentos que realizava, para muitas pessoas, incluindo as mulheres deste estudo, o uso abusivo de álcool e a dependência pelo cigarro, não configuravam uso de drogas. Para nós que trabalhamos com redução de danos, qualquer substância que cause dependência/sofrimento é droga. Estas por serem lícitas são aceitas sem questionamentos, mas eram muitos casos de mulheres e homens que faziam uso abusivo dessas duas drogas lícitas, conforme relato dessas mulheres.

4.3.4 Interseccionalidade

Sol em seu relato, fala da geografia da cidade, que está projetada para as pessoas não dormirem nas ruas e as reformas têm agravado essas situações. Critica os governantes pelas políticas assistencialistas e higienistas, em atender as necessidades de forma imediatista sem resultado a médio e longo prazo, permanecendo as pessoas nessas condições de vulnerabilidade.

E aquelas pessoas que estão em situação de rua, se você, a cidade tá totalmente, exclusiva, você vê os bancos das praças, até a da Lapa é assim (fez gesto com as mãos) em diagonal pra você não ter acesso mesmo, não deitar mesmo, você olhar a cidade, você vai ver que é, teve essa época aí da higienização, que foi pra gente uma luta!

Não tem compromisso com essas pessoas em situação de rua, porque se você for ver, não tem feito nada, só tem feito assistencialismo, o que a gente vê é assistencialismo atrás de assistencialismo, não tem uma política de inclusão, de resgate, não tem, não existe, aquele como diz mesmo, são ações pontuais mesmo, política pública zero, não tem política pública para a população de rua, tem ações pontuais.

O processo de higienização das minorias é histórico e com a população de rua não é diferente no Brasil. São diversas as tentativas dos poderes públicos em retirar essas pessoas da rua, no entanto, muitas vezes ocorre de forma imposta sem negociação e eles começam a migrar pelos diversos espaços públicos existentes nas cidades. Dando continuidade a este raciocínio, Gilderlândia Silva Kunz, Ana Lucia Heckert e Silvia Vasconcelos Carvalho (2014) destacam:

O povo morador das ruas se apropria de terrenos baldios, casas, prédios abandonados, de espaços embaixo de pontes, praças e marquises. Ao descobrirem imóveis ou terrenos baldios, que estão desocupados, ociosos ou abandonados, apossar-se deles não é entendido por estes grupos como invasão, e sim ocupação. Para saber se existem imóveis abandonados na cidade, os moradores de rua precisam mapeá-los constantemente. Eles bem sabem que não ficarão por muito tempo no mesmo lugar, em função da pressão cotidiana das políticas públicas e dos demais moradores da cidade que os obrigam a circular pelos espaços da cidade (Kunz; Heckert; Carvalho, 2014, p. 926).

Em muitos relatos, o medo é permanente na vida dessas pessoas, principalmente das mulheres que vivem na condição de rua. A sensação de se perceberem como seres invisíveis, possibilita a condição de vulnerabilidade, fortalecidos pelo racismo, discriminação social e indiferença diante das condições de sobrevivência dessas pessoas.

O Estado tem papel importante no reforço diante de intervenções agressivas da Polícia Militar, por exemplo, como também, conforme bem pontuou Sol, em políticas públicas ineficazes na atenção às demandas dessa população.

Medo da polícia, porque, eu nunca apanhei de polícia não, mas é, acontecia assim, o olhar deles né? Eles são muito opressores, até no olhar, ele intimida, me intimidava muito, e olhe que eu era uma pessoa sossegada, é, as vezes muito irritada, não falava, principalmente quando eu tava bebendo. Mas aconteceu um caso ali, perto do Iguatemi, que o polícia chutou o colega que tava deitado, não ele tava dormindo assim (fez gesto com as mãos) em cima da mochila, no “coisa” assim, aí o polícia veio e deu um chute na mochila dele, evidentemente, coisou” nele, e aí ele acordou assim, aí o outro veio e empurrou ele assim com a mão (fez gesto com as mãos), aí eu olhei, me aproximei, aí ele não me disse nada, mas só em olhar, a olhada, o olhar...repressor, tipo assim: “saia daqui se não vai sobrar para você”, tipo assim, foi o que eu senti na hora, não sei se foi isso, mas foi o que eu senti, então, e ainda segurar a arma assim (fez gesto com as mãos), e você não poder fazer nada, seu colega ali, e você não poder fazer nada.

Quem tá na rua, a sociedade precisa entender isso, quem tá na rua não deixa de ser humano, ela só tá em situação diferente, mas não deixa de ser humano, mas a gente não é visto como ser humano. E a gente o tempo todo tem essa sensação, devido o preconceito da sociedade, a sociedade não

acolhe. Hoje num discurso meu, a sociedade não acolhe a população em situação de rua, não acolhe de jeito nenhum, o preconceito ainda é grande, apesar de tantos avanços e como tem tido avanços, mas a sociedade não acolhe, é extremamente preconceituosa.

Por isso, é tão necessário pensar a interseccionalidade como forma de compreender a construção dessas pessoas em sua totalidade inseridas num contexto social, “a interseccionalidade fez contribuições importantes para reconceitualizar a identidade e a subjetividade individuais” (Collins; Bilge, 2021, p. 188).

Como já mencionado por Sol, o sentimento de vulnerabilidade é permanente, as relações de gênero se configuram, inclusive, nas abordagens policiais, das instituições de saúde e assistência social. Os comportamentos vão se moldando de acordo com as necessidades e atitudes de violência, se justificam muitas vezes, pelas diversas formas de violência impetradas pelo Estado e sociedade civil.

A articulação do Movimento junto a outros Movimentos, impacta na exigência de ações efetivas, tensionamentos para criação de espaços públicos no atendimento das demandas dessas pessoas e na busca por justiça em casos de violação dos Direitos Humanos.

Tando com razão ou não, a violência gera, né, pra sociedade não importa se você tem razão ou não, eles acham que você tem que ser tratado assim, e trata né, então, eu me calava e saia, né, eu sabia que se eu enfrentasse eu ia sofrer alguma violência, então eu me calava. Eu dava, pegava minhas coisas, né, saia pra não incomodar, e não sofrer nenhuma violência, eu evitava, eu sabia, que mermo bebendo, eu evitava, se eu, eu vou morrer, vai me matar, se fosse polícia então, eu vou morrer, porque polícia pra gente, a galera dizia assim: “vai matar fulano”, as vezes nem era, né, só tava ali conversando, conversando não, que eles não conversam, né, oprimindo, reprimindo! É que, polícia não conversa com população de rua, e aí, a gente já achava: “pô bora ali velho, vamo ficar olhando, que ele vai matar fulano, vai sumir com fulano, vai pegar fulano”, se tocasse já sabia, 99epo, se ele pegasse pelo braço, a gente já sabia, 99epo fulano, sabe?

Então polícia, até hoje, eu ainda tenho uma certa resistência por polícia, né, eu vejo polícia como opressão, né, como aqueles que tá acima da lei, né, que, pode tudo, a gente não pode nada, e eu sei que é assim que as pessoas que estão em situação de rua ver... não é? Que eles são os caras, já chama assim, “os caras, é vem os caras” e a gente não somos nada, a gente tá ali a mercê, tem medo. Por exemplo, eu sofri uma violência agora, tô em situação de rua, eu vou dar queixa? Não, chegar lá não vão me receber, e se receber, não vão acolher a minha queixa né? Eu vou fazer o quê lá?

Sol retoma o caminho percorrido até chegar ao Movimento Pop Rua e como esta inserção no movimento a possibilitou uma mudança na sua vida e a relação com a dependência do álcool. Em diversos momentos da entrevista, ela notadamente demonstra um respeito pela figura de Maria Lúcia, o senso de responsabilidade para com as outras pessoas em situação de rua e mais além, a sensação de se perceber “gente” outra vez.

Aí eu fiquei, não precisei, tipo assim, não precisei de muita coisa não, ali dentro é que eu encontrei tudo que eu estava precisando, primeiro eu me senti acolhida, né? Fui ouvida, escutei, fui ouvida, é, assim, acho que tudo começou pelo acolhimento, né, de você, apesar de tá bebendo, você ver seus colegas sendo tratados de forma igual por qualquer um que estava chegando ali, que tinha muita gente, muitos colaboradores também.

Rapaz, hoje sinto muita falta de Lúcia (silêncio prolongado) Eu acho que isso eu vou sentir pro resto da vida, tamanha a importância que aquela mulher teve na minha vida e na vida de tantas pessoas, que eu acho que ela foi, mas deixou a vida de muitas pessoas, pessoas em situação de rua, que já estão, que vão ficar, devido a tudo que ela fez, onde eu tô morando aqui, aqui onde ela tá aqui ó (fez gesto com as mãos).

As relações construídas no Movimento para Sol, ampliaram a compreensão de direitos, as formas possíveis de acesso a partir da organização coletiva, além disso, a reafirmação de sua identidade. Indiscutivelmente, Maria Lúcia foi uma figura importante na ampliação do olhar sobre as pessoas em situação de rua, a transformação na vida de muitas delas e acima de tudo, a demonstração de força no enfrentamento as formas de invisibilização sob essas pessoas.

Conquanto esteja havendo, nos últimos anos, as mulheres têm entendido a importância de se organizarem para trazer à tona as pautas feministas. A partir do relato de Sol, percebe-se que o Movimento da População de Rua propicia essa organização, forçando a inserção dessas mulheres em espaços antes nem pensados em serem ocupados. E, mesmo Sol não compreendendo a importância dessa organização numa perspectiva feminista, é inevitável não lembrar de Sueli Carneiro (2011b):

É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem (Carneiro, 2011b, p. 121-122).

Por fim, Sol fala da sua vida no contexto atual, do novo emprego surgido a partir das articulações do Movimento, da importância de ter um emprego que possibilite novas formas de vida e, além disso, a importância de políticas públicas que verdadeiramente atendam às necessidades desta população.

Realmente quando você não tem um trabalho, não tem uma renda, você não tem dignidade, você não tem autonomia, você enfraquece, isso aí acarreta vários problemas psicológicos, quando você não tem condições, você sabe que o mundo hoje é totalmente financeiro, né, a cultura é você cobrado, o tempo todo por isso, essa questão, você não criou a situação, mas você é cobrado o tempo todo, e eu sabia que eu precisava de algumas coisas, e que a luta só não ia me dar, não queria muito não!

A partir de Lúcia e o Movimento foi (risos) a cachaça que eu precisava pra mudar de vida, () eu mudei de vida, tudo que eu sou hoje, eu agradeço a Lúcia, ela foi muito, Lúcia foi muito persistente, ela foi muito persistente comigo, ela nunca desistiu, nunca desistiu de mim, e olhe que eu dei trabalho viu (choro) eu dei trabalho [...]

E quando você trabalha, ainda mais num local como esse, que eu fui acolhida, uma pessoa, uma ex moradora de rua, ser tão bem tratada né, o tempo todo você ver, é isso, é de uma relevância, é de uma importância muito grande pra gente, ser bem acolhida nos espaços que a gente chega e aqui pra mim, eu digo, é a extensão da minha casa, eu me sinto à vontade.

Poder comprar minhas coisas, não mais ganhados, não mais dado, não que eu não aceite dado não né, mas é bom você comprar, sabe? Ter seu celularzinho, sabe? De tá acessando as redes sociais, na rua ainda, você vira e mexe e tem uns que tem, mas quando a Limpurb não leva, é roubado, então, a dignidade é tudo na pessoa. [...] Uma moradia, é, tem que ser primordial quando se pensa, na população de rua, e em mudança de vida, primeiro ver as demandas, e com certeza uma das demanda melhor é uma moradia digna, o que não é o caso dessas casas de acolhimento, e renda, uma renda, trabalho e renda!

Diante de tantas memórias, percebi que não há ações públicas suficientes para atender a demanda desta população, como também, inexistem ações específicas para as mulheres em situação de rua.

O amadurecimento sobre seus processos de vida, como bem retrata Sol, amplia o acesso aos serviços, as discussões de gênero, a percepção do estar na rua.

4.4 NEXO DE CAUSALIDADE

Lidar com as barreiras invisíveis e visíveis das mulheres em situação de rua e a partir das narrativas de suas trajetórias, identificar os núcleos de sentido, me fez perceber que apesar de estarem em tempos e condições diferentes nas ruas, a discriminação, violência e silenciamento integram o cotidiano dessas mulheres.

É irrefutável a partir dos relatos, que essas mulheres passaram por situações diversas de discriminação racial, reforçaram isso quando trouxeram à tona o comportamento de alguns profissionais diante do atendimento de suas necessidades. Para Grada Kilomba (2019, p. 71), “o racismo não foi visto e nem refletido como problema teórico e prático”, ou seja, é tratado como algo externo à sociedade, como se fosse um problema só dos negros.

Desta forma, essa autora define racismo institucional como:

Racismo Institucional, como o termo “instituição” implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal etc. O racismo institucional

opera de tal forma que coloca os *sujeitos brancos* em clara vantagem em relação a outros grupos racializados (Kilomba, 2019, p. 78).

Permeia também na fala de todas as entrevistadas a sensação de impotência e impunidade diante do Estado, direitos previstos em legislações que não alcança essas pessoas, em específico, às mulheres em situação de rua.

Temos uma estrutura política e social que engessa ações voltadas para essa população e que não aprofunda suas discussões e construções das políticas públicas articulando o seu desenvolvimento aos marcadores de gênero e raça. Por isso, a premência na discussão da interseccionalidade, voltada para o rompimento da invisibilidade que essas mulheres convivem cotidianamente. Desta forma, Carla Akotirene (2019), chama a atenção para essa resposta metodológica:

A interseccionalidade propunha enfrentar casos de violência contra as mulheres de cor, lidar com a interconexão das estruturas em direção às mulheres, verificar a identidade produzida pelo racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, atravessada pela experiência coletiva da mulher negra, não presa às geografias do saber estadunidenses (Akotirene, 2019, p. 100).

As reflexões apresentadas nesses escritos, reforçou a importância da organização coletiva e que mesmo tendo em comum nas narrativas de suas trajetórias de vida um contexto de violências, negação de direitos e quase nenhum acesso aos serviços públicos, essas mulheres demonstraram a resistência em sobreviver nas ruas de Salvador/Ba e a substancialidade diante da dominação patriarcal. Claudia Pons Cardoso (2012) explicita a representatividade dessa organização coletiva feminista:

A solidariedade de que nos fala é a base da luta das mulheres negras, desde o período escravista até os dias atuais, das diversas formas de organização que, nem sempre, se acomodaram aos moldes formais, mas que sempre foram constantes e que se constituíram em resistência aos processos de dominação patriarcais, uma solidariedade historicamente construída, a partir de embates e estratégias de sobrevivência na diáspora, nas sociedades pós-coloniais marcadas pelo racismo, uma solidariedade que dá corpo aos Movimentos de Mulheres Negras no Brasil (Cardoso, 2012, p. 86-87).

5 REFLEXÕES FINAIS

O cenário da rua é um local fluído, impermanente, permeado por situações de violência, abuso de substâncias psicoativas, mas também de muita resistência, luta e vida. Aprofundar o olhar sobre mulheres em situação de rua e compreender, a partir de suas histórias de vida, a construção de vínculos, afeto, cuidado e proteção pautados na discussão de racialidade possibilitou uma outra forma de atentar sobre as relações de gênero e raça constituídas nesse território.

A interseccionalidade entre os marcadores de gênero e raça se fez presente durante os discursos das mulheres entrevistadas. Em diversos momentos, relembrou situações de violência, citaram formas de sobreviver nas ruas, como a alteração de sua orientação sexual, assumindo um estereótipo masculino para, assim, evitarem sofrer violências e assédios pelos homens que vivem em condições similares. Ainda, situações em que sofreram racismo e o amadurecimento no entendimento da organização enquanto Movimento Social.

Todas as mulheres trouxeram em suas memórias questões familiares com vínculos bastante fragilizados, situações de violência sexual e física ocorridas com duas delas e uma não percepção das relações machistas engendradas na construção e vivência de suas relações afetivas, responsabilizando algumas vezes, outras mulheres por não terem comportamento “adequado”, ou seja, aquele esperado pela sociedade.

As mulheres desta pesquisa têm idades variadas, como também a escolaridade, mas todas compreendiam a dificuldade de ser mulher morando na rua. Ao mesmo tempo, relataram a sensação de liberdade, de acolhimento que tinham/têm quando estão fora de casa. Destacaram também a importância de estarem trabalhando para conseguir sua subsistência, sem depender muito de ações governamentais.

Nesse estudo, ficou evidente que as estratégias pensadas pelos órgãos públicos para a população em situação de rua são construídas de forma hierarquizada, sem envolvê-la nas discussões. Assim, em alguns momentos, questiona-se a efetividade da intervenção do Estado na vida dessas pessoas, especificamente das mulheres em situação de rua.

Nesse ínterim, por sermos partes de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal, as políticas públicas seguem uma mesma lógica na sua operacionalização. Meu pensamento corrobora com Sol e Maloqueira quando sinalizaram a importância de se pensar formas de melhorar as condições de vida da população a partir do diálogo coletivo: quem mais saberá de suas necessidades que não elas?

Ademais, conforme pesquisas discutidas nos capítulos, o cenário atual do país agrava as condições dessas mulheres, uma vez que o maior Programa de Transferência de Renda – o Programa Bolsa Família –, foi descontinuado pelo atual Governo Federal e a ausência de identificação através de documentos formais inviabiliza qualquer acesso a programas governamentais dessa ordem.

Outra questão importante identificada a partir dessa pesquisa é a dificuldade enfrentada por mulheres em situação de rua no acesso as formas de higiene pessoal, como tomar banho, ter e trocar absorventes no período menstrual, o acesso a exames de rotina como o papanicolau, que a maioria nem relatou ter realizado esse exame ou mesmo a inviabilização no acesso às Unidades Básicas de Saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Um agravante da ausência de cuidado como a saúde pode estar relacionado à forma como muitas se sentem quando são atendidas nas ruas e nos serviços institucionais por alguns profissionais. Fica nítido o constrangimento e a revolta como são tratadas cotidianamente, como pessoas invisíveis ao convívio social.

Decerto que a organização enquanto militantes ou frequentadoras do Movimento da População de Rua potencializa discussões sobre formas de ser/viver nas ruas de Salvador, amplia os contatos e construção de vínculos sociais, o que aumenta o conhecimento sobre si, seu corpo e novas formas de relacionar com o cenário da rua.

Em diversos momentos durante este estudo, permaneceram inquietações a respeito das mulheres que vivem em condição de rua, como: Quais as diferenças vivenciadas por mulheres negras e não negras no cenário da rua? Como os serviços socioassistenciais estão se preparando para atender as demandas de uma população cada vez mais organizada? Nos espaços de discussão, fóruns, o quanto já se avançou sobre políticas pensadas para mulheres em situação de rua? Como vivem as mulheres que continuaram nas ruas, mas precisaram entregar seus filhos para a Vara da Infância? Onde estão essas crianças?

Decerto que são infinitas as questões relacionadas a forma de viver e conviver nas ruas por essas mulheres, um tema que não se esgota neste estudo, e que através dos objetivos específicos foi possível *analisar, na perspectiva dessas mulheres a efetividade das Políticas Públicas no cenário da rua; interpretar a partir das suas histórias de vida, seu entendimento sobre os marcadores de gênero e raça; e desvelar a construção das relações de gênero estabelecidas no território da rua*. No entanto, aprofundar essas questões escancarou um leque de inquietações sobre a invisibilidade impostas a essas mulheres, a resistência por profissionais de instâncias públicas no atendimento às suas demandas e principalmente o silenciamento do poder público diante das diversas situações de violência e medo verbalizadas por elas.

O caminho percorrido para a compreensão das trajetórias e vida das mulheres em situação de rua e o destrinchamento dos objetivos específicos possibilitou alcançar o objetivo geral da pesquisa relacionado à *investigação da construção de gênero nas diferentes maneiras de sobrevivência nas ruas pelas mulheres que se encontram nesta situação diante da estruturação de sua invisibilidade, ampliada pelos marcadores raciais, na cidade de Salvador, Bahia*, mas que também não se esgota, pois são diversas as nuances que envolvem essas questões.

Diante do apresentado e da constatação de uma escassez na produção de pesquisas sobre as mulheres em situação de rua no Brasil, aspiro que mais estudos nessas perspectivas venham a ser elaborados garantindo o aprofundamento de análises pautadas na interseccionalidade de gênero e raça.

Por fim, espero que esse estudo contribua para a ampliação de conhecimento sobre essa população, em especial às mulheres em situação de rua, e para a ampliação de conhecimento e reflexões acerca das políticas públicas atualmente implementadas no país.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANTUNIASSI, M. H. R. Pesquisa-ação, Observação participante e a extensão rural. **Cadernos CERU**, série 2, v. 32, n. 1, jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/download/189286/174840/508178>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, P. C. da S. **O racismo brasileiro em questão**: temas relevantes no debate recente. 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.edu.ar>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I; LIMA, R. L (orgs.). **Marxismos, política social e direitos**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- BONFIM, V. M. da S. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009. p. 220-244.
- BORTOLI, S. R. **Ela e nós**: a representação de mulheres em situação de rua nas notícias jornalísticas. 2013. Disponível em: www.conecorio.org. Acesso em: 5 maio 2019.
- BORYSOW, I. da C.; FURTADO, J. Acesso e Interseccionalidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.33—50, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000100003>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF: Presidência da República, [2009^a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**: relatório. Brasília, DF: MDS, 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/017-1.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População de em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, 2009b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. Censo SUAS – bases e resultados. **Censo SUAS 2019**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CARDOSO, C. P. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de Gênero. Publicado em 6 mar. 2011a. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em: 12 out. 2021.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011b.

CARNEIRO JUNIOR, N. *et al.*. Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saúde e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 47–62, ago. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12901998000200005>. Acesso em: 10 out. 2021.

CARVALHO, M. A. C. *et al.* **Cartografias dos desejos e direitos**: quem são as pessoas em situação de rua, afinal?. Projeto Axé, 2017. Disponível em: http://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2020/09/carvalho-santana-pereira-e-vezedek_2017_sumario-executivo-etapa-2_-_pesq.-cartografias-dos-desejos-e-direitos.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLINS, P. H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORREIA, M. da C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, v. 13, n. 2, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/23968>. Acesso em: 6 jan. 2022.

CRENSHAW, K. W. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. **Revista subjetiva**, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%AAncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-18324d40ad1f>. Acesso em: 24 set. 2021.

DAMARES Alves: relembre as falas polêmicas da “ministra do silêncio”. **Redação Notícias Yahoo**, 2019. Disponível em: <https://esportes.yahoo.com/noticias/damares-alves-relembre-as-falas-polemicas-da-ministra-do-silencio-151047176.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, M. O. Resistir e sobreviver. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO; J. M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 360-381.

EVANGELISTA, A. P. Negros são os que mais morrem por COVID-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. **Fiocruz Notícias**, 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-ver-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 29 out. 2021.

EVARISTO, C. Conceição Evaristo – “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. [Entrevista concedida a] Tayrine Santana e Alecsandra Zapparoli. **Itaú Social**, 9 nov. 2020. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a_escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/. Acesso em: 28 nov. 2021.

FILLETI, J. de P. *et al.* Mulheres Negras no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2021. **FACAMP: Boletim NPEGen**, Campinas, v. 2, n. 1, jun. 2021. Disponível em: https://www.facamp.com.br/wp-content/uploads/2021/06/NPEGen_Mulheres-Negras-no-Mercado-de-Trabalho_1_trimestre_21.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUÉRIOS, P. R. **O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais trabalhando com as diferenças de escalas**. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/download/28562/18785>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

HABNER, J. E. Honra e Distinção das famílias. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO; J. M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-64.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Bhuvi Libânio. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2020a.

hooks, b. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução de Stephanie Borges. 1. Ed. São Paulo, SP: Elefante, 2020b.

hooks, b. **Vivendo de amor**. Publicado em 9 mar 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

hooks, b. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Tradução de Bhuvi Libiano. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Nota Técnica, nº 73**: Estimativa da população em situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

KALCKMANN, S. *et al.* Racismo Institucional: um desafio para a equidade do SUS?. **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 146–155, ago. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902007000200014>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A.L.; CARVALHO, S.V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26, n. 3, p. 919–942, set./dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-0292/1192_ Acesso em: 21 jan. 2022.

LAGE, L; NADER, M. B. Da legitimação à condenação social. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO; J. M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 286–312.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO; J. M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126–147.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR). **Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua**: Conhecer para Lutar. 2010. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

MONTEIRO, Danielle, Pandemia muda perfil de população em situação de rua e alerta para necessidade de políticas públicas. **Informe ENSP**, ago. 2021. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51989>. Acesso em: 20 out. 2021.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 5 nov. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp->

content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, S. Vozes por rua – das ruas à coordenação nacional do movimento que luta pela garantia de direitos da população em situação de rua. [Entrevista concedida a] Tunísia Cores. **Defensoria Pública da Bahia**, Comunicação, 6 out. 2020. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/vozes-por-rua-das-ruas-a-coordenacao-nacional-do-movimento-que-luta-pela-garantia-de-direitos-da-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, I. *et al.* (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 87–108.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? *In*: ALGRANTI, L. M. (org.). **A Prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. p. 7–42. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/td-48.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

RECIFE. Secretaria de Assistência Social. Instituto de Assistência Social e Cidadania. **População em situação de rua na cidade de Recife: censo e análise qualitativa**. Recife: IASC, 2005. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secsocial/populacaorua.php>. Acesso em: 25 out. 2021.

RODRIGUES, R. N. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil: com um estudo do professor Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Guanabara Weissman Koogan, 1894. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/obras/as-racas-humanas-e-a-responsabilidade-penal-no-brasil>. Acesso em: 6 jan. 2022.

ROSA, A. da S.; BRETAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 275–285, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, T. M. Luta de classes e perspectiva revolucionária na tradição marxista: notas introdutórias. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes de. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 273–295.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas: Alínea, 2004.

VARANDA, W.; ADORNO, R. de C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n.1, p. 56–69, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100007>. Acesso em: 10 out. 2021.

WERNECK, J. Racismo Institucional e Saúde da População Negra. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535–549, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
 INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

Pesquisadora Responsável: Anne Larissa Santiago da Maia

Endereço: Estrada de São Lazáro, 197, Federação

CEP: Salvador/BA

Fone: (71) 3237- 8239

E-mail: anne.maia09@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “**MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA: narrativa das variadas formas de viver e resistir na estruturação de territórios invisíveis na cidade de Salvador, Bahia**”. Neste estudo pretendemos, investigar a construção de gênero nas diferentes maneiras de sobrevivência nas ruas pelas mulheres que se encontram nesta situação diante da estruturação de sua invisibilidade, ampliada pelos marcadores raciais, na cidade de Salvador, Bahia.

O motivo que nos leva a estudar acerca dessa temática é ampliar o olhar sobre as condições em que estão expostas as mulheres em situação de rua, a desarticulação das políticas implementadas pelo Estado referente às suas reais demandas e além de tudo, a execução de ações direcionadas a este público. Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos, serão realizadas conversas com mulheres em situação de rua que circulem pelo Movimento de População em Situação de Rua, além da própria rua. Essas conversas serão gravadas para compreender sua trajetória de vida e identificar a relação a partir da interseccionalidade entre os marcadores de raça e gênero.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecida sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

A Sra não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, _____anos, desejo ser identificada na pesquisa como, _____ fui informada dos objetivos _____ do _____ estudo

“_____” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Salvador, _____ de _____ de 2019.

Nome Assinatura participante